

ÚLTIMAS

JCP

faz

20 anos



Pág. 32

EM FOCO

## Os tanques da Internacional Socialista

Milhões de espectadores puderam mais uma vez seguir no programa da ZDF «Kenzeichen D» uma documentação sobre a execução de resistentes curdos pelas Forças Armadas da Turquia, amarrados vivos e arrastados até à morte por tanques provenientes dos seus aliados da NATO.

■ Rui Paz Pág. 21

## Taxas de juro Comentários a propósito

Dizem vários economistas que o «apertão» dado na política monetária será benéfico para a economia portuguesa, como antes disseram que a baixa das taxas de juro era o melhor que podia ter acontecido para a economia portuguesa, sendo curioso como estão sempre de acordo e satisfeitos...

■ Sérgio Ribeiro Pág. 20

## As «viagens fantasma» e as aventesmas do costume

Este não é um caso menor, ao contrário do que alguns querem fazer crer, e impõe uma cuidada atenção para que uma certa fauna de aventesmas não vampirize mais um naco da independência que ainda resta no sistema de Justiça.

■ Carlos Gonçalves Pág. 20

## Políticas europeias liquidaram sector das pescas Tiraram-nos os barcos para nos venderem o peixe

Pág. 19

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Novembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1354 • Director: José Casanova

## Reunião Nacional de Quadros do PCP sobre Poder Local Democrático

# Novos desafios novas exigências

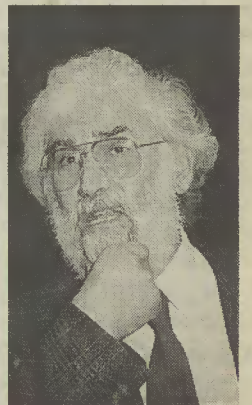
«Novos Desafios ao Poder Local Democrático» foi o tema do Encontro Nacional de Quadros do PCP que juntou no Seixal centenas de comunistas com responsabilidades autárquicas. O Encontro contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e foi encerrado com uma intervenção de Jorge Cordeiro, da Comissão Política.

Págs. 5 e 6

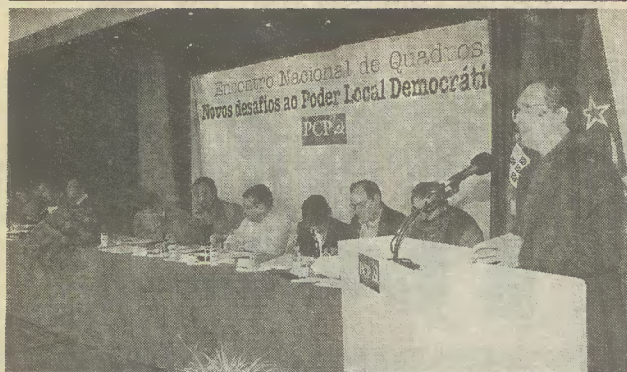
Leonardo Boff fala ao «Avante!» sobre as novas causas da Teologia da Libertação

Centrais

# A Igreja deve repercutir o grito dos oprimidos







Encontro Nacional de Quadros do PCP, na Timbre Seixalense

## RESUMO

3  
Quarta-feira

Comandante da Interfet revela que pelo menos 80 mil timorenses estão ainda desaparecidos ■ O chefe do Estado-Maior do Exército informa que as forças militares portuguesas só deverão partir para Dili em Janeiro, como resultado da lentidão dos arranjos políticos ■ No debate do programa do Governo, PSD fica isolado na posição de rejeição ■ Futuro governo de Macau reúne-se pela primeira vez e analisa orçamento para 2000 ■ Polícia indonésia abre fogo em Meulaboh contra manifestantes independentistas, fazendo pelo menos três mortos ■ A aviação russa continua a bombardear a Chechénia, enquanto milhares de civis tentam, em vão, atravessar a fronteira.

4  
Quinta-feira

Relatório da UNICEF testemunha uma realidade muito difícil para as crianças da Europa de Leste e refere que os recursos destinados às crianças no PIB correm o risco de diminuir ■ Jorge Sampaio promove uma conferência internacional sobre reforma do Pacto Social ■ Declaração final do Conselho da Europa faz referência a Timor-Leste e ao texto adoptado em Setembro que condenava as atrocidades e actos de violência ■ Primeiro-ministro israelita aprova nova retirada militar da Margem Ocidental e apela aos judeus instalados em colonatos selvagens que partam de sua livre vontade ■ Presidente indonésio admite realização de um referendo sobre a autodeterminação em Aceh.

5  
Sexta-feira

Conferência de apoio ao povo sarauí inicia-se em Las Palmas, nas Canárias, enquanto ONU admite novo adiamento do referendo sobre a autodeterminação ■ João Paulo II chega a Nova Deli no meio de protestos dos fundamentalistas hindus ■ Chanceler alemão termina visita à China salientando o seu carácter económico ■ Milhares de refugiados chechenos, em fuga dos bombardeamentos russos, continuam a atravessar os postos fronteiriços ■ Termina no Porto o Fórum Sida, promovido pela Liga Portuguesa para a Profilaxia Social, sublinhando-se os enormes avanços terapêuticos na luta contra a doença ■ A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, criada em 1990 por protocolo entre o ME e a CGTP-IN, celebra o seu 10.º aniversário com a presença do Presidente da República.

6  
Sábado

Inicia-se, na Guiné-Bissau, campanha eleitoral para as legislativas de 28 de Novembro com 12 partidos e duas coligações ■ Um terço dos pagamentos efectuados pela Comissão Europeia (CE) são alvo de graves irregularidades e excessos segundo o relatório anual do Tribunal de Contas Europeu, divulgado pela revista alemã «Der Spiegel» ■

O Conselho Nacional da Resistência Timorense acusa a ONU de ter sido marginalizado nos processos de decisão ■ Referendo realizado na Austrália rejeita a proposta de república em alternativa à monarquia ■ Aviação russa volta a bombardear a capital da Chechénia ■ Os Tigres de Libertação do Eelam Tamil, separatistas que actuam no norte e nordeste do Sri Lanka, reivindicam a conquista de mais duas guarnições militares ■ Realiza-se, na Timbre Seixalense, o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Poder Local Democrático.

7  
Domingo

A Austrália faz pressões no sentido de impor o inglês como língua oficial de Timor-Leste ■ Papa João Paulo II despede-se da Índia com homenagem a Mahatma Gandhi ■ XXI Congresso da Internacional Socialista reúne em Paris ■ Nelson Mandela declara que Jonas Savimbi não será bem-vindo à África do Sul ■ Carlos Carvalhas declara, em Braga, que comunistas não temem chantagens de Guterres ■ Três bombas explodem em Israel provocando 27 feridos ■ Frente Polisário adverte para um possível regresso à luta armada se o referendo no Sara não se realizar em 2000 ■ Forças russas intensificam de novo os bombardeamentos contra Grozny ao mesmo tempo que se acentua o êxodo dos chechenos ■ Inundações no centro do Vietnã causam centenas de mortos.

8  
Segunda-feira

Rede Anti-Racista entrega uma petição na Assembleia da República para a legalização de todos os imigrantes que vivem e trabalham em Portugal ■ A Assembleia Municipal de Lisboa debate o «estado da cidade» ■ Milícias pró-integracionistas impedem funcionários das Nações Unidas de transportar refugiados de regresso a Timor-Leste ■ Relatores especiais da ONU em Timor-Leste consideram que situação dos direitos humanos é catastrófica ■ Israelitas e palestinos iniciam negociações para um acordo de paz definitivo ■ Governo de Sri Lanka volta a impor a censura às notícias sobre a guerra em curso no país ■ Milhares de pessoas, em Aceh, participam na maior manifestação separatista da história da Indonésia.

9  
Terça-feira

António Guterres é eleito por unanimidade Presidente da Internacional Socialista ■ Portugal disponibiliza 1,14 milhões de contos para custear o serviço público em Timor-Leste ■ O embaixador Santana Carlos faz balanço positivo aos trabalhos da primeira sessão da última reunião do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês, embora muitos assuntos fiquem ainda por resolver ■ Ehud Barak, primeiro-ministro israelita, e Yasser Arafat, Presidente da Autoridade Palestiniana mantêm um breve encontro em Paris, onde se deslocaram para o congresso da Internacional Socialista.

## EDITORIAL

## Obviamente, a luta continua

Um mês após as eleições legislativas, formado que está o Governo e debatido e aprovado o seu Programa na Assembleia da República, o trauma da não obtenção da maioria absoluta continua a dominar impressionantemente a postura e a compostura do PS e do seu líder António Guterres. Não se trata apenas de um desencanto face à realidade dos resultados eleitorais, de uma desilusão amarga nascida do desfazer de uma profunda ilusão que durante anos, e particularmente nos últimos meses, foi como que a razão de ser do engenheiro Guterres e do seu partido. Trata-se também, e talvez essencialmente, de um inconformismo insuperável, de uma recusa radical em aceitar os factos e, consequentemente, de uma incapacidade para encarar a realidade concreta traduzida na não obtenção daquele que, para o PS, era o objectivo essencial e primeiro nas eleições de 10 de Outubro.

O rosto vencido de António Guterres no momento em que, na noite das eleições, festejava melancolicamente os resultados do PS, tem vindo a transformar-se pouco a pouco - como que numa sucessiva transposição de planos - e teve na imagem ameaçadora exibida no debate de encerramento do Programa do Governo uma expressão iniludível e elucidativa.

O processo de formação do Governo e a sua composição final são reveladores dos critérios e dos métodos que presidem à prática do Primeiro-Ministro. Com efeito, estamos perante um elenco governamental construído na base da preocupação de contemplar todas as sensibilidades internas do PS e com uma orgânica que, divorciada de qualquer estratégia pensada de governação, teve como linha essencial de preocupação a colocação dos amigos certos nos lugares disponíveis. De tal opção decorrem, naturalmente, as mais abstrusas situações, como sejam: o «ministro das polícias» acumula essas funções com as de responsável pelo Poder Local e pelo Desporto; o Ministro das Relações Políticas é, simultaneamente, Ministro das Obras Públicas - com a agravante de deixar no ar a preocupante sensação de que o desempenho dessas funções governativas não está desligado, antes pelo contrário, do facto de o bi-ministro ser, também, o homem forte do aparelho partidário...; o super-ministério das Finanças e da Economia, exemplo de originalidade pura, mete no mesmo saco a fome com a recusa da comida além de, naturalmente, «suscitar os maiores receios sobre uma ainda maior sobreposição do financeiro à economia real». Isto para não falar desse misterioso Ministério da Igualdade, de cujo conteúdo nada se sabe e que, por isso e pela escolha da titular da misteriosa pasta, provocou estupefacção e gargalhada gerais.

É certo que, bem vistas as coisas e sabendo-se o que a casa gasta, é questão de somenos importância saber quem são os nomes dos detentores das várias pastas governamentais. A farta fornada de clones disponíveis dá a António Guterres uma enormíssima margem de tranquilidade e manobra. E se dentro de um, ou dois, ou três meses o Primeiro-Ministro quiser (ou tiver que) proceder a substituições, dispõe de um «exército de reserva» inesgotável. Aliás, a criação dos super-ministros, ou

ministros coordenadores, para além de significar, de facto, a autodemissão assumida do Primeiro-Ministro da sua função de coordenador de toda a actividade do Governo (que é tida, aqui como em qualquer outro país, como a função essencial de um primeiro-ministro...), é exemplar da confiança de António Guterres no cumprimento fiel da prática de «his master's voice» por parte dos seus ecos. Assim sendo, a confirmação de que o recém-formado Governo do engenheiro Guterres, irmão gémeo do seu antecessor, vai prosseguir a política praticada nos últimos quatro anos, emerge, com grande nitidez e sem margem para quaisquer dúvidas, quer do processo de formação de Governo, quer do debate em torno do Programa do Governo e do seu conteúdo.

Como se previa, prosseguir e aprofundar os aspectos mais negativos da política do anterior Governo constitui a preocupação maior do actual Programa. A acentuação de uma política marcadamente de classe - com particulares preocupações na defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e mantendo como alvo preferencial dos seus ataques os interesses e direitos dos trabalhadores - vai ser a espinha dorsal da política a levar à prática pelo Governo do PS. Em matéria de privatizações, por exemplo, o executivo do engenheiro Guterres mostra-se apostado em concluir a magna tarefa de entregar ao grande capital, a preços de saldo, todas as empresas e actividades lucrativas ainda não privatizadas. É claro que toda esta política virá embalada em piadas intencionalmente «solidárias» e será executada na base do democrático «diálogo» tão caro ao Primeiro-Ministro... É evidente, também, que tudo isto esteve presente no discurso proferido por António Guterres no encerra-

mento do debate sobre o Programa do Governo - discurso que, sublinhe-se e alerte-se, disparou ameaças e chantagens bem elucidativas do que seria a prática governamental caso o PS tivesse obtido a maioria absoluta.

Face à situação exposta não constitui qualquer novidade dizer-se que, no plano partidário, o PCP - com os seus aliados na CDU - continuará a ser a única força a dar combate permanente, sério, determinado à política de direita. E que esse combate - com a seriedade e a responsabilidade que sempre caracterizam a acção dos comunistas - terá expressão nas múltiplas formas e áreas de intervenção partidária: na Assembleia da República onde o Grupo Parlamentar comunista prosseguirá o seu trabalho qualitativa e quantitativa superior, à semelhança do que acontece em todas as restantes instituições; nas empresas, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores incentivando, organizando e participando nas lutas pela defesa dos interesses dos trabalhadores; nas escolas assumindo as reivindicações dos estudantes e lutando pela sua concretização; enfim, em todo o lado onde os interesses e direitos dos portugueses são postos em causa pela política de direita.

O muito positivo resultado obtido nas eleições legislativas, criando novas possibilidades de reforço do Partido, veio, por isso mesmo, dar mais força à luta que continua.

*A acentuação de uma política marcadamente de classe - com particulares preocupações na defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e mantendo como alvo preferencial dos seus ataques os interesses e direitos dos trabalhadores - vai ser a espinha dorsal da política a levar à prática pelo Governo do PS*

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Saco Pereira Gomes, 3  
- 1600 - 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Saco Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91  
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
- 1169-161 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
- 1169-161 Lisboa  
Tel. 21 815 34 87/815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. 21 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Lisboa - 2710 Sintra  
Tel. 21 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L1, 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Cantão Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Mistérios do fim de século

Regular a mundialização, criar por síntese o socialismo do Século XXI, tornar o mundo mais justo. Assim se poderiam designar alguns dos enigmas formulados por António Guterres no seu percurso em direcção ao lugar de presidente da Internacional Socialista. Mistérios que a vida se vai encarregando de desmentir. Cá dentro e lá fora.

«Santos de casa não fazem milagres». Esta será provavelmente a primeira expressão que virá à boca de qualquer um ao confrontar os altos desígnios que António Guterres se propõe imprimir à Internacional Socialista e a prática e os resultados da política que por cá vai fazendo.

O crescimento das desigualdades, a polarização da riqueza, a desigual repartição do rendimento nacional são expressões concretas de uma política assente em claras opções de classe. Incompatíveis de convivência com critérios de igualdade e justiça. Só por razões de pura hipocrisia se pode apresentar como objectivo uma sociedade mais justa quando diariamente se privilegia o capital ao trabalho, o lucro aos direitos, o

financeiro ao económico, a especulação à produção.

Esta é a verdadeira essência das políticas neoliberais que cá, pela mão do PS, como por essa Europa e mundo fora pela mão dos «socialistas», vão marcando este fim de século, com o seu cortejo de dramas humanos e injustiças sociais para proveito e descanso do capital e dos senhores do dinheiro. Uma essência não disfarçável por políticas acessórias de carácter assistencial destinadas a ir recolhendo os despojos que o capitalismo se vai encarregando de semear, ditadas muito mais por razões de atenuação de descontentamento e rupturas sociais que poderiam pôr em perigo o sistema do que movidas por preocupações sociais e económicas.

Não deixa de ser curioso ouvir eloquentes tiradas sobre a intenção de «regular a mundialização» e «humanizar a globalização» àqueles que, precisamente em cada acto e decisão, têm contribuído para a construção de um mundo que pretende transformar cada direito em mercadoria, cada cidadão num cifrão. Não deixa de ser curioso ouvir àqueles que desde a primeira hora estiveram com

a liberalização da circulação dos capitais, que aprovaram e veneram os critérios e orientações de Maastricht e que estão por detrás das negociações da Organização Mundial do Comércio se apresentem por palavras contrárias ao que pelos actos criaram e alimentam.

Mas sem dúvida que o mistério maior reside no resultado que os alquimistas socialistas obterão no caldeirão da sua Internacional em matéria de fórmula para a procura do que designam por Socialismo para o século XXI. Embora desde já se possa dizer, a julgar pela receita desvendada por Guterres, que a coisa promete! O socialismo que procuram será, segundo Guterres, uma síntese da social democracia com o humanismo cristão. Muito à base das várias «vias» do socialismo europeu temperado ainda, segundo o autor, pelo magnífico pensamento do partido de Clinton. Uma receita ao gosto do capital e para ser servida à mesa das grandes grupos e impérios económicos que vão assim, por interpostas pessoas, mandando no mundo.

■ Jorge Cordeiro

## Intolerância

Passou relativamente despercebido no nosso país o acontecimento que teve lugar há poucos dias na cidade alemã de Augsburg: a assinatura da declaração através da qual católicos e protestantes se puseram de acordo com a principal tese de Lutero – a de que o homem se salva pela fé e o amor em Deus, não pelas dádivas à Igreja, nem com bulas e indulgências – e o levantamento por Roma da excomunhão do homem que há 478 anos protagonizou a Reforma protestante com a afixação das suas famosas 95 teses na porta da capela do castelo de Wittenberg.

Este passo tem obviamente o propósito de ultrapassar divisões entre cristãos, com toda a sua história de guerras, de perseguições e de horrores sem fim, de fanatismo contra ideias e livros, que durante séculos ensanguentaram e ensombriaram a vida na Europa. Mas insere-se igualmente, do lado da Igreja Católica, no caminho da “jornada de arrependimento” que o Papa convocou para 8 de Março do próximo ano para entoar um *mea culpa* geral pelos agravos da hierarquia católica contra cientistas, filósofos e teólogos, incluindo os seus silêncios e omissões face a atropelos terríveis aos direitos fundamentais de pessoas e povos.

Poderá obviamente questionar-se a autenticidade deste tipo de iniciativas perante crimes, intolerâncias e fanatismos que o debate histórico já permitiu ajuizar com grande grau de rigor e objectividade e que a consciência dos homens há muito condenou. E não falta também quem observe preocupadamente as repetidas referências do Vaticano à necessidade de “ter em conta o contexto dessa época”, como último reduto desculpabilizante do fundamentalismo que ainda se alberga na Igreja-instituição, expressa aliás em conhecidos anátemas e tentativas contemporâneas de erguer “delitos de opinião” em barreira contra a livre expressão do pensamento.

Obviamente que iniciativas que permitam chamar a atenção para o conhecimento da dimensão histórica e religiosa destas questões podem ser encaradas como contributo importante para o aprofundamento da compreensão do problema dos fundamentalismos e dos poderes que eles representam na nossa época, esta contraditória “era dos extremos” como o historiador marxista Hobsbawm magnificamente caracterizou o século em que vivemos.

■ Edgar Correia

AMÉRICA LATINA  
Eleições e lutas

Assumem particular importância os resultados eleitorais, para as legislativas e presidenciais, alcançados pela Frente Ampla (FA), no Uruguai. O progressivo crescimento desta ampla coligação de forças políticas – muito diversas na sua origem e objectivos últimos mas que, em comum, contestam as orientações do FMI e valorizam o papel do Estado na economia – conduziu à sua vitória nas legislativas, testemunhando a vontade de mudança do povo uruguaio. E a sua confiança na FA para a concretizar.

Com efeito, a FA criada em 1971, em plena crise da burguesia uruguaia, prestigiou-se na luta de resistência à ditadura militar (1973-84) que ensombrou o Uruguai. Ela encabeçou, com o movimento sindical, a movimentação popular que enfrentou de imediato o golpe militar – greve de 15 dias, manifestação nacional de massas, etc. O Partido Comunista do Uruguai, então a principal força da FA, assumiu destacado papel no aglutinar de forças e energias para defrontar a repressão que se abateu sobre os trabalhadores e o povo. Prisões, torturas, clandestinidade, exílio foi a dura realidade que se seguiu. Cerca de 300 mil uruguaios, num país com pouco mais de 3 milhões de habitantes, tiveram que abandonar o país. Mas nunca o povo aceitou os generais, o seu Estado policial e a sua política económica sujeita às doutrinas neoliberais e monetaristas que, num curto prazo, conduziram a uma inflação galopante, à falência e encerramento de empresas, à degradação da vida nos campos, a uma elevadíssima taxa de desemprego, a uma crescente dependência externa. Era o culminar da profunda crise que conduziu à transição democrática.

O regime viu-se então obrigado a iniciar um processo de negociações com forças da oposição. Do qual pretendeu, sem sucesso, afastar a FA porque subestimou a sua efectiva ligação às massas, durante a ditadura. Entretanto, a repressão e os dramáticos acontecimentos na URSS e leste da Europa conduziram a uma alteração da relação de forças dentro da FA que, contudo, não modificou o conteúdo essencial do seu percurso, virado para uma democracia participativa, a justiça e o progresso social. A sua força e prestígio, com a sempre valiosa contribuição dos comunistas, foram-se consolidando na corajosa intervenção em momentos decisivos da vida do país e na gestão democrática da câmara de Montevideo nos últimos 8 anos. Esta trajectória faz hoje da FA uma alternativa política real à tradicional alternância entre o P. Colorado e o P. Nacional.

A eleição de Tabaré Vasquez, na 2.ª volta das presidenciais, não está garantida. As classes e camadas que se revêem nos partidos burgueses tradicionais não deixarão de se mobilizar (e solidarizar) para evitar que forças de esquerda alcancem o poder. Mas seja qual for o resultado final, já ficou bem expresso o desejo duma viragem política no Uruguai.

Há um ano, Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela. Com o apoio de vários partidos de esquerda, em torno do Pólo Patriótico. São duas experiências bem distintas – a venezuelana e a uruguaia – mas ambas revelando o crescente descontentamento dos respectivos povos face às desastrosas consequências da evolução do capitalismo. Como, aliás, as muitas lutas e movimentações por toda a América Latina, neste último ano: manifestações na Colômbia, greve geral no Equador, marcha dos sem-terra e a manifestação nacional contra o governo brasileiro, lutas sectoriais na Bolívia e a dos ferroviários no Peru são boas respostas ao escandaloso agravamento das desigualdades que as orientações económicas e os processos de integração em curso acentuam. A «globalização», para os povos da América Latina, tem-se traduzido em mais exploração, maior violência, crescente miséria. Tudo indica que as orientações, responsáveis por esta política, irão para já prosseguir. Mas a resposta – nas urnas e nas ruas – (mesmo com o inquietante retrocesso na Guatemala que as recentes eleições indicam) parece tender a generalizar-se.

■ Manuela Bernardino

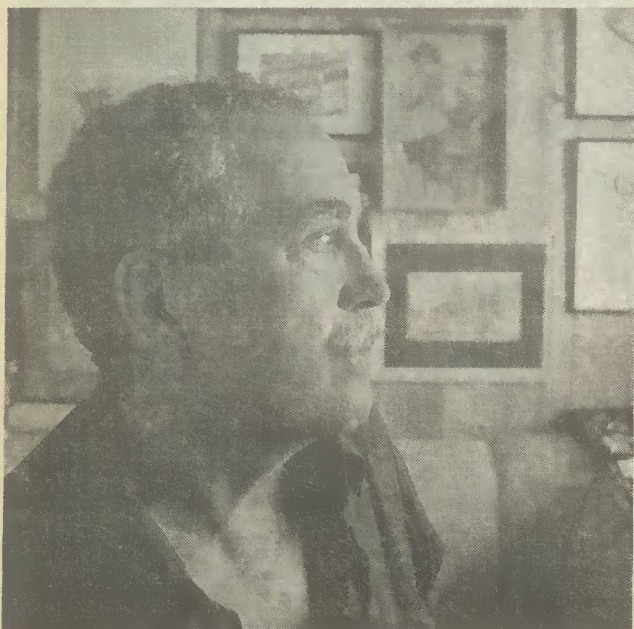


Foto: Jorge Caria

O silêncio – é de ouro...



## SEMANA



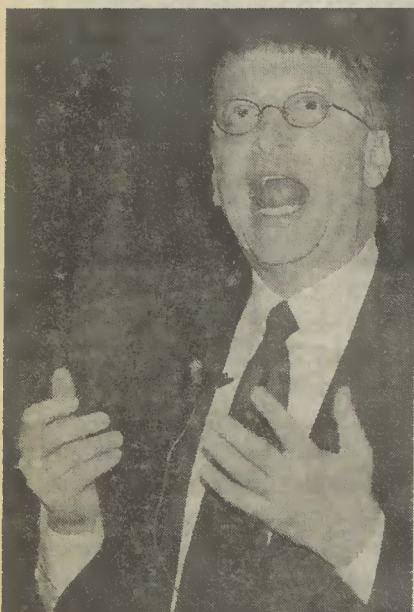
## Homenagem a Jorge Vieira

Beja vai homenagear o escultor Jorge Vieira no próximo dia 16 (dia em que o artista faria 77 anos), com a inauguração de uma escultura pública, na entrada poente da cidade. Trata-se de um memorial em bronze, projecto do próprio Jorge Vieira elaborado em 1964 para ser colocado no maciço Norte da então nova ponte sobre o Tejo, projecto de que o escultor desistiu quando soube que a ponte ia receber o nome de

Salazar. Agora, este memorial ficará em Beja, localizado na rotunda da Rua de Lisboa, junto ao bairro da cooperativa de habitação económica «Lar para Todos».

Natural de Lisboa e com oficina em Estremoz, o escultor Jorge Vieira estava muito ligado a Beja, cidade a que ofereceu parte do seu espólio artístico. Essas esculturas encontram-se expostas no Museu - Casa das Artes Jorge Vieira, inaugurado, em Beja, em Maio de 1995. Antes, em Abril de 1994, foi inaugurado na rotunda de acesso à cidade o Monumento ao Prisioneiro Político Desconhecido, também da autoria do escultor.

Jorge Vieira faleceu em Estremoz, a 23 de Dezembro de 1998.



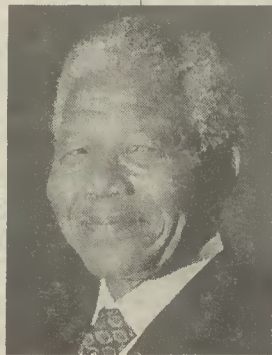
## Bill Gates acusado de «monopólio»

Um juiz federal de Washington, nos EUA, acusou formalmente o multimilionário Bill Gates da prática de monopólio e por violação das respectivas leis que proíbem essa prática, o que fez cair, de imediato, as acções da Microsoft, gigante informático criado por Gates e que domina mais de 80% de todo o comércio mundial nesta área. Esta queda em bolsa fez «evaporar» instantaneamente cerca de 20 mil milhões de dólares na Microsoft - qualquer coisa como 3840 milhões de contos - o que corresponde a, ape-

nas, 2% da cotação total deste autêntico «polvo», avaliado em 471 mil milhões de dólares. Bill Gates já recorreu da sentença para o Supremo Tribunal dos EUA, manobra que tem sido uma constante, e tal recurso pode demorar anos a chegar à barra do tribunal, o que beneficia a posição de Gates. Mesmo assim, apesar das perdas «modestas» e de uma semi-vitória, já paira sobre a Microsoft o espectro do desmantelamento em várias empresas, o que não seria a primeira vez a acontecer nos EUA.

## Nelson Mandela recusa acolhimento a Savimbi

O ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, afirmou ao canal de televisão South Africa Broadcasting Corporation (SABC) que Jonas Savimbi não será bem-vindo à África do Sul, respondendo assim aos rumores de que este estaria a tentar refugiar-se neste país, na sequência das pesadas derrotas militares que a UNITA por si chefiada está a sofrer em território angolano. Mandela acrescentou que a África do Sul nunca poderia dar guarida a Jonas Savimbi dado que a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que o seu país é um influente membro, declarou que este era um «criminoso de guerra». Recorde-se que, no passado mês de Agosto, os Chefes de Estado dos 14 países africanos que integram a



SADC reuniram em Moçambique e apelaram, na altura, ao reforço das sanções decretadas pela ONU para isolar a UNITA de Savimbi, ao mesmo tempo que apoiaram a proposta que exclui Jonas Savimbi como interlocutor na busca de paz em Angola. Por outro lado, o secretário-geral do MPLA, João Lourenço, afirmou também esta semana que «com Savimbi só negociaremos a capitulação», acrescentando que «se ele se entregar, preservaremos a sua vida, mas seguidamente irá a tribunal responder por tudo o que fez». Quanto aos outros elementos da direcção política e militar da UNITA «que se quiserem entregar», João Lourenço garantiu que o Governo angolano terá uma atitude diferente, «abrindo-lhes as portas».

## Guerra na Tchetchénia continua sem fim à vista

As forças militares da Federação Russa continuam a bombardear intensamente Grozni, a capital da Tchetchénia, que mantém completamente cercada mas sem desencadear a sucessivamente adiada «tomada de assalto». Paralelamente, acentua-se o êxodo da população tchetchena a procurar refúgio na vizinha República da Ingúchia, cujas fronteiras as autori-

dades militares russas vão abrindo e fechando sempre de forma condicionada, calculando-se que, neste momento, já se refugiaram na Ingúchia mais de 200 mil tchetchenos, facto que já colocou esta pequena República à beira de um desastre humanitário por manifesta incapacidade em acolher tão elevado número de refugiados, dado que a sua população é um pouco mais do

dobro do número de refugiados actualmente ali instalados. A artilharia e a aviação russa estenderam também os bombardeamentos à zona Oeste da Tchetchénia, atacando o que dizem ser «bastiões» ou locais de refúgio dos extremistas islâmicos alegadamente responsáveis pelos recentes atentados bombistas em cidades russas, e que provocaram mais de 300 mortos

entre a população. Em contrapartida, o regime independentista da Tchetchénia acusa a Rússia de estar a aproveitar a questão dos extremistas islâmicos refugiados neste país para restabelecer o domínio sobre a República, que se declarou independente após a guerra sangrenta travada entre 1994-1996 e que terminou com uma humilhante derrota das forças russas.

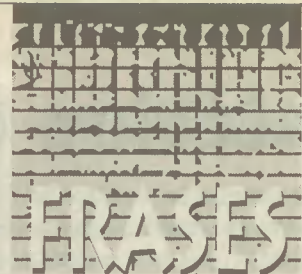
## República na Austrália com derrota provisória

Realizou-se, no passado domingo, um referendo na Austrália sobre a instituição do regime republicano, em alternativa ao actual regime que mantém o país como membro da Commonwealth e tendo a Rainha Isabel II como chefe de Estado. O «não» à mudança venceu com 54% dos votos, apesar de as sondagens apresentarem uma

vontade esmagadora do eleitorado em mudar para o regime Republicano, que libertaria a Austrália da obsoleta tutela institucional do Reino Unido. Segundo todos os analistas, tal facto deve-se ao regime de República proposto pelas actuais autoridades, que definia o novo Chefe de Estado como mera figura decorativa, eleito internamente por

uma «comissão» dependente do primeiro-ministro, enquanto a esmagadora maioria da população quer uma República com Chefe de Estado eleito por sufrágio directo, secreto e universal e detentor de poderes efectivos. O actual primeiro-ministro australiano, John Howard, partidário da manutenção do país sob a tutela institucional

do Reino Unido, foi o redactor do referendo, sendo duramente criticado por todos os defensores da República, que o acusam de ter utilizado no referendo um formato de República tão insatisfatório que a maioria dos eleitores preferiu não o subcrever, aguardando nova oportunidade para decidir a instituição da República em moldes modernos.



“Guterres não conseguiu formar um Governo de combate e agora quer que a bancada socialista seja um grupo de comandos silencioso face à guerrilha verbal da oposição. Com a tropa de elite a lutar por lugares dentro do Executivo, Guterres está, consciente ou inconscientemente, a fomentar a deserção no seu grupo parlamentar.”

(Carlos Magno  
«Diário de Notícias», 06.11.99)

“Esses cálculos e essa politiquice (de Guterres) começam a ser muito evidentes e podem correr-lhe mal, porque o povo português não gosta de jogadas e de pessoas farisaicas.”

(Carlos Carvalhas,  
em Braga, citado em  
«Diário de Notícias», 08.11.99)

“Com Cavaco, a unificação do espaço sociopolítico e do centro e centro-direita não ficaria garantida. Com Francisco Balsemão, ainda menos.”

(Ángelo Correia  
«Expresso», 06.11.99)

“Hoje em dia, rende mais – em termos de “marketing” político e de protagonismo na imprensa – fazer o que se chama “uns números” do que ter ideias claras e propostas concretas. (...) Boa parte da comunicação social entende que uma boa intriga vale mais do que uma boa ideia. (...)”

(Henrique Monteiro  
«Expresso», 06.11.99)

“Continuo a não me render a essa inevitável destruição do património social e político da Europa, continuo a acreditar que é possível conciliar competitividade e direitos.”

(Jorge Sampaio  
«Diário Económico», 08.11.99)

“A classe política no Poder na RFA em 1989 apresentou as suas escolhas – unificação monetária precipitada, privatizações, economia de mercado – como garantias de uma melhoria das condições de vida a Leste. Ora as consequências reais desta política foram a desindustrialização a Leste e uma taxa de desemprego duas vezes superior à do Oeste.”

(António Rego Chaves  
«Diário de Notícias», 09.11.99)

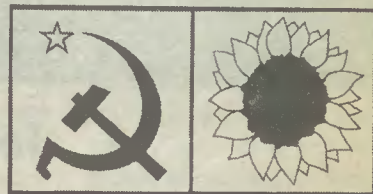
“O choque da reunificação foi brutal para os alemães da ex-RDA: basta lembrar que nada menos de 40 por cento da população activa perderam o emprego durante os dois primeiros anos do processo, que as rendas de casa subiram em flecha, que os infantários públicos foram banidos por obra e graça das implacáveis leis do neoliberalismo, dito “democrata-cristão”, de Helmut Kohl, aliás hoje muito fielmente seguido pela “terceira via” do actual chanceler, o pseudo-socialista Gerhard Schröder.”

(Idem, Ibidem)



## Encontro Nacional de Quadros sobre o Poder Local Democrático

# Projecto autárquico da CDU



# tem grande superioridade

«**N**ovos Desafios ao Poder Local Democrático», foi o tema ao qual se subordinou o Encontro Nacional de Quadros do PCP, realizado no sábado passado, na Timbre Seixalense, no Seixal, com a presença de mais de três centenas e meia de quadros comunistas, autarcas, membros de direcções regionais e militantes com responsabilidades na frente do poder local. Durante a manhã a reunião contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que, na abertura dos trabalhos, lançou alguns elementos para a discussão a fazer sobre as alterações à legislação e as suas implicações ao nível dos municípios. O debate, que se manteve vivo e participado ao longo de todo o dia, foi encerrado com a intervenção de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política.

Carlos Carvalhas começou por lembrar que aquela era uma reunião de trabalho, onde não havia lugar a «retórica», congratulando-se, de seguida, com o facto de a CDU ter atingido os seus objectivos nas últimas eleições: eleger mais deputados (e 30% de mulheres), obter maior percentagem de votos e impedir a maioria absoluta do PS.

Mas a eleição de novos deputados pela CDU é tanto mais importante quanto se verificou em distritos como Setúbal, de grande concentração operária e dinamismo económico, e Braga, com uma classe operária jovem, onde há muito não se elegia um deputado e onde ainda existe a ideia de que o voto na CDU não é um voto útil.

Carlos Carvalhas passou depois ao objectivo da reunião: reflectir sobre as alterações à legislação e a forma de melhorar o trabalho autárquico e consolidar os resultados obtidos pela CDU, «sem esquecer, como às vezes acontece, a dimensão política do trabalho do eleito». Porque, como lembrou, o objectivo que os autarcas comunistas e os seus aliados sempre têm em vista é resolver os problemas das populações, em permanente contacto com elas. O que implica «saber ouvir, auscultar e dar atenção à questão do atendimento e à participação das populações». Afirma, o que os autarcas do PCP já

fazem, numa constante «identificação com as suas gentes e as suas terras».

Outro aspecto fundamental para o secretário-geral do PCP é a informação e o esclarecimento das populações, designadamente sobre o que é ou não da responsabilidade da respectiva autarquia. E se é ao PCP ou à CDU que muitas vezes cabe encabeçar a exigência desta ou daquela reivindicação, não se pode ignorar o papel do autarca na mobilização das populações.

A unidade do Partido, foi outra questão que mereceu a referência de Carlos Carvalhas, para quem é necessário defender «o nosso projecto e o nosso estilo de trabalho», que são de «uma grande superioridade».

### Contra a «presidencialização»

O objectivo da reunião de quadros, como logo à partida foi anunciado, não era tirar conclusões mas tão só reflectir sobre as alterações à legislação e a resposta orgânica do Partido à nova situação. Uma reflexão que vai ser transportada para as organizações, onde deverá prosseguir.

De facto, durante a legislatura e governo anteriores, foi aprovado e publicado um conjunto de legislação que altera profundamente o quadro de atribuições, de



competências, de financiamento e de funcionamento das autarquias locais.

Então, as posições assumidas pelo PCP evidenciaram os aspectos diversos e contraditórios que, em sua opinião, presidiram à respectiva feitura. Algumas dessas leis foram mesmo discutidas por iniciativa do grupo parlamentar do PCP mas o resultado final, aprovado e publicado, não corresponde, em muitos casos, ao que inicialmente havia sido proposto.

No debate, a preocupação geral esteve, pois, centrada na necessidade de analisar o novo quadro agora criado, as diferentes situações existentes e as repercussões em função dessas diferenças.

Duas alterações mereceram, porém, a particular atenção dos participantes e dizem respeito ao quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (Lei 169/99) e ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/99).

Nomeadamente em relação ao quadro de competências, surge desde logo uma crítica por parte dos comunistas no que respeita à acentuação da «presidencialização» que se vai verificar aos vários níveis e é contrária aos objectivos explícitos do PCP de defesa de uma maior participação e responsabilização de todos os eleitos.

Outra questão bastante sublinhada foi a diversidade de situações que existem e variam de local para local, que

obriga a uma ampla discussão sobre as grandes diferenças que se colocam mas também a manter sempre sobre o assunto uma perspectiva muito alargada. Ou seja, há que ver a realidade local sem, contudo, perder de vista a realidade nacional, pois importa apurar a posição do PCP.

As dificuldades existentes, por exemplo, ao nível da habitação, da educação, do ambiente ou mesmo das polícias municipais surgiram ali acompanhadas de diversas preocupações. A verdade é que, sendo certo que os comunistas reivindicam novas competências para as autarquias, elas devem, ao mesmo tempo, ser acompanhadas das necessárias contrapartidas e sem a desresponsabilização do Estado. Em relação à educação, por exemplo, dizia um dos participante que a transferência de competências deve fazer-se se dela resultar um melhor exercício pelo poder local e melhorias na elevação do ensino público.

Enfim, uma discussão que Jorge Cordeiro sintetizou na intervenção de encerramento que transcrevemos na íntegra.





# Encontro Nacional de Quadros sobre o Poder Local Democrático



Jorge Cordeiro no Seixal

## Governo gora expectativas do Poder Local

Apesar de alguns dos diplomas aprovados corresponderem a necessidades há muito reclamadas pelas autarquias, em questões essenciais «o Governo optou por gorar expectativas, hipotecar reformas e enveredar por uma arbitrária transferência de competências», afirmou Jorge Cordeiro, na intervenção de encerramento dos trabalhos do encontro de quadros do PCP sobre os novos desafios que se colocam ao Poder Local.

Creio poder afirmar-se, pelo próprio conteúdo desta reunião, que as razões que a justificavam se confirmaram inteiramente.

Desde logo porque estamos perante um conjunto de legislação que alterou de forma expressiva o quadro de atribuições e competências e o regime de financiamento e funcionamento das autarquias locais.

Alterações estas que não só justificam como impõem a necessidade de se proceder a uma avaliação geral da nova legislação, das principais alterações introduzidas, da novas possibilidades que abre mas também dos novos problemas que cria.

E com toda a razão poderíamos associar ou acrescentar ao lema desta reunião - "Novos desafios ao Poder Local democrático" - uma outra ideia: a das "Novas exigências ao trabalho do Partido" que estas alterações legislativas criam.

Porque tão ou mais importante como identificar os novos problemas legais e de procedimento administrativo é a necessidade de identificar as novas exigências que o novo quadro coloca ao trabalho do Partido - às suas organizações, aos eleitos nas autarquias, à nossa acção na Assembleia da República, nas Associações de Municípios e de Freguesias.

Foram estas as questões que a reunião procurou avaliar e debater, não tendo outro objectivo que não seja o de constituir um primeiro momento de uma discussão que tem agora necessariamente de prosseguir.

### Avaliação da nova legislação

Sem prejuízo de uma avaliação mais rigorosa e pormenorizada, que

foi sendo feita nas várias intervenções, o que se pode sublinhar numa avaliação geral sobre o conjunto desta nova legislação é o seu carácter contraditório expresso desde logo em resultado da luta entre o papel e a iniciativa do Partido pelo fortalecimento e dignificação do Poder Local traduzido nas muitas iniciativas legislativas apresentadas e as opções centralistas que acabaram em muitos aspectos por marcar a legislação aprovada, e que justificam o sentido diverso de voto do PCP na AR.

E também a expressão da evidente contradição entre as reais necessidades do Poder Local e o aproveitamento integral das suas capacidades e as políticas de contenção da despesa pública e cumprimento cego dos critérios de convergência nominal que têm comandado a orientação do Governo.

É inegável que alguns dos diplomas aprovados correspondem, mesmo que sujeitos a alterações que reduziram o seu alcance, à consagração em lei de aspirações e necessidades há muito reclamadas pelas autarquias, e desde a primeira hora razões de luta e objectivo de iniciativas legislativas do PCP na AR de acordo com os compromissos eleitorais assumidos em 1995.

Mas não é possível deixar de observar que em questões essenciais - aqueles em que seria possível encontrar a resposta necessária à elevação da capacidade de realização das autarquias, a uma verdadeira descentralização e ao efectivo reforço da capacidade financeira das autarquias - o Governo optou por gorar expectativas, hipotecar reformas e enveredar por uma arbitrária transferência de competências.

Assim foi com o processo de criação das Regiões Administrativas em que o Governo depois de criar condições para a derrota da Regionalização aparece agora a pretender aproveitar o vazio para manter e reforçar a intervenção e ingerência da Administração Central e o controlo político do Governo nas políticas locais e regionais de que são exemplo o anúncio dos chamados "Altos Comissários para a Descentralização" e o processo de elaboração e de discussão do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Assim foi com a aprovação de uma Lei de Finanças Locais que não apenas ficou aquém das promessas eleitorais do PS de duplicação das verbas destinadas às autarquias, como nem sequer se aproximou do montante mínimo indispensável para permitir a recuperação da capacidade financeira perdida pelas autarquias pelo sucessivo incumprimento da Lei de Finanças anterior.

E assim o é também com a delimitação de competências. Não há que ignorar o que se esconde por detrás da intenção política de nova lei de delimitação de competências: alijar responsabilidades da Administração Central, transferir competências sem os meios financeiros necessários ao seu exercício, passar as insatisfações populares em áreas sociais fundamentais.

Mais do que descentralizar, o que se pretende é concentrar no Poder Local problemas e incapacidades acumulados pela Administração Central em anos sucessivos.

Seria ingénuo acreditar que as consequências da transferência de algumas competências atinjam todas as autarquias por igual. A concretizarem-se, o Governo procurará através de uma orientação política de favor e apoios seleccionados, não apenas o benefício de uns em favor de outros mas também o de tentar condicionar e limitar a autonomia política de acção e a liberdade de orientação de muitas autarquias.

### Resposta do Partido

Já aqui se sublinhou que se é verdade que esta nova legislação coloca novos desafios ao Poder Local, não

é menos verdade que ela coloca novos desafios e novas exigências ao nosso próprio trabalho.

*Novas exigências ao trabalho de direcção e acompanhamento do Partido ao nosso trabalho nas autarquias designadamente para as novas decisões que a legislação possibilita.*

Questões como as do preenchimento de lugares de confiança política, extensão do regime de permanência, delegação de competências e funções em eleitos e dirigentes, criação de associações de freguesias, constituição de empresas municipais e intermunicipais, criação ou não das polícias municipais, têm de exigir uma consideração e uma decisão colectivas nos organismos de Direcção do Partido.

*Novas exigências à resposta política das organizações do Partido e à sua iniciativa própria sobre os problemas locais e à mobilização das populações para a luta pelos seus direitos, num quadro em que é mais que previsível que a orientação política do Governo tenderá para se libertar de responsabilidades em matéria de investimento designadamente em áreas sociais e de serviço público.*

*Novas exigências à nossa intervenção nas Associações nacionais de municípios e de freguesias na luta pelos direitos das autarquias, pela defesa e valorização da autonomia do poder local e pela descentralização e de recusa e combate a tentações que possam haver para as instrumentalizar em benefício de estratégias e orientações políticas do Governo.*

*Novas exigências à nossa intervenção na Assembleia da República para aí, também, prosseguir a luta por um novo Regime de Finanças Locais, pela reformulação da Lei de Delimitação de Competências, por uma efectiva descentralização, pela democratização e maior participação das autarquias na gestão dos Fundos Comunitários, pela valorização do Estatuto remuneratório e profissional dos trabalhadores da Administração Local. E também para introduzir alterações que melhorem algumas das outras leis entretanto aprovadas na última legislatura.*

*Novas exigências na definição de orientações da nossa actividade nas autarquias para aproveitar o que de mais positivo salpica este conjunto de legislação e para minorar aspectos negativos de que são exemplo a progressiva presidencialização e redução de poderes dos órgãos deliberativos, preservando as características da gestão colegial e de apelo e participação de todos os eleitos que queiram contribuir para a solução dos problemas.*

Não só porque esta é a nossa forma de trabalhar mas porque fazê-lo é contribuir para criar mais dificuldades aos que ambicionam impor em lei executivos monocoletores.

*Novas exigências para colectivamente no Partido encontrarmos com ponderação as melhores opções quanto ao recurso a novos instrumentos e formas de organização e de gestão, determinadas, não por razões de moda ou de novidade, mas sim da avaliação rigorosa das suas vantagens.*

Tendo em conta a necessidade de elevar a eficácia da gestão e de preservar o carácter público de serviços básicos essenciais, sem alienar o poder de controlo dos órgãos autárquicos e salvaguardando os direitos dos trabalhadores.

*Nova exigência à acção dos eleitos do Partido e da CDU para afirmar o Poder Local como espaço de participação democrática e popular, de resolução e problemas e de luta pelos direitos das populações. Com a ideia de que será na maior ou menor capacidade que tivermos em envolver as populações e em fazer com que partilhem os principais objectivos da acção das nossas autarquias que encontraremos a margem também maior ou menor para enfrentar com êxito a ofensiva política do Governo e do partido no poder.*

*Uma nova exigência no apuramento do nosso trabalho político para que a nossa acção nas autarquias se confirme não apenas como condição de resolução de problemas e de satisfação de necessidades, mas também como meio para alargar o prestígio e a influência do PCP e um factor de formação e elevação da consciência política e social das populações e dos seus direitos.*

Colectivamente o que nos está colocado, a questão mais exigente a que temos de dar resposta é a de neste novo quadro legal sabermos manter e reforçar aquele estilo de trabalho e de gestão que afirmem o valor próprio do nosso projecto autárquico, da reconhecida capacidade de realização do Partido e da CDU, das características de trabalho, honestidade e competência que nos diferenciam.

São estes os desafios a que todos nós temos de procurar responder com a contribuição, a actividade e a opinião de todos e de cada um. Mas sobretudo com o aprofundamento do trabalho colectivo do Partido, o reforço do papel de direcção das organizações, o melhor envolvimento e acompanhamento dos trabalhadores comunistas nas autarquias e a indispensável contribuição e empenhamento partidário dos eleitos.





# Revolução de Outubro Um projecto que acabará por triunfar

**Por ocasião da passagem do 82.º aniversário da Revolução de Outubro, as organizações do PCP comemoraram mais uma vez, por todo o País, aquele que foi o mais marcante acontecimento do século e significou a primeira grande tentativa de construir uma sociedade nova e dar corpo às aspirações milenárias de justiça e igualdade dos explorados e oprimidos de todo o mundo.**

**Como todos os anos, também o colectivo de funcionários do Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes comemorou a data com um lanche-convívio onde Maria da Piedade Morgadinho, membro da Comissão Central de Controlo, fez a intervenção política que se transcreve.**

«Estamos hoje aqui reunidos neste convívio para assinalar os 82 anos da Revolução Socialista de Outubro.

Para quem não conheça de perto os membros do PCP, os princípios políticos e ideológicos e os valores éticos e morais em que assenta a sua acção, para quem a identidade do nosso Partido não diga absolutamente nada – poderá parecer no mínimo estranho o facto de nos reunirmos para assinalar o 7 de Novembro.

Afinal, não repetem até à exaustão os nossos adversários e inimigos de classe que a Revolução de Outubro já foi há muitos anos, não passou de uma aventura e o socialismo está morto e enterrado?

É certo que, na última década, assistimos, com amargura, a situações dramáticas que conduziram à liquidação do socialismo na URSS e à sua desagregação, à liquidação do socialismo nos outros países da Europa de Leste, à restauração aí do capitalismo, ao desaparecimento do socialismo como sistema mundial.

Na sequência desses acontecimentos assistimos, também, ao desenvolvimento de processos no seio de vários partidos comunistas que conduziram a crises internas profundas, divisões, perversões político-ideológicas e mesmo à sua liquidação.

Apesar de tudo isto, há razões de sobra para assinalar a Revolução de Outubro.

Em primeiro lugar, porque no século que está a findar, a Revolução Socialista de 1917 na Rússia foi de longe o acontecimento maior, aquele que mais o marcou e influenciou a sua História.

A Revolução de Outubro exerceu no mundo contemporâneo uma influência imediata, directa, extraordinariamente rica e diversificada. Todas as forças progressistas do globo sentiram na própria carne a sua influência libertadora e revolucionária. Na história da humanidade nenhuma outra revolução teve tais efeitos sobre países e povos. Os seus ideais e conquistas depressa ganharam a adesão, a simpatia e o apoio das massas trabalhadoras de todo o mundo.

Sob a influência da Revolução de Outubro a luta revolucionária estendeu-se a muitos países da Europa, da Ásia, da América.

Movimentos revolucionários, insurreições, vagas de greves, revoluções eclodiram por todos os continentes.

A Revolução de Outubro marcou também o princípio da derrocada do sistema colonial, abriu um novo período na história do movimento de libertação nacional.

O jornalista e escritor John Reed não exagerou quando escreveu que a Revolução de Outubro tinha abalado o mundo.

## Uma ajuda internacionalista

O principal resultado político do ascenso revolucionário registado imediatamente a seguir a Outubro, foi sem dúvida a consolidação da situação na Rússia Soviética e a criação pouco tempo depois da URSS, o fortalecimento da corrente revolucionária no seio do movimento operário mundial e a formação dos partidos comunistas.

Pela primeira vez na história do movimento operário, ficou provado na prática a importância e o papel de um partido proletário, autenticamente revolucionário, de um partido marxista-leninista.

À sua influência se ficou também a dever, em parte, a criação do nosso Partido em 1921.

Ao evocar Outubro é oportuno lembrar que as lutas e as transformações revolucionárias mais importantes do nosso século contaram sempre com a ajuda internacionalista da URSS e de todo o campo socialista.

A revolução portuguesa foi um dos exemplos.

A URSS constituiu, durante mais de 80 anos, uma referência para os lutadores de todo o mundo, pelos seus êxitos nos planos económico, social, cultural, científico, pelo papel histórico na 2ª Guerra Mundial ao derrotar o fascismo hitleriano, na contenção do imperialismo e das suas ofensivas agressivas. O socialismo como sistema mundial teria sido impensável sem a URSS.

Não pretendemos apagar o passado, esquecendo os erros e lembrando apenas o que foi positivo, mas não podemos deixar de evocar os êxitos que muitas vezes são esquecidos.

Apesar de erros graves, de deformações, de afastamentos do ideal comunista que acompanharam a construção do socialismo na URSS e nos outros países socialistas – essa grande experiência humana representou uma grande contribuição para o progresso e libertação da humanidade.

Assinalar a Revolução Socialista de 1917 e o seu profundo espírito internacionalista é não esquecer hoje os povos que em vários lugares da Terra, em condições por vezes extremamente difíceis lutam pela independência, pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

Cito apenas dois casos: Cuba e Timor.

Evocar Outubro é não esquecer o papel de Lênine e o seu valioso contributo para o desenvolvimento criador do marxismo, quer no plano teórico, quer no plano prático; para a organização e direcção da revolução; para a construção das bases da primeira sociedade socialista.

Na luta contra os dogmáticos do seu tempo que consideravam o marxismo como uma doutrina rígida, Lênine compreendeu perfeitamente a prática da nova época histórica, a importância filosófica das grandes descobertas científicas e enriqueceu a doutrina de Marx e Engels.

Analisando a primeira experiência de transformações socialistas, criou a teoria sobre as vias da construção do socialismo e do comunismo, desenvolveu criadoramente todos os aspectos do marxismo elevando-o a um novo nível e reforçando a sua natureza de classe. Foi o continuador do humanismo real e não abstracto que Marx e Engels afirmaram durante toda a vida na sua actividade revolucionária.

## A luta não pára

Neste fim de século que se aproxima, como nos finais de todos os séculos como nos mostra a História, vive-se o fim de demasiadas coisas e, por vezes, não se consegue ver logo claramente o princípio de outras.

Mas o mundo não pára. E os acontecimentos que testemunhamos, quer se passem no nosso país, quer ocorram noutros países, mostram que os povos não cruzam os braços, não aceitam passivamente a exploração, as injustiças, as desigualdades, a violência, a repressão, a fome, as guerras. Em toda a parte se luta, se conjugam esforços, se organizam e reorganizam forças, em situações diversificadas, não isentas de obstáculos e dificuldades. Ao longo da história da humanidade muitas foram as revoluções que venceram e muitas foram as revoluções derrotadas e sempre os povos se reergueram de novo para retomar o caminho de transformar a sociedade. A luta não se detém e com altos e baixos não pára. Estamos certos que um dia, transformações revolucionárias profundas acabarão por triunfar no mundo inteiro e em Portugal retomaremos os caminhos de Abril.

Nos últimos anos, o nosso Partido tem desenvolvido a sua actividade nos quadros de uma situação política, económica e social bastante complexa, tanto no plano nacional como internacional. Uma situação ainda longe de estar completamente definida, da qual se adivinham apenas alguns contornos.

Mas é um orgulho para nós sermos membros de um Partido que face às tantas dificuldades, problemas e fenómenos novos que atravessam a sociedade portuguesa dos nossos dias não perdeu o rumo, não se desorientou e permanece unido em torno dos mesmos ideais, dos mesmos princípios, símbolo e bandeira. É daqui que provém toda a nossa força e confiança para encarar o futuro e as próximas batalhas que nos esperam.

Abertos para a vida, atentos às novas situações e aos novos problemas, animados pelos resultados da última batalha eleitoral, prosseguimos a luta, no imediato, por uma viragem à esquerda na vida política nacional mas sempre olhos postos no futuro com o nosso projecto de uma sociedade socialista e comunista em Portugal.

Dizemos, e é uma afirmação aferida pela prática, que o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País.

Porque o PCP não é uma coisa abstracta mas um amplo colectivo de homens, mulheres, jovens empenhados generosamente e com determinação na luta ao longo de muitas gerações, em sua homenagem recordo aqui um poema de Brecht:

«Há homens que lutam um dia e são bons  
Há outros que lutam um ano e são melhores  
Há os que lutam muitos anos e são muito bons  
Mas há os que lutam toda a vida  
Esses são imprescindíveis.»

Que os ideais da Revolução de Outubro continuem a inspirar a nossa luta!»

# Porto CDU participa na gestão da cidade...

A CDU considera «muito positivo» o convite que lhe foi dirigido pelo eng.º Nuno Cardoso, quando da tomada de posse como presidente da Câmara do Porto, para assumir maiores responsabilidades na gestão da Cidade.

Os eleitos da CDU, diz a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, sempre manifestaram a sua disponibilidade para assumir pelouros e responsabilidades inerentes à sua condição de eleitos autárquicos, o que, aliás, se verificou nos dois mandatos anteriores. Uma experiência que, contudo, foi interrompida por Fernando Gomes quando, num acto de «intolerância democrática», retirou a Ilda Figueiredo as competências que lhe tinha delegado.

Assim, a CDU decidiu aceitar a proposta de Nuno Cardoso, desde que as responsabilidades atribuídas sejam «efectivas e dignas» e possibilitem «a realização de trabalho e obra em prol da cidade e da sua população» e, ainda, se forem acompanhadas dos meios humanos, técnicos e financeiros necessários à prossecução da uma actividade «dinâmica, construtiva e inovadora».

Entretanto, e como teve oportunidade de comunicar ao actual Presidente da Câmara Municipal do Porto, a CDU «não abdicará» dos compromissos que tem assumido com as populações e «manterá a sua própria análise política» sobre a actividade do Executivo Camarário, «efectuando o respectivo julgamento à luz do seu projecto para a cidade».

## ... e deputados comunistas criam Gabinete de Atendimento

Dando cumprimento aos compromissos eleitorais assumidos com o eleitorado, os deputados do PCP eleitos nas listas da CDU iniciaram o seu trabalho no círculo eleitoral do Porto com a criação do Gabinete de Atendimento Público ao cidadão, apresentado publicamente numa conferência de imprensa realizada segunda-feira passada.

O novo gabinete, chefiado pelo ex-deputado António Luís Pimenta Dias, para além de permitir aos deputados comunistas do Porto exercer o seu mandato de «forma aberta», facultar-lhes um contacto directo com os cidadãos e cidadãs do distrito que, a partir de

agora, podem ali expor os problemas que entendam dever ser levados à Assembleia da República.

A existência deste Gabinete será combinada com as visitas e contactos exteriores que regularmente serão realizados, dizem os parlamentares do PCP que se obrigam também a cumprir, «um a um», todos os compromissos constantes no Programa Eleitoral, subscritos quer a nível nacional quer a nível distrital.

Propondo-se prestar contas regulares da sua actividade, os eleitos comunistas prometem, ainda para este mês, o anúncio de algumas importantes medidas.

## Riopele Um exemplo de luta

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP, em nota à comunicação social, congratula-se com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que ratificou a sentença do Tribunal da Relação do Porto, no sentido da reintegração de 36 dos cerca de 90 trabalhadores da Fiação «C» da empresa Riopele que haviam sido alvo de uma tentativa de despedimento colectivo por parte da Administração da empresa, na sequência de um

incêndio que deflagrou no Verão de 1996.

Na opinião da Concelhia do PCP, esta decisão veio não só reconhecer a razão que assistia aos trabalhadores como fez prevalecer o preceito constitucional que consagra o direito ao trabalho.

Saudando os trabalhadores reintegrados e manifestando-lhes a sua solidariedade, o PCP afirma que a perseverança e confiança destes na sua luta vai certamente constituir um exemplo para os restantes trabalhadores do concelho.



# Braga festeja «um passo em frente»

Meio milhar de pessoas, comunistas e simpatizantes de todas as partes do distrito, estiveram, no passado sábado, no amplo Átrio do Grande Auditório do Parque de Exposições de Braga, para festejar o significativo crescimento de votos da CDU e a eleição de um deputado, nas eleições de 10 de Outubro, permitindo-lhe alcançar os objectivos que havia traçado.

O convívio, que se iniciou às 18 horas com a chegada dos primeiros amigos, prolongou-se até

cerca da meia noite, num ambiente de grande euforia, por vezes com momentos de grande

carga emocional, de que partilhavam todos os presentes, incluindo os mais idosos.

Entre os períodos dedicados aos «comes» - onde não faltaram as tradicionais castanhas da época -, as intervenções musicais a cargo de três agrupamentos musicais para todos os gostos e as intervenções políticas não houve momentos de quebra.

Todos aproveitavam para trocar palavras de regozijo e confiança com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e o recém-eleito deputado Agostinho Lopes, presentes no convívio, que era frequentemente interrompido por palmas e aplausos que acompanhavam a toada de «CDU, CDU!» e «PCP, PCP!».



Comunistas e outros democratas festejaram em ambiente de grande alegria a eleição de um deputado por Braga

## Barreiro PCP não cede a chantagens

Foi num ambiente de festa e alegria que os comunistas e democratas do Barreiro comemoraram, na sexta-feira passada, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a eleição de mais um deputado da CDU pelo distrito de Setúbal.

Numa curta intervenção, Carlos Carvalhas lembrou que o importante resultado obtido pela Coligação é ainda mais significativo, se se tiver em conta a conjuntura económica favorável ao Governo e as difíceis condições locais em que o acto eleitoral foi disputado. Referindo-se concretamente a Setúbal, Carlos Carvalhas lembrou os meios utilizados pelo PS, principal adversário no distrito - aparelho de Estado, governadores civis, rendimento mínimo, IPSS, etc. -, o facto de este partido ter como cabeça de lista um membro do Governo que «fazia promessas, acabava obras e inaugurava outras» e, ainda, a grande pressão propagandística de que o PCP e a CDU estavam em declínio irreversível.

Dá que o resultado alcançado se deva à «magnífica lista», ao trabalho feito, ao Partido e às suas organizações e a todos os parceiros da Coligação, mas seja também «indissociável do papel e da intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores, das camadas médias e do povo em geral».

Comentando, depois, o debate sobre o Programa do Governo,

Carlos Carvalhas, considerou que o Primeiro-Ministro, aproveitou o pretexto das moções de rejeição - que «foram verdadeiros tiros nos pés de quem os protagonizou e tiros de pólvora seca para efeitos mediáticos, para o show-off» - para ameaçar demitir-se e «pedir a maioria absoluta no caso das oposições lhe chumbarem propostas de lei».

Sendo, pois, uma evidência que as moções de censura - moções de derrube do governo - «lhe

deram esse pretexto», é também evidente que, neste caso, elas só foram apresentadas porque os seus proponentes - tal como o Governo - «sabiam que não tinham efeitos práticos».

Assim, a ameaça de Guterres serviu apenas para revelar que ele «ainda não se conformou com o facto de o povo português não lhe ter dado o poder absoluto», e que «tudo fará para provocar eleições antecipadas», acusando disso as oposições, com o fim de tentar obter esse poder absoluto. Aliás, segundo o secretário-geral do PCP, «a síndrome do poder absoluto persegue a ambição do Primeiro-Ministro».

Carlos Carvalhas aproveitou, ainda, para avisar o PS de que os comunistas não vão ceder a chantagens. E que o Governo deve contar com a firme oposição do PCP a «tudo o que avançar de negati-



Carlos Carvalhas, no Barreiro, considera que o resultado da CDU é «indissociável» do papel e intervenção do PCP

vo e retrógrado», já que o PCP não é um partido «dos que se atemorizam com ameaças ou dos que viram costas às dificuldades».

Por fim, o secretário-geral do PCP advertiu o Governo de que pode estar a fazer cálculos errados «se pensa que é com falsos diálogos, palavrinhas mansas ou fazendo-se de vítima, que engana o povo português», procurando em eleições antecipadas o que não conseguiu em Outubro passado.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Arlindo de Jesus Martins Pinheiro

Faleceu, no dia 6 de Novembro, com 71 anos de idade, o camarada Arlindo de Jesus Martins Pinheiro, pedreiro reformado. Pertencia à Organização Concelhia da Marinha Grande.

#### Artur da Silva Neves

Faleceu, no dia 15 de Outubro, o camarada Artur da Silva Neves. Pertencia à Comissão de Freguesia do Alto do Pina, Lisboa, e desenvolvia actividade no Comité Local de Lisboa. Era um difusor do «Avante!».

#### Manuel da Silva

Faleceu em Portimão, no dia 5 de Novembro, com 84 anos de idade, o camarada Manuel da Silva, operário da indústria naval reformado. Membro do PCP desde 1974, o camarada teve ligações ao Partido antes do 25 de Abril, em Vila Real de Santo António onde trabalhou como carpinteiro naval.

#### Maria José Figueiredo Costa e Sousa

Faleceu, no dia 7 de Novembro, com 75 anos de idade, a camarada Maria José Figueiredo Costa e

Sousa, natural da freguesia de Alcântara, Lisboa. Membro do Partido desde 1990, estava organizada na freguesia da Cruz Quebrada, Dafundo, Lisboa.

#### Maria da Piedade Henriques João Carranca

Faleceu, no dia 28 de Outubro, com 77 anos de idade, a camarada Maria da Piedade Henriques João Carranca, organizada na freguesia de Vila Franca de Xira. Foi uma das fundadoras da Associação de Reformados de Vila Franca de Xira.

#### Rogério Pedrosa

Com 56 anos de idade, faleceu, no passado dia 6 de Novembro, o camarada Rogério Pedrosa, natural de Calendário, Vila Nova de Famalicão. Pertenceu à organização da freguesia de Pedrosa, Vila Nova de Gaia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

dos comunistas no distrito, era há mais de oito anos ansiosamente aguardada pelos comunistas e democratas de todo o Norte que a ela nunca faltavam.

Carlos Carvalhas encerrou o período de intervenção política referindo-se designadamente às moções de rejeição do Programa do Governo recentemente apresentadas pelo PSD e pelo BE que, em sua opinião, serviram o PS.

De facto, «o PS bateu palmas às moções de rejeição», aproveitando-se delas para «fazer chantagem com as oposições» e abrir caminho à ideia de que o PS «pode ser «obrigado» a ir para eleições antecipadas por culpa da oposição». Ou seja, criar um discurso que torne favorável na opinião pública a ideia de que «nessas condições é natural e lógico o PS pedir a maioria absoluta».

De seguida, António Lopes, membro da Comissão Política, fez uma breve mas entusiasta intervenção, levando a sala ao rubro com o anúncio da realização em Junho ou Julho da Festa da Alegria, que desde 1991 não se realizava.

A reedição desta festa, que a partir de 1978 se tornou um marco importante da presença

dos comunistas no distrito, era há mais de oito anos ansiosamente aguardada pelos comunistas e democratas de todo o Norte que a ela nunca faltavam.

Carlos Carvalhas encerrou o período de intervenção política referindo-se designadamente às moções de rejeição do Programa do Governo recentemente apresentadas pelo PSD e pelo BE que, em sua opinião, serviram o PS.

De facto, «o PS bateu palmas às moções de rejeição», aproveitando-se delas para «fazer chantagem com as oposições» e abrir caminho à ideia de que o PS «pode ser «obrigado» a ir para eleições antecipadas por culpa da oposição». Ou seja, criar um discurso que torne favorável na opinião pública a ideia de que «nessas condições é natural e lógico o PS pedir a maioria absoluta».

Ora, em vez da desmedida ambição revelada pelo Primeiro-Ministro, o que o País precisa «é de mais verdade, seriedade e transparência e sentido do interesse público na vida política».

O País «não precisa de «distracções» parlamentares sobre as leis eleitorais, comissários políticos regionais ou moções de rejeição virtuais», prosseguiu o secretário-geral do PCP, «o País necessita é de respostas aos problemas do desenvolvimento e do desenvolvimento regional, da saúde, do ensino, do emprego com direitos, do aumento justo e digno para os reformados».

A seguir à intervenção de Carlos Carvalhas seguiu-se um animado jantar que terminaria com a distribuição pelos presentes de um grande bolo com a inscrição de «Agora vamos dar o passo em frente».

## Castelo Branco Resultados são fruto de trabalho

Realizou-se no passado dia 6 de Novembro, em Alpedrinha, o Encontro distrital da CDU de Castelo Branco para proceder à análise dos resultados obtidos pela CDU e apontar ideias, tendo em vista os desafios que se aproximam.

O encontro, presidido por Luís Garra, cabeça de lista da CDU, e encerrado por Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, contou com a presença de Armando Morais, responsável pela Organização Regional de Castelo Branco do PCP, Joaquim Bonifácio do Partido Ecologista «Os Verdes», militantes do PCP, da JCP e do Partido «Os Verdes» e, ainda, cidadãos sem filiação partidária.

Com um dos mais significativos resultados, a CDU passou no distrito de 3,5% para 5,3%, subindo em termos absolutos e obtendo mais votos em dez dos 11 concelhos. Significativo é, ainda, o facto de que todas as restantes forças políticas perderam votação, com especial destaque para o PS que, embora usando e abusando do aparelho do Estado e prometendo obras em tempo de campanha, não conseguiu evitar uma forte penalização por parte das populações.

Na origem dos resultados, destaca-se o trabalho realizado durante os últimos quatro anos, pelos militantes comunistas, nos sindicatos, nas associações, no Poder Local, no contacto directo com as populações, nas lutas mais importantes em defesa de direitos e aspirações, e pela lista dos candidatos da CDU, composta por homens e mulheres e jovens prestigiados, com uma forte ligação à realidade política, social e económica dos distritos.

Apesar de não ter tido espaço na comunicação social igual a outros, a campanha da CDU utili-

zando a serenidade de quem fala a verdade, de quem não aparece somente em campanha a prometer, contou com o empenho e a dedicação de muitos militantes e simpatizantes e alcançou uma dinâmica digna de registo.

Os resultados eleitorais vieram abrir novas perspectivas e embora a CDU não tenha conseguido eleger qualquer deputado, o trabalho irá prosseguir e os compromissos assumidos no distrito serão levados até à Assembleia da República pela voz do Grupo Parlamentar do PCP e de «Os Verdes», honrando o património de confiança conquistado por estes partidos.

Neste sentido, e concretizando o apoio já manifestado pela CDU às populações na sua luta em torno da construção do IP2, o Encontro aprovou uma Resolução no sentido de Alpedrinha ver realizada a justa aspiração da construção de uma ligação rodoviária ao IP2 e de ver aprovado um plano de recuperação e reflorestação da Serra da Gardunha.

No distrito, os comunistas continuarão a bater-se por um novo modelo de desenvolvimento, que confira mais qualidade de vida e oportunidades àqueles que vivem na região, condenando tudo o que de negativo o Governo do PS possa querer pôr em prática.

Entretanto, o Encontro, com o objectivo de potenciar as condições que existem para o crescimento da influência do PCP e da CDU, decidiu a realização de várias iniciativas descentralizadas pelo distrito e o reforço de trabalho do Partido, através da criação de comissões e frentes de luta em torno de aspirações concretas nos vários concelhos.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Programa do Governo Política de continuidade ao serviço do grande capital

A Assembleia da República apreciou o Programa do XIV Governo Constitucional. A apoiá-lo, sem reservas, esteve a bancada do PS, que garantiu, designadamente, o chumbo das moções de rejeição subscritas pelo BE e PSD. As críticas, essas, vieram de todos os quadrantes da oposição. Particularmente contundente esteve o PCP. As linhas programáticas e orientações que norteiam o Governo e as suas políticas, acusou, assentam numa matriz neoliberal que nenhuma retórica social consegue iludir ou esconder. Por isso, como salientou Carlos Carvalhas, intervindo no final do debate, em vez da viragem à esquerda que o País carece, assistiremos ao prosseguimento de uma política que se «tem traduzido nos privilégios aos grandes grupos económicos e ao capital financeiro especulativo, em detrimento das actividades produtivas, com a submissão do social ao mercado todo poderoso».

Ao enveredar por este caminho, no entender da bancada comunista, o Executivo do PS insiste em prosseguir políticas de direita que o eleitorado, nas últimas eleições, deu sinais de querer inverter. Contrariamente aos desejos de maior justiça, de redução das desigualdades e de progresso social, «inerentes à necessidade de uma política de esquerda em Portugal», salientada pelo deputado comunista Agostinho Lopes, o Executivo de António Guterres continua apostado numa política que, nas palavras do Secretário-Geral do PCP, se traduz em «concentração de riqueza, assistencialismo e caridadezinha para com as vítimas e de leilão de empresas e serviços públicos rentáveis».

## Controleiros partidários

Não podia, por isso, deixar de ser crítica – e crítica muito severa – a avaliação que o grupo comunista fez das linhas de intervenção avançadas pelo Executivo para os próximos quatro anos.

Não se revendo praticamente em nenhum dos planos da sua

acção, reservas, desde logo, foram colocadas quanto à própria orgânica do Governo. Para além das estupefacções suscitadas com a distribuição de pastas numa lógica de resposta às sensibilidades no seio do PS e à arrumação de amigos, a que Octávio Teixeira já aludira em entrevista ao «Avante!» na passada semana, à baila no decorrer do debate veio também a criação dos ministros coordenadores das áreas social e económica.

Tudo leva a crer, na opinião do presidente da formação comunista – e foi nesse sentido que confrontou o Primeiro-Ministro –, que se trata de uma opção destinada a permitir que aquele se demita de assumir as suas responsabilidades próprias de coordenar «as orientações e actividades políticas de todo o Governo». Quem sabe se – disse-o ainda Octávio Teixeira, numa alusão à possível designação de Guterres para presidente da Internacional Socialista –, para se «dedicar a outras tarefas eventualmente “mais nobres” de âmbito internacional».

Duramente verberada foi também a atribuição formal da tutela das Comissões de Coordenação Regional a um ministério.

denação Regional a um ministério.

Não obstante as afirmações de Guterres, segundo as quais estes cargos políticos correspondem a uma mera questão de orgânica do Governo, sustentando que apenas se destinam «a coordenar os serviços periféricos da Administração Central e a descentralizar competências», a verdade é que existem fundados receios de que aquelas Comissões se transformem «em direcções-gerais de apoio a “controleiros regionais dependentes do Primeiro-Ministro».

## Fúria liberalizadora

Mas foi sobre o quadro das políticas concretas definidas em termos gerais no Programa do Governo que se fizeram sentir com maior acuidade as preocupações dos deputados comunistas. É que em causa – sublinhou-o Agostinho Lopes – está o facto de a «espinha dorsal» do Programa assentar numa «visão liberal, traduzida em especial no chamado “novo perfil da política económica».

Significa isto, ainda segundo as palavras do deputado eleito por Braga, a continuação

dos privilégios aos grandes grupos económicos, a continuação da prioridade ao capital financeiro, a submissão do social ao mercado, a definição de um «programa plurianual de privatizações onde nem a Bolsa escapa e onde um curioso etc. deixa lugar para todas as hipóteses».

Trata-se, em suma, de uma «fúria liberalizadora», como foi apelidada, que encontra expressão nos mais variados domínios. Como é o caso da política de emprego em relação à qual o Governo não esconde ter como sua principal preocupação – a da flexibilidade.

## Em sintonia com o patronato

Vicente Merendas, em nome da bancada comunista, recordou como esta preocupação, expressa pelo Governo em múltiplas referências sempre que aborda o mundo do trabalho, coincide «com as pretensões do grande patronato».

No momento em que o desemprego de longa duração cresce e a qualidade do emprego piora a olhos vistos, como sublinhou Vicente Merendas, é de todo inaceitável que o Executivo do PS queira «continuar o caminho da redução do horário de trabalho acompanhado da introdução de critérios de flexibilidade na gestão do tempo de trabalho».

Como é absolutamente inadmissível que, simultaneamente, o Governo tenha subjacente no seu Programa a intenção de «voltar à carga» com o pacote laboral, que tanto repúdio suscitou por parte dos trabalhado-

res, no qual se incluem, entre outras medidas gravosas, o direito a férias sujeito a reduções drásticas por razões de doença prolongada, ou a desvalorização do conceito de retribuição.

Também nas políticas de educação e saúde são notórias as marcas de um modelo em que o «Estado é remetido a um mero papel de financiador», com evidente recuo das políticas públicas. A orientação é sempre a mesma – «a desresponsabilização do Estado», como assinalou Agostinho Lopes –, venha ela enroupada por eufemismos como «parcerias», «escolha entre diversas alternativas» ou «promoção do mutualismo».

## Fiscalidade iníqua

Também no que se refere à política fiscal, nomeadamente

quanto à necessidade de uma urgente reforma neste domínio, não são de molde a tranquilizar as intenções descortináveis no Programa do Governo. Octávio Teixeira, dirigindo-se directamente a Guterres, perguntou mesmo se o «Governo tem alguma intenção de fazer qualquer reforma fiscal» e, em caso afirmativo, qual o seu sentido.

Guterres respondeu que «não haverá uma, mas inúmeras». Isso não desfez, porém, as dúvidas resultantes da leitura do Programa do Governo. Porquê? Pela simples razão de que as referências nele contidas sobre esta matéria permitem depreender que existe uma indisfarçável vontade de promover as benesses fiscais ao grande capital, na exacta proporção inversa do que está previsto sobre a carga fiscal dos rendimentos do trabalho, relativamente à qual, escandalosamente, não há qualquer referência.

## Moções de rejeição

# Pura táctica a favor do PS

«Face a este Governo e a este Programa seremos, sem margem para dúvidas, oposição de esquerda nesta Assembleia da República. E aqueles que nos conhecem sabem que não precisamos também de o evidenciar nesta altura com uma moção inconsequente, nem esta serve para ver quem está mais afastado do Governo». Nestes precisos termos avaliou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, as circunstâncias políticas e o significado da apresentação das moções de rejeição do Programa governamental subscritas pelo BE e pelo PSD, definindo simultaneamente o exacto posicionamento do PCP perante aquelas iniciativas e perante o Executivo do PS.

Não encontrando qualquer razão que as justifique do ponto de vista da «transparência na vida parlamentar», a apresentação de tais moções, no entender do dirigente comunista, obedece apenas a «intuítos manifestamente tacticistas e politiquieiros, uns querendo parecer os maiores opositores de esquerda, outros querendo parecer os maiores opositores de direita».

Ainda de acordo com as palavras de Carvalhas, este «não é um acto de oposição ao PS ou que vise enfraquecer e condicionar o seu Governo». Bem pelo contrário, observou, «funciona a favor do PS que assim tenderá a reclamar ter visto fortalecida por uma votação a sua investidura parlamentar e poderá apresentar as moções de rejeição como sendo formas de contestar as decorrências institucionais dos resultados eleitorais e como “bota-abaixismo” das oposições».

Invocada pelo dirigente do PCP foi ainda uma terceira razão para não acompanhar uma iniciativa que, no caso do PSD, entre outros objectivos, encerra o de «mascarar a sua efectiva concordância com as linhas mestras da política de direita do Governo». É que «não é um acto de clarificação», sublinhou, na medida em que «não pode haver maior situação de confusão e disfarce do que o PSD, que é o partido que reconhece ele próprio estar mais próximo programaticamente do PS, apresentar e votar uma moção de rejeição do programa do Governo do PS».

Recorde-se que a moção de rejeição do BE foi chumbada com os votos contra dos deputados do PS e as abstenções das bancadas do PSD, PCP, CDS-PP e PEV. A moção de rejeição do PSD, igualmente inviabilizada, por seu lado, recebeu os votos contra do PS, abstendo-se as bancadas do PCP, CDS-PP, Bloco de Esquerda e PEV.

## Carlos Carvalhas

# «Seremos oposição de esquerda»

Intervindo na recta final do debate sobre o Programa do Governo, o Secretário-Geral do PCP anunciou o propósito do Grupo comunista de intervir na Legislatura agora iniciada visando não apenas a «aprovação de medidas e projectos positivos» como também o combate a «tudo» o que seja entendido como «negativo ou retrógrado para o povo e para o País».

Reiterando a ideia de que o PCP será «oposição de esquerda com a plena consciência da exigência das responsabilidades, tarefas e desafios» que lhe estão colocados, elencadas por Carlos Carvalhas, antecipando linhas de acção dos deputados comunistas, foram ainda algumas das suas preocupações e prioridades, todas elas radicando na afirmação de «valores e ideais» e numa «forte e profunda vinculação aos problemas do povo e do País».

«Combateremos com toda a firmeza alterações às leis eleitorais que a pretexto da resposta à abstenção o que visam é a criação de uma falsa bipolarização e a obtenção na secretaria daquilo que não se obtém nas urnas...

Combateremos na Assembleia da República, como fora dela, mais precarização, mais flexibilização das leis laborais e combateremos firmemente a famigerada leis das férias, se o Governo reincidir na sua apresentação.

Combateremos com toda a firmeza nesta Assembleia da República, como fora dela, a manutenção de pensões de miséria e políticas salariais que continuem a desequilibrar a distribuição do rendimento nacional.

Fiscalizaremos as actividades governamentais e exigiremos clareza e celeridade nas informações que o Governo deve prestar nesta

Assembleia da República. Não aceitaremos mais posições de opacidade como as que o Governo tomou em relação ao Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) ou agora em relação à nova reunião sobre Organização Mundial do Comércio, em que esta Assembleia não conhece qualquer opinião ou estudo do Governo sobre as suas consequências na economia portuguesa.

Nem aceitaremos, por exemplo, que o Governo continue a lavar as mãos à Pilatos em relação a questões graves como a que se passa com a instalação do gás natural em que as empresas distribuidoras não tornam claro e transparente o que está o cliente a pagar no acto do contrato, o que é um verdadeiro escândalo.

Não aceitaremos também que a Banca continue a pagar taxas efectivas do IRC muito abaixo da taxa normal e muito abaixo do que pagam uma pequena empresa ou um assalariado com um modesto rendimento.

Nem aceitaremos que os SIS continuem sem qualquer fiscalização desta Assembleia da República e tudo faremos para que a vida política adquira mais dignidade, verdade e sentido de interesse público.

Demonstraremos que há outra política e outras propostas e medidas, que há outros caminhos que não os da cedência às pressões dos grandes interesses ilegítimos; que há outros caminhos para a União Europeia que não seja a sua construção sobre as ruínas do chamado Estado-Providência, sobre a regressão social, trabalho precário e um alto nível de desemprego; e é inaceitável que em nome da globalização e do livre cambismo planetário se procure alinhar os salários e a protecção social pelo nível mais baixo e se promova fantásticas concentrações de riqueza».



## TRABALHADORES

## Professores

Na Escola Superior de Educação de Viseu houve cerca de um milhar de professores que não tiveram acesso aos cursos de complemento de formação. Ao denunciar a situação, para que havia alertado no final do ano lectivo passado, o Sindicato dos Professores da Região Centro aponta ao Ministério da Educação «um comportamento intolerável» nesta matéria, já que negou à ESE de Viseu «a possibilidade de realizar formação para o número de docentes para que a instituição objectivamente tem capacidade». O SPRC acusa o ME de ser «o principal responsável pelo facto de a educação estar transformada num grande e lucrativo negócio», uma vez que, «prejudicando os professores e as instituições do ensino superior público, autorizou primeiro e muito mais vagas para as instituições privadas». O sindicato protesta ainda contra os responsáveis da ESE de Viseu que, face ao elevado número de protestos de professores que não tiveram acesso aos cursos e estão a reclamar da selecção feita, decidiu instituir uma taxa de cinco mil escudos por cada reclamação.

## Ética

A 2.ª Conferência Nacional da Informação Médica, que a Fequimetal/CGTP vai realizar a 26 e 27 deste mês em Lisboa, vai debater medidas legislativas para consagração legal do Código de Ética dos profissionais do sector, bem como normas específicas e regras contratuais. A comissão organizadora informou na semana passada que a conferência decorrerá sob o lema «O prestígio e dignidade profissionais são o espelho do nosso comportamento», tendo por objectivos «contribuir para consolidar os critérios definidos pela Organização Mundial de Saúde na promoção e publicidade dos medicamentos, consagrar o Código de Ética dos Profissionais de Informação Médica, valorizar o contrato de trabalho e actualizar a carteira profissional».

## Carteiros

Continuar a luta foi a decisão expressa pelos trabalhadores do Centro de Distribuição Postal da Costa de Caparica, concentrados no dia 3 frente ao edifício da administração dos CTT, em Lisboa, durante a greve que realizaram por melhores condições de trabalho (instalações, motorizadas, horários e sobrecarga laboral). Na moção aprovada durante a concentração e divulgada pelo SNTCT/CGTP, as responsabilidades pelas consequências da evolução da luta são imputadas à administração, pois a situação «arrasta-se há muito tempo, tem havido reuniões, tem havido muitas promessas, tem havido muitas mentiras e tem havido, sobretudo, muito pouca vontade de resolver os problemas».

# Luta nos Estabelecimentos Fabris do Exército

## «Novos explorados» contra a discriminação

Os cerca de 2100 trabalhadores das Oficinas Gerais de Material de Engenharia e de Fardamento e Equipamento, do Laboratório Militar e da Manutenção Militar estão, há 9 anos, sem quaisquer alterações nas carreiras profissionais, denuncia o sindicato do sector, que tem em curso uma série de acções de luta.

Na segunda-feira, junto às instalações do chefe do Estado-Maior do Exército, delegados e dirigentes sindicais fizeram «um quarto de sentinela» durante duas horas, protesto que se repetiu na terça-feira e ontem. Vão ainda ter lugar plenários, concentrações e sessões de esclarecimento da população, evoluindo para «uma grande acção de luta, que envolva todos os trabalhadores, a realizar na semana de 22 a 26 de Novembro», informou o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

A decisão de promover este «mês de luta» foi tomada num plenário do STEFFAs/CGTP, no dia 3, onde suscitou forte indignação a «constrangedora falta de

vontade para resolver os problemas dos trabalhadores», que põe em causa «a credibilidade dos directores dos estabelecimentos fabris e do CEME». Na nota sobre as conclusões do plenário salienta-se que, «num sector em que se impõem salários ofensivamente degradantes, é inadmissível a discriminação e o contraste verificado com o tratamento dado aos trabalhadores da Administração Pública, equiparados, Arsenal do Alfeite e militares» — com particular acento nestes, que há poucos meses trouxeram para a rua a sua exigência de melhores salários e agora «recusam dialogar, no sentido de discutir propostas de melhoria dos salários para os trabalhadores dos EFE».

## Salários atrasados nos consulados

Funcionários dos consulados e embaixadas de Portugal estão a receber os salários com atrasos, denunciou o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas.

Numa nota divulgada na semana passada, o STCDE diz que já protestou junto de responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros e sublinha os prejuízos que os atrasos no pagamento de salários trazem aos trabalhadores, que se vêem impedidos de respeitar os compromissos financeiros que assumiram, e para o ambiente de trabalho e a qualidade do serviço.

O pagamento regular de salários tem sido perturbado, refere o sindicato, porque tem havido atrasos no recebimento das verbas enviadas trimestralmente pelo Ministério das Finanças para os consulados e embaixadas. «Como se já não bastassem os atrasos de muitos meses» verificados em cada actualização salarial anual — protesta o STCDE.

No consulado-geral de Toronto, os trabalhadores fizeram um abaixo-assinado, que divulgaram publicamente e enviaram ao ministro Jaime Gama, reclamando a resolução imediata do problema e a adopção de mecanismos para evitar que semelhantes casos se repitam no futuro. Na Suíça, confrontados com a informação de que só iriam receber a 11 ou 12 de Novembro (em vez de 22 de Outubro), houve trabalhadores que expressaram a dis-

posição de entrarem em greve, se o problema não ficasse resolvido até à passada segunda-feira.

## Estatuto

O novo estatuto profissional dos trabalhadores consulares foi «mal publicado», afirma o STCDE, comentando a saída oficial do documento, em anexo ao DL 444/99, no Diário da República de dia 3. O estatuto «não vinha acompanhado dos anexos a que o articulado faz referência, nomeadamente um quadro que define os conteúdos funcionais das carreiras e outro com as tabelas salariais, o que vai obrigar à publicação de rectificações ou à republicação integral do diploma», critica o sindicato.

A aprovação oficial do estatuto profissional marcou a Assembleia Geral do STCDE, que teve lugar em Paris, no dia 30 de Outubro.

O diploma, que já havia sido promulgado pelo Presidente da República, resultou de negociações entre o sindicato e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante os quatro anos da anterior legislatura, e «vem preencher grandes vazios, que se verificavam na regulamentação laboral» do sector. Uma nota do STCDE destacava o facto de os trabalhadores passarem a dispor de um novo período de 90 dias, para exercerem o direito de opção pelo regime da Função



Para exigir que os responsáveis do Exército dialoguem com os trabalhadores, o sindicato fez «um quarto de sentinela» à porta do chefe do Estado-Maior

Num documento distribuído à população, durante os «quartos de sentinela», o sindicato aponta alguns exemplos da disparidade salarial, agravada depois de, pela segunda vez nos últimos nove anos, os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do

Exército não terem sido abrangidos «pela merecida valorização de carreiras, aprovada em Janeiro de 1998 para a Administração Pública, equiparados e Arsenal do Alfeite». A «injusta discriminação» é traduzida em diferenças salariais superiores a 25 por cento e que, no caso das carreiras de técnicos licenciados, ultrapassam os 40 por cento, na comparação entre os EFE e o Arsenal.

«O Governo e o Exército, que estão a preparar-se para gastar milhares de contos em publicidade para recrutamento, nada fazem para alterar a situação», protesta o sindicato, notando que «os mesmos cidadãos que, na rua, reivindicaram aumentos salariais e melhorias nas carreiras, dão hoje pareceres negativos às justas reivindicações dos estabelecimentos de que são responsáveis».

O sindicato sublinha que «a situação é de tal forma que, no passado dia 4, o subdirector das Oficinas Gerais de Material de Engenharia interrompeu um plenário de trabalhadores, legalmente convocado, impedindo que nele participasse um diri-

gente sindical que é trabalhador daquela casa há 28 anos». A expulsão de Joaquim Granadeiro foi acompanhada da recusa de entrada dos dirigentes sindicais.

Como forma de protesto, os trabalhadores das OGME deslocaram-se, de imediato e em manifestação, até à residência oficial do Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, onde uma delegação deixou «bem expresso o repúdio pela atitude fascizante» do tenente-coronel Oliveira.

O STEFFAs salienta que os EFE «são o garante logístico da operacionalidade do Exército português», possuem trabalhadores que são «uma reserva de mão-de-obra altamente especializada» mas «auferem salários ofensivos para a sua dignidade e cumprem um horário de trabalho superior ao praticado na Administração Pública». Sentindo-se «indignados pela forma como estão a ser tratados e pelo recurso a atitudes prepotentes e antidemocráticas», afirmam-se na disposição de «continuar a lutar pelos seus direitos, sem se deixarem intimidar pelas atitudes repressivas».

## Greve na Ceriarte

Os cerca de meia centena de trabalhadores da Ceriarte decidiram entrar segunda-feira em greve por tempo indeterminado, em defesa dos salários e contra o eventual encerramento da unidade instalada em Coimbra.

Desde Janeiro que os cerca de 50 trabalhadores recebem os salários com 15 e mesmo 20 dias de atraso, reclamando agora o pagamento do ordenado referente a Outubro, depois de recentes notícias terem avançado com um eventual encerramento da empresa, refere a Lusa. Na segunda-feira, os trabalhadores iriam definir as formas de luta a seguir, num plenário com representantes sindicais, antes destes reunirem com várias entidades, nomeadamente Governo Civil, Câmara de Coimbra, Caixa Geral de Depósitos, Segurança Social e Ministério do Emprego.

O coordenador da União de Sindicatos de Coimbra refutou a «falta de condições» para

competir com outros mercados, nomeadamente o asiático, que os responsáveis da empresa indicam como motivo da falta de cumprimento dos prazos de pagamento ao pessoal. António Moreira considera tratar-se «não de uma falência, mas de um encerramento fraudulento» relacionado com interesses imobiliários. «O caso desta empresa tem em comum com o da Mondorel o facto de estarem em causa interesses obscuros, de especulação imobiliária», declarou, aludindo a um pedido de «averbamento de loteamento do terreno» onde se encontra a Ceriarte, que deu entrada na CM de Coimbra. «Não admitimos que a especulação imobiliária se imponha ao trabalho e ao aparelho produtivo de Coimbra», disse o sindicalista.

A Ceriarte integra um grupo de quatro empresas; das três que funcionavam em Leiria, a Martam encerrou a laboração em finais de Outubro.



## TRABALHADORES

# Despedimentos à vista nos bancos ibéricos em França

## Reformados

Amanhã, em Braga, tem lugar um plenário distrital de reformados, pensionistas e idosos, para debater as reivindicações para o ano 2000, designadamente quanto a aumentos das pensões, cuidados de saúde, acesso a lares de terceira idade e criação de novos centros de dia. A iniciativa, promovida pela União dos Sindicatos do distrito, decorre na Casa do Trabalhador, a partir das 14.30 horas, com a participação do coordenador nacional da Inter-Reformados, Carlos Almeida, e do coordenador da USB/CGTP, Adão Mendes. No plenário, que assinala o encerramento do Ano Internacional das Pessoas Idosas, vai ser ainda debatido o próximo congresso da Intersindical.

## Seguros

O alargamento do âmbito do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, que passa a nacional, foi aprovado por unanimidade no congresso extraordinário do STSN, realizado sábado no Porto. A direcção do sindicato ficou mandatada para dar os necessários passos para o registo e publicação dos novos Estatutos.

## CGT

Bernard Thibault, secretário-geral da CGT, esteve na semana passada em Portugal, a convite da CGTP-IN, chefiando uma delegação da central francesa. Durante quinta e sexta-feira, os sindicalistas franceses tiveram, entre outros, contactos com a Comissão Executiva da Inter, com a Fequimetal e com a Fenprof. Sexta-feira à tarde assistiram à sessão solene de abertura do ano lectivo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, cerimónia a que presidiu o Chefe de Estado português.

## Cascais

A privatização dos serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Cascais, entregues à SUMA, representaram «um mau serviço aos trabalhadores», acusa a CDU. Num comunicado em que responde à afirmação dos responsáveis camarários, de que «fica mais barato» o serviço feito por uma empresa privada, a coligação denuncia a exploração feita na SUMA, onde é fomentada a precariedade, são contratados trabalhadores à hora e ao dia e, depois de algum tempo, são despedidos. «É claro que assim tem que ser mais barato», protesta a CDU, que manifesta solidariedade aos trabalhadores da SUMA e exige que «sejam considerados todos os seus direitos, inclusive o direito a um posto de trabalho seguro».

**As organizações sindicais dos estabelecimentos bancários portugueses e espanhóis, sediados em França, recebem despedimentos em massa, na sequência das fusões em curso, e da denúncia da convenção colectiva de trabalho pela Associação Francesa de Bancos.**

«Sabemos que o sistema bancário português é o terceiro sistema na Europa onde há mais concentração, mas que ainda não chegou ao fim. Em Espanha, a situação é idêntica, e há uma interligação bastante importante entre o capital bancário português e espanhol», disse Cristina Semblano, delegada sindical da CGT na Caixa Geral de Depósitos.

«As fusões já realizadas a nível ibérico, provocaram nos últimos oito anos a perda de mais mil empregos nos bancos portugueses em França», refere um comunicado da Frente Sindical Unida, que reúne as organizações sindicais dos estabelecimentos bancários portugueses e espanhóis. «Em virtude das fusões que se vão ainda verificar em Portugal e na Espanha, com planos sociais e despedimentos, a denúncia da convenção colectiva de trabalho em França, que será efectiva no dia 31 de Dezembro de 1999, vai agravar ainda mais

essa situação, salientou Cristina Semblano, citada pela Agência Lusa.

«Tanto mais que o projecto da nova CCT apresentada pelo patronato introduz a noção de despedimento por razões pessoais sem motivos disciplinares. Isto significa que, se uma pessoa não agrada ao patrão, pode ser despedida», acrescentou a delegada sindical.

Os sindicalistas portugueses queixam-se igualmente de pressões exercidas junto do pessoal pelas direcções de certos estabelecimentos bancários. «Quando da paralisação de uma hora, no passado dia 26 de Outubro, houve directores que foram às agências para fazerem pressão junto dos empregados, perguntando porque é que fizeram greve», contou Agostinho dos Santos, delegado CFDT do Banco Popular Comercial (Nova Rede/Atlântico). O pior, acrescentou este sindicalista, «é que essa pressão continua. Hoje estamos em 1999 e a democracia tarda a entrar nos

bancos portugueses em França».

A Frente Sindical Unida dos Bancos Ibéricos esteve recentemente reunida com representantes (e negociadores junto da Associação Francesa de Bancos) de todas as organizações sindicais – CFDT, CFTC, CGT, FO e SNB – que saudaram a criação da Frente Unida e o seu alargamento aos bancos espanhóis.

Durante essa reunião, além da questão da Convenção Colectiva, foi denunciado o facto de que «os bancos portugueses e espanhóis, ao mesmo tempo que despedem

trabalhadores em França, enviam pessoal das sedes, pago a preço de ouro, nomeadamente no Banco Popular Comercial e no Banco Português de Investimento».

A Frente Sindical Unida dos Bancos Ibéricos reúne sindicalistas portugueses da Caixa Geral de Depósitos, do Banque Franco-Portugaise, do Banco Pinto e Sotto Mayor, do Banco Português de Investimento, do Banco Popular Comercial (Nova Rede-Atlântico) e do Banco Mello (France), e espanhóis do Banco Bilbao Viscaya e do Banco Santander Central Hispano.

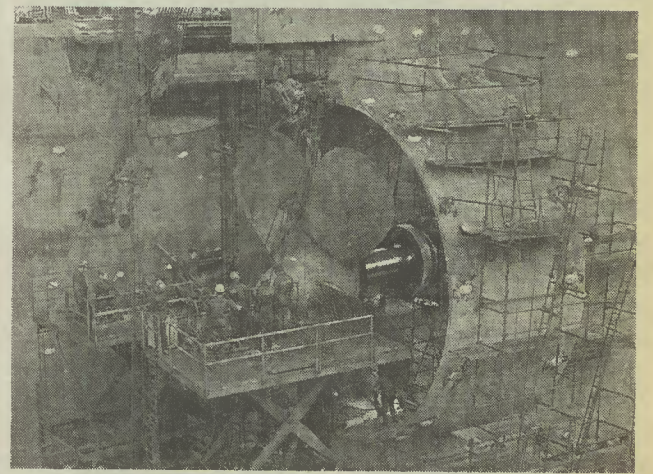
## Jornada europeia do sector naval

A Fequimetal/CGTP-IN apelou à participação dos trabalhadores na acção de luta do sector naval, em toda a Europa, promovida na passada sexta-feira pela Federação Europeia dos Metalúrgicos, onde a estrutura portuguesa está filiada.

Em nota à imprensa, a Federação Intersindical da Metalur-

gica, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás denuncia o facto de não haver, em Portugal, «uma política credível para o sector» e recorda que, «apesar da crescente procura na construção e reparação naval, esta tem sido desviada para os países do Oriente, nomeadamente para a Coreia, que em seis anos, com financiamento do FMI, triplicou as suas capacidades produtivas, o que já originou a eliminação de mais de duzentos mil postos de trabalho no conjunto dos estados-membros da União Europeia, dos quais mais de vinte mil em Portugal».

No quadro da jornada europeia, foram organizados *meetings*, assembleias e paralisações nos diversos estaleiros, de Viana do Castelo, Aveiro, Porto, Figueira da Foz, Almada e Setúbal. Os trabalhadores, refere a Fequimetal, reclamam medidas que garantam estabilidade, aproveitamentos das potencialidades nacionais,



Em Portugal foram eliminados mais de vinte mil postos de trabalho na indústria naval (foto de arquivo)

modernização do sector e salvaguarda do emprego.

## Mineiros

Depois de esperarem «há vários meses» que a Inspeção do Trabalho se deslocasse à Somincor, onde foi denunciada uma prolongada e persistente manobra de «pressão ilegítima» da administração sobre

um delegado sindical, com o objectivo de o deslocar de Lisboa para Neves Corvo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira comunicou ao inspector-geral que, no próximo dia 22, vai colocar um carro à sua disposição, para o levar às instalações da empresa. O STIM diz que não entende «o que faz parar a Inspeção do Trabalho» na resposta à solicitação sindical.

## Sonae usa «seguranças» para forçar rescisões

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte acusou sexta-feira a rede de hipermercados Continente, do grupo Sonae, de utilizar os elementos da sua segurança para obrigar duas trabalhadoras a rescindirem os seus contratos.

O Cesnorte/CGTP-IN, em comunicado citado pela Agência Lusa, refere que «em lojas dos hipermercados de Gaia e Matosinhos foram obrigadas a despedir-se duas trabalhadoras, com o apoio do chefe de segurança e na presença de outros elementos da empresa». Segundo o sindicato, as fun-

cionárias foram «colocadas numa sala durante cerca de três horas» e obrigadas a assinarem um documento de rescisão «contra a sua vontade, numa atitude ilegal e persecutória».

O comunicado refere que uma das trabalhadoras, funcionária da empresa há dez anos, foi acusada de estar a mascar *chiclete* na frente da loja onde trabalhava e a outra de ter deixado passar o seu pai com mercadoria sem registo, «acusação esta feita 24 horas depois e sem qualquer fundamento, como aliás se provou».

O Cesnorte – que «mais uma vez procurou obter informa-

ções junto da direcção da empresa, mas sem êxito» – afirma «não aceitar que um dos maiores grupos económicos do sector, com um volume de vendas de 470 milhões de contos, utilize como prática dentro de algumas das suas lojas a perseguição e, por vezes, até a humilhação dos trabalhadores».

O sindicato vai exigir que a empresa «altere a prática de alguns dos seus quadros e faça cumprir as disposições legais e o contrato colectivo de trabalho, instrumento negociado livremente entre as partes».



## Leucose bovina

Nos últimos anos surgiram no concelho de Baião algumas centenas de casos de «leucose bovina enzoótica», uma situação que afecta a produção pecuária de Baião e outros concelhos da Região de Entre Douro e Minho e põe em causa, quer o funcionamento do Agrupamento de Defesa Sanitária quer as políticas seguidas pelos sucessivos governos do PS e do PSD. Face a esta situação a CDU contactou o Ministério da Agricultura e outras entidades, no sentido da criação de uma linha especial de crédito para repovoamento dos efectivos bovinos, o pagamento de indemnizações que correspondam aos prejuízos reais dos produtores, a implementação de medidas efectivas para a erradicação da doença e para a melhoria da sanidade animal.

## Planos de ambiente e desenvolvimento

A sensibilização das câmaras municipais para a elaboração de planos de ambiente e desenvolvimento sustentável para o próximo século é o objectivo central do 10.º encontro das Associações de Defesa do Ambiente (ADA), que se realiza, a partir de amanhã, no Parque Biológico de Vila Nova de Gaia. O tema deste ano - «Ambiente Global, Decisões Locais» - tem como principais destinatários as autarquias, tendo em vista o desenvolvimento das agendas locais XXI. Das 308 câmaras existentes, poucas são ainda as que já têm planos em fase de elaboração. A Câmara Municipal de Lisboa é uma das autarquias que tem vindo a trabalhar na elaboração do documento, que Rui Godinho, vereador da área do ambiente, define como um plano integrado de qualidade ambiental, sempre em aberto para a introdução de sucessivos indicadores de sustentabilidade, considerando este instrumento como «um processo contínuo de desenvolvimento sustentável». «Trata-se de um plano estratégico em que o ambiente deve atravessar transversalmente as outras componentes, como o equipamento e planeamento», considera Rui Godinho, que define a sustentabilidade como um dos elementos chave na gestão das cidades. O encontro deste ano, que reúne mais de 200 participantes, irá abordar, até domingo, questões relativas à globalização, economia mundial e ambiente, direitos humanos e direitos dos animais e identidade cultural.

## Estuário do Tejo

«Estuário do Tejo - Património Natural e Cultural» foi o tema do seminário realizado terça-feira na Biblioteca Municipal de Bento de Jesus Caraça, na Moita. Este seminário, promovido pela Câmara Municipal da Moita em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, insere-se na 21.ª Semana Cultural e Desportiva do concelho. Esta iniciativa - dirigida à comunidade educativa, instituições ambientais e público em geral - teve como objectivo revelar estudos recentes sobre a margem sul do estuário do Tejo, contribuindo para um maior rigor científico no conhecimento histórico do rio, num momento em que são encetadas acções de recuperação e revitalização das zonas ribeirinhas. Entre os temas abordados, destacam-se, entre outros, «O Tejo na época medieval», «Ocupação humana num contexto de desenvolvimento económico da margem sul do estuário do Tejo».

## Higiene e segurança no trabalho

A Associação de Municípios do Distrito de Évora - AMDE, promove no próximo dia 19 de Novembro, no Palácio D. Manuel, em Évora, o 1.º seminário sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho nas autarquias. A realização deste encontro coincide com a conclusão da 1.ª fase do projecto de organização das actividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, lançado no início do ano corrente pela AMDE. Para além da apresentação do projecto, conta-se neste encontro com a divulgação das experiências de municípios já com um significativo trabalho realizado nesta área - as câmaras municipais de Loures, Sintra e Seixal -, e ainda com a intervenção de entidades particularmente envolvidas nestas questões. O projecto da AMDE abrange os municípios associados de Alandroal, Arraiolos, Borba, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Vendas Novas e Vila Viçosa.

## Idosos

### Mais de metade a viver sós

Mais de metade dos idosos que vivem sozinhos em Portugal não têm em casa pelo menos uma das três comodidades que a União Europeia considera básicas. De acordo com um estudo do Eurostat, gabinete de estatística da União Europeia (UE), 54 por cento dos idosos portugueses a viver sós não têm banheira ou duche, água quente corrente ou casa de banho interior com água canalizada. Esta percentagem desce para os 34 por cento relativamente aos casais idosos. Em termos médios, na União Europeia encontram-se na mesma situação 12 por cento de idosos que vivem sozinhos, contra seis por cento de casais idosos. Além de Portugal são excepção a estas médias a Holanda, com apenas dois por cento dos idosos (casais e sozinhos) nesta situação, a Bélgica (21 por cento dos idosos a viver sós), a Irlanda (21 por cento dos sozinhos) e o Reino Unido, com uma percentagem de zero por cento para os casais e dois por cento para os que vivem sós. O mesmo estudo do Eurostat, sobre as condições de habitação dos idosos na UE em 1995, refere que, em média, 60 por cento dos idosos têm casa própria, com excepção da Holanda, onde esta percentagem desce para metade, e da Irlanda com 87 por cento de idosos proprietários das respectivas casas. Em Portugal esta percentagem é de 67 e 55 por cento respectivamente.

# CDU/Madeira promove campanha contra a pobreza

**A CDU/Madeira vai promover diversas iniciativas contra a pobreza na Região e elaborar um estudo para avaliar da situação que, nesta área, se vive na Madeira. A Coligação irá ainda participar, no primeiro semestre do ano 2000, numa marcha internacional contra a pobreza.**

O assumir destas iniciativas pela CDU surge na sequência da recusa, pelo parlamento madeirense, de uma proposta apresentada pelos deputados da coligação que visava avaliar a situação real da pobreza na Madeira.

Em conferência de imprensa em que as iniciativas da CDU foram divulgadas, Maria José Afonseca afirmou que «não há uma política de combate à pobreza».

Os exemplos mais flagrantes disso, sublinhou a dirigente comunista, são «a inexistência de soluções para os sem-abrigo e a falta de garantia de que estes possam recorrer, ao fim-de-

-semana, à sopa diária fornecida no Funchal».

Face a esta «falta de sensibilidade dos responsáveis» e à rejeição, pela maioria social-democrata, de uma proposta no sentido de o parlamento madeirense avançar com um estudo sobre a pobreza, a CDU irá encarregar-se de fazer esse inquérito. Neste quadro estão previstas, para o próximo ano, debates, sessões de esclarecimento e campanhas de informação.

Para além destas iniciativas, a CDU/Madeira vai integrar a marcha mundial contra a pobreza, marcada para o dia 17 de Outubro de 2000.

Simultaneamente, a CDU/Ma-

deira iniciou uma campanha regional de sensibilização por «Pensões: um dever de todos», defendendo o valor das contribuições equivalente ao salário mínimo nacional.

Esta proposta da CDU, que se insere igualmente na campanha de luta contra a pobreza, deveria concretizar-se, de acordo com Edgar Silva, através de um complemento a assumir pelo orçamento regional, com efeitos a partir do ano 2000.

## Graves ilegalidades

A grande «negociata» que o Governo Regional pretende realizar, «utilizando, de modo incorrecto, os dinheiros públicos, e violando a Lei do orçamento», foi denunciada pela CDU/Madeira, em véspera da votação, na Assembleia Regional, terça-feira

passada, do Decreto Legislativo regional que rectifica o Orçamento da Região para 1999.

Em comunicado de imprensa, a CDU/Madeira começa por referir nunca se ter admitido, na Região, um tão elevado buraco orçamental - 23 milhões de contos. Para de seguida denunciar a «negociata» em curso.

«Neste orçamento rectificativo, é uma incógnita a forma legal como se obtém a receita de 23 milhões de contos, proveniente da Sociedade Via Litoral, SA», sublinha a CDU. Um valor idêntico ao do buraco orçamental.

A CDU questiona sobre quais as contrapartidas para essa sociedade e avança com duas respostas possíveis: «ou estes 23 milhões de contos são um financiamento encapotado de privados ao Governo regional, ou trata-se de uma forma de privatização das nossas estradas do litoral sul».

## Odivelas O direito à verdade

O processo de legalização dos bairros de génese ilegal (AUGI) no concelho de Odivelas foi alvo, nestes dias, de «uma monumental operação de propaganda e de publicidade enganosa, por parte do presidente da Comissão Instaladora/PS», denuncia a CDU/Odivelas, em comunicado de imprensa.

A CDU lembra a legalização de 12 bairros e a construção de infra-estruturas (rede de águas, esgotos e arruamentos) em 57 dos 74 bairros do concelho, estando 15 em fase de conclusão. Um imenso trabalho que o presidente da Comissão Instaladora classifica de «tempo perdido», enquanto,

de facto, dele se quer aproveitar, «apresentando como seu o resultado do esforço de outros», denunciam os comunistas.

«Será tempo perdido inutilmente sensibilizar os proprietários a constituir comissões e associações, a fazer os levantamentos e os projectos, a colocarem os

esgotos e a água, a rasgar e a pavimentar as ruas, a conseguir que os arruamentos tivessem as dimensões mínimas e os peões passeios para andar?» questiona a CDU.

A coligação lembra ainda que «foi por iniciativa do PCP que surgiu o Projecto Lei que iniciou a discussão e permitiu a aprovação da Lei 91/95 - Lei da Reconversão e Legalização das AUGI».

Porque é importante repor a verdade, a CDU lembra que, quando os processos dos bairros de génese ilegal passaram de Loures para Odivelas, 12 bairros estavam legalizados, vários outros já tinham aprovado a emissão de alvarás e mais 10 tinham o seu processo em fase de conclusão.

«Os moradores dos bairros de génese ilegal do concelho de Odivelas merecem mais respeito», sublinha-se no documento divulgado à imprensa.



Bairro de génese ilegal recuperado

## Rede Anti-Racista entrega petição na AR

A Rede Anti-Racista (RAR) entregou terça-feira, Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo, na Assembleia da República, uma petição com mais de 5000 assinaturas, pela legalização dos imigrantes que trabalham e vivem em Portugal.

A RAR «exige a entrega de documentos a todos os imigrantes que moram e trabalham em Portugal», considerando que a lei aprovada pelo Governo que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (decreto-lei 244/98) «é inspirada por uma atitude geral de desconfiança face ao imigrante e ao estrangeiro (...) violando as leis portu-

guesas, os tratados internacionais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos».

O Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo assinala a «Noite de Cristal» que, em Novembro de 1938, deu início, em Berlim, ao programa de «limpeza étnica» nazi, dirigido contra a população judia.

Na noite de terça-feira, no King Triplex, em Lisboa, foi exibido o filme «América proibida», através do qual a Rede Anti-Racista pretendeu provocar alguma reflexão em torno da problemática do racismo e da violência que lhe está associada.

A organização lembrou ainda o jornalista Mumia Abu, Jamal,

condenado nos EUA à pena de morte.

### Contra guetização

Debater a situação dos imigrantes em Portugal para «combater a guetização» foi o objectivo do encontro intercultural que a Associação Olho Vivo promoveu no passado fim-de-semana, no auditório municipal da Amadora.

A iniciativa envolveu exposições, projecção de filmes temáticos, música ao vivo, poesia e contos africanos. No domingo, realizou-se um almoço com gastronomia típica africana, seguido de um debate sobre a situação do

imigrante em Portugal, que contou com a participação de várias associações da Amadora, como a Unidos de Cabo Verde ou a Associação Moinho da Juventude.

Este encontro foi o primeiro de um ciclo dedicado às várias comunidades de imigrantes, tendo como objectivo, segundo os seus organizadores, «criar a convivência entre as diferentes culturas no pleno exercício da cidadania».

Em causa está, nomeadamente, lutar contra a guetização das minorias, de que são apontados, como exemplo, a Quinta da Fonte, em Camarate, onde foram realojadas centenas de famílias de origem africana, ou ainda os bairros degradados da Amadora.



## Pobres aumentam nos países de leste

Os países da Europa do Leste deverão registar, pela primeira vez desde a queda do muro de Berlim, um crescimento positivo em 2000, embora o número de pobres deva aumentar, segundo indica um relatório do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Na Comunidade dos Estados Independentes (ex-URSS), o crescimento deverá ser de 1,1 por cento em 2000, contra os 0,1 por cento estimados para este ano. Se assim for, a economia de Moscovo, segundo o BERD, alcançará o seu melhor desempenho desde a queda do muro de Berlim, em 1989. No campo dos investimentos estrangeiros as perspectivas do BERD são igualmente positivas: em 2000, os estrangeiros deverão manter-se firmes na região leste, com o investimento a rondar os 23 mil milhões de dólares.

As perspectivas do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento tornam-se mais desanimadoras no que toca ao número de pobres nestes países, que a partir do próximo ano poderá rondar os 170 milhões, número bastante superior aos 13 milhões registados em 1988.

Se se tiver apenas em linha de conta a Rússia, o número de cidadãos que vive no limiar da pobreza será no próximo ano de cerca de 74 milhões. «Pessoas sozinhas, reformados que não vêem as suas pensões aumentar tão depressa como a inflação galopante e trabalhadores mal pagos representarão doravante 35 por cento da população da Federação da Rússia», salienta o relatório. A corrupção, «um dos maiores problemas das economias de transição», será segundo o Banco Europeu o maior obstáculo com que se irão defrontar as empresas instaladas nos países do leste.

## UE exporta para a China

As exportações da União Europeia para a China aumentaram 35,5 por cento entre Janeiro e Setembro deste ano, num valor de 18 455 milhões de dólares. O volume de transacções com a UE, que se situou ao nível do terceiro parceiro comercial com aquele país asiático nos primeiros nove meses deste ano, foi de 39 735 milhões de dólares, cerca de 17,5 por cento mais do que no mesmo período do ano passado.

A China exportou para a UE bens no valor de 21 290 milhões de dólares, um acréscimo de 5,2 por cento relativamente a idêntico período anterior. O volume total do comércio externo da China entre Janeiro e Setembro foi de 254 605 milhões de dólares, um valor superior de cerca de 9,4 por cento face ao mesmo período de 1998, ainda que as exportações se tenham elevado apenas de 2,1 por cento. O primeiro parceiro comercial da China neste período foi o Japão, seguido pelos Estados Unidos.

## S.Tomé garante água potável

A União Europeia vai investir dois milhões de dólares na rede de abastecimento de água potável à capital e zonas periféricas de S.Tomé e Príncipe. O sistema que vai abastecer mais de 700 casas deverá estar concluído em Abril do ano 2000, permitindo que deixe de percorrer longas distâncias à procura de água.

O projecto prevê também a reabilitação das redes de vários bairros da capital e zonas periféricas onde a população não dispõe de água em quantidade e qualidade suficientes para o consumo.

Apesar da chuva abundante e dos numerosos rios existentes em S.Tomé e Príncipe, o país carece de água potável devido à rotura nas canalizações e à falta de tratamento e limpeza nos depósitos.

## Idosos vivem em más condições

Um estudo do Eurostat, gabinete de estatística da União Europeia (UE), revela que 54 por cento dos idosos portugueses a viver sós não têm banheira ou duche, água quente corrente ou casa de banho interior com água canalizada. Estas condições abrangem também 34 por cento dos casais idosos.

Em termos médios, na União Europeia encontram-se na mesma situação 12 por

cento de idosos que vivem sozinhos, contra seis por cento de casais idosos. A Holanda regista apenas dois por cento dos idosos (casais e sozinhos), a Bélgica, 21 por cento, a Irlanda, 21 por cento, e no Reino Unido apenas existem dois por cento entre os idosos sós, e uma percentagem nula entre os casais.

# 21.º Congresso da Internacional Socialista Amarrados às contradições do capitalismo

Os 143 partidos da Internacional Socialista, participantes no 21.º Congresso da Internacional Socialista que ontem terminou em Paris, aprovaram uma declaração em que se comprometem a refrear os movimentos do capital financeiro mundial e a reformar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Com a presença de 23 primeiros-ministros, que têm determinado o curso das políticas seguidas nos últimos anos designadamente nos principais países da União Europeia, o Congresso proclamou a necessidade imperiosa de estabelecer novas regras internacionais que ponham cobro aos efeitos perversos da globalização.

A chamada Declaração de Paris fala em acabar com os fluxos incontrolados de capitais, os culpados pelas contínuas crises financeiras: «Sem transparência e controlo, perdurando os paraísos fiscais, será cada dia mais difícil lutar contra o branqueamento de capitais procedentes de práticas corruptas enraizadas em alguns países e fluxos contaminados com origem na criminalidade organizada internacionalmente», afirma-se no texto.

Assim, segundo a declaração, a solução é «garantir maior transparência do sistema financeiro, impor regras de prudência a todas as instituições financeiras, abolir os paraísos fiscais e envolver as instituições de crédito na resolução das crises as quais ajudam a provocar».

Neste sentido a Internacional Socialista propôs a criação de um Conselho de Segurança Económica sob os auspícios da ONU. Os delegados aprovaram igualmente uma resolução que reclama a reforma da ONU e o aumento do número de mem-

bro do Conselho de Segurança.

Deixando bem claro o seu apego ao sistema capitalista e ao funcionamento do mercado, ao sublinhar que «não há sociedades democráticas sem mercado», a declaração de Paris reclamou a primazia da «política sobre o mercado», reconhecendo que «um mundo sem compromissos e sem regras tende para a desigualdade e para a fractura», gerando «desconfiança, desigualdade e conflito em todos os cantos do planeta».

A luta contra a pobreza e a fome é outro dos temas da declaração que compromete os partidos socialistas a perdoar a dívida dos países pobres e define o ano 2000 como marco decisivo para que a anulação da dívida permita o relançamento dos investimentos necessários.

No capítulo dos direitos humanos e da democracia, a Internacional Socialista defende o «direito de ingerência por razões humanitárias» e pronuncia-se contra qualquer apoio à «impunidade de ditadores que violam os direitos humanos universais».

O projecto de «Progresso Global», estabelecido na Declaração de Paris, refere-se ainda à defesa do meio-ambiente e propõe um modelo de um mundo regionalizado, para enfrentar os desafios que os actuais estados-nação não são capazes de dar resposta.

## France Telecom aspira à liderança na Europa

A operadora francesa, France Telecom, a segunda maior da Europa, está a desenvolver conversações com a inglesa Vodafone, a maior empresa de telefones móveis do mundo, com vista a juntas lançarem uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre o grupo alemão Mannesmann.

A notícia foi avançada pelos jornais britânicos «Sunday Telegraph» e «Financial Times», segundo os quais o negócio poderá envolver qualquer coisa como 69 400 milhões de euros ou seja cerca de 14 mil milhões de contos. A concretizar-se, esta oferta ocorrerá algumas semanas depois da Mannesmann ter adquirido a

operadora móvel britânica Orange, rival da Vodafone, por 32 500 milhões de euros, cerca de 6500 milhões de contos. Esta aliança destruiu os planos da Vodafone de se tornar líder absoluto no mercado europeu dos telefones móveis.

A compra da Mannesmann pela France Telecom e Vodafone colocaria de imediato a empresa francesa ao nível do gigante Deutsche Telecom. No caso da OPA conjunta ter sucesso, a Vodafone poderia aspirar ao mercado da rede móvel da Mannesmann na Europa continental, enquanto a France Telecom ficaria com a Orange, entrando no mercado britânico, onde a sua presença é menor.



Mesmo sem «fundamentalismos» declarados, o desemprego e a exclusão social são chagas do capitalismo

## Mercado não resolve desigualdades

A par deste documento que não vai além de princípios gerais, deixando sem solução os verdadeiros problemas do desemprego e exclusão que afectam amplas camadas da população, o Congresso ficou ainda marcado pelas intervenções dos primeiros-ministros francês, Lionel Jospin, e inglês, Tony Blair, com o primeiro a afirmar que «o mercado, mesmo regulado e controlado, não responde às exigências do contrato social», e o segundo a insistir em reformas do modelo social europeu.

Jospin, juntamente com o ex-primeiro-ministro espanhol Felipe Gonzalez, considerou que é preciso «continuar a pensar o capitalismo, para o contestar, para o dominar e reformar». Por seu turno, Blair, aliado ao primeiro-ministro Gerard Schroeder, foi claro quando disse que «os princípios são muito bonitos, mas, estando no

poder, se não for possível aplicá-los, então não servem para nada».

Evocando as «vertiginosas mudanças geradas pela revolução tecnológica e científica», Blair disse que «temos de ser os campeões das mudanças e das reformas. Se não formos nós os reformadores do mundo, será a direita a fazer este trabalho por nós, centro-esquerda e esquerda».

O sentido destas reformas foi explicitado por Schroeder, para quem o aumento da esperança de vida levantou problemas ao nível da viabilidade do actual sistema de Segurança Social. «É um erro pensar que o Estado tem de continuar a subvencionar todos».

Na tarde de terça-feira, o Congresso elegeu António Guterres presidente da Internacional Socialista, que sucede no cargo ao ex-primeiro-ministro francês Pierre Mauroy. Candidato único à liderança da organização, o primeiro-ministro de Portugal estará à frente dos destinos da IS durante o próximo triénio.

## Embargo a Cuba preocupa UE

Uma delegação da União Europeia reuniu-se na terça-feira em Washington com a secretária de Estado Madeleine Albright, para analisar questões diversas, nomeadamente as sanções americanas a Cuba, em particular a lei Helms-Burton.

Segundo fontes citadas pela Agência Lusa, a UE pretende a alteração desta lei que prevê aplicar sanções e penalidades contra companhias estrangeiras que façam negócios em Cuba, que envolvam propriedades confiscadas a cidadãos norte-americanos.

A União Europeia está parti-

cularmente preocupada com ameaças feitas pelo governo norte-americano à companhia hoteleira espanhola Sol Melia, que controla vários hotéis em Cuba, um dos quais, alegam os EUA, foi construído em terras confiscadas a uma família norte-americana.

A irritação norte-americana é também provocada pelo facto de estar a ser preparada uma resolução para a próxima cimeira Ibero-Americana, que se realizará nos próximos dias 15 e 16 do corrente mês em Cuba, condenando as sanções norte-americanas àquele país das Caraíbas.



## INTERNACIONAL

## África

## O peso esmagador da dívida externa

As condições de vida da população africana continuam a degradar-se, ameaçando em particular os sectores sociais mais desprotegidos

## Manifestantes saarauis condenados em Marrocos

Vinte e cinco saarauis foram condenados a 15 anos de prisão e um outro a dez anos de prisão pelos tribunais marroquinos por terem participado nos protestos populares de 27 e 29 de Setembro, em El Aaiun, por melhores condições de vida. As manifestações transformaram-se rapidamente em jornadas de luta pela independência, sendo brutalmente reprimidas pela polícia. No passado fim-de-semana registaram-se novos protestos, de que resultaram mais duas dezenas de presos. A Frente Polisário, que luta pelo reconhecimento da independência do Saara Ocidental e pela libertação dos territórios ocupados por Marrocos, garante que as manifestações vão continuar e acusa as autoridades marroquinas de «agravar a sua política de mão de ferro contra a população civil saarauí».

## Eleições na Guatemala

Afonso Portillo, candidato do partido do general Efraín Ríos Montt, a Frente Republicana Guatemalteca (FRG), foi o mais votado das eleições gerais de domingo, mas não atingiu o objectivo de ser eleito à primeira volta. A FRG obteve 47,8 por cento dos votos, ganhando em todos os círculos à excepção da capital. Na tentativa de impedir a segunda volta, a FRG anunciou que vai impugnar «por fraude informática» os resultados na capital. Tanto os observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) como da União Europeia que acompanharam o escrutínio garantiram a transparência das eleições. Recordar-se que o general Ríos Montt encabeçou um golpe de Estado no princípio da década de oitenta, tendo governado a Guatemala entre 1982 e 1983. A segunda volta das presidenciais deverá realizar-se a 26 de Dezembro.

## Manifestação em Aceh

Cerca de 200 000 pessoas manifestaram-se segunda-feira em Banda Aceh, capital da província do mesmo nome, exigindo um referendo sobre o futuro do território. Convocada pelo movimento separatista Aceh Livre e por outras organizações, a manifestação decorreu sem incidentes graças a um acordo entre os organizadores e as forças militares indonésias. O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, reconheceu recentemente o direito do povo de Aceh à autodeterminação, mas afirmou não ter chegado ainda a altura de o realizar. O território conta com quatro milhões de habitantes.

No ano 2000, 50 por cento dos 600 milhões de africanos a sul do Saara viverão com menos de quatro dólares (750 escudos) por dia. Dentro de 20 anos, a receita per capita será inferior ao que era há 20 anos. Esta situação, divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), resulta da acção devastadora da dívida externa, que absorve a maior parte do produto da região e impede o seu desenvolvimento.

A dívida da África subsaariana está estimada em 200 mil milhões de dólares, ou seja 80 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB) da região. Nalguns países, como Angola e Moçambique, representa 200 a 300 por cento do PNB.

O reembolso da dívida não deixa grande margem para o investimento interno. Em países como a Tanzânia ou o Quênia, por exemplo, o serviço da dívida absorve 40 por cento das despesas públicas.

Um dos sectores onde mais se faz sentir esta situação é no desenvolvimento das infra-estruturas, com as inevitáveis consequências a todos os níveis. A região subsaariana (excluindo a África do Sul) é a menos equipada do mundo em electricidade, telefones e informática.

A dívida mantém o continente numa pobreza maciça para que não se vislumbre no futuro próximo qualquer solução minimamente satisfatória. Esta situação tende a agravar-se com o peso da demografia, dado que a maior parte dos países deve duplicar a população dentro de 25 anos. Se a estes aspectos se acrescentar a corrupção que lavra na explora-

ção das riquezas naturais e os permanentes conflitos armados (com os consequentes gastos em material bélico), obtém-se um quadro bem negro para o subcontinente.

Forçada a recorrer cada vez mais ao financiamento externo e sem captar o investimento estrangeiro, a África subsaariana vive num círculo vicioso. Quanto mais se endivida maior é o serviço da dívida, logo menos capacidade tem de investir no seu desenvolvimento.

Enquanto a África agoniza sob o peso da dívida externa, as receitas da dívida vão enchendo os cofres dos países ricos, que entretanto escolhem outras paragens para os seus investimentos directos.

## Negras perspectivas

De acordo com dados do PNUD citados pela Lusa, em 1996, num total de 120 mil milhões de dólares de investimentos estrangeiros directos, apenas três mil milhões foram feitos em África. No mesmo ano, a China recebeu 31 mil milhões de dólares de investimento directo estrangeiro e o Brasil 13 mil milhões.

## Alemanha

## Supremo Tribunal condena Egon Krenz

O Supremo Tribunal alemão ratificou segunda-feira as sentenças ditada em 1987 contra Egon Krenz, o dirigente do Partido da Unidade Socialista Alemã (SED) que substituiu Erich Honecker na presidência da República Democrática Alemã em Outubro de 1989, e outros dois membros do SED. Krenz, que hoje conta 62 anos, foi condenado a seis anos e meio de prisão.

O tribunal de Leipzig considerou os três dirigentes da ex-RDA responsáveis pelo sistema vigente na fronteira do país e pela morte de quatro cidadãos abatidos pela guarda fronteiriça quando tentavam atravessar ilegalmente a fronteira para a Alemanha ocidental.

Os outros dois acusados no processo são Günter Schabowski, de 70 anos (ironicamente o homem que anunciou a abertura do Muro de Berlim na noite de 9 de Novembro de 1989) e Günther Kleiber, de 68 anos. Tal como Krenz, foram julgados pelas suas «responsabilidades políticas».

Egon Krenz, que foi secretário-

geral do SED e presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Defesa entre Outubro e Dezembro de 1989, considera-se uma vítima da guerra fria e de uma sentença juridicamente incorrecta, e anunciou ir recorrer para o Tribunal Europeu em Estrasburgo. O presidente do PDS, Lothar Bisky, e o dirigente do grupo parlamentar, Gregor Gysi, divulgaram um comunicado condenando estes julgamentos sem precedentes nos restantes países da Europa de Leste. O comunicado considera a sentença «simplesmente absurda» e juridicamente incorrecta por pôr em causa o princípio da não retroactividade das leis.

Os dois dirigentes do PDS salientaram o contraste entre a condecoração oferecida pelo presidente federal Johannes Rau ao ex-presidente soviético Gorbachov, com quem ambos se encontraram em Berlim, e a condenação de Krenz por «homicídio». Recordar-se que a jurisdição sobre o Muro de Berlim e a fronteira da Alemanha era da competência do

Pouco industrializada e com um sector de serviços diminuto, a região revela-se incapaz de melhorar a sua produção: representa apenas 1,8 por cento das exportações mundiais.

As importantes riquezas naturais (minas, petróleo) não têm beneficiado em nada as populações; segundo o director do Centro de Estudos Prospectivos e de Informações Internacionais (CEPII), Jean-Claude Berthélémy, essas riquezas têm sobretudo «minado as instituições» através «da corrupção», enquanto as receitas «desaparecem num buraco negro, com enormes despesas de armamento». De acordo com aquele responsável, a África necessita de «diversificar a economia», garantindo a «estabilidade política» e «instituições que funcionem», de forma a poder desenvolver os sectores secundário e terciário. Simultaneamente, necessita também de mão-de-obra qualificada, o que implica o desenvolvimento do ensino técnico, quase inexistente em África. O que exige, por seu turno, investir na educação, não só para alfabetizar todos os adultos, como para permitir o acesso à escola das 80 milhões de crianças que são actualmente excluídas.

A questão é como quebrar o círculo vicioso em que se encontra a região, tanto mais que a recessão atingiu uma grande parte do continente entre 1978 e 1994. Os prognósticos do PNUD são aterradores: a manter-se a situação, «dentro de 20 anos, a receita per capita será inferior ao que era há 20 anos».

Pacto de Varsóvia e não exclusiva da RDA. A sentença re lançou na Alemanha a polémica sobre a legitimidade da Alemanha julgar os responsáveis da RDA, um Estado internacionalmente reconhecido até à sua dissolução. A sentença do Supremo Tribunal reforça a convicção de que todo este processo, que se assemelha cada vez mais a uma «caça às bruxas», tem como objectivo «prender os dirigentes da RDA e deslegitimar a RDA», como afirma o PDS.

A «caça às bruxas» visa atingir não apenas os antigos dirigentes da RDA, mas também desacreditar o PDS (considerado «herdeiro» do SED), cuja influência eleitoral tem aumentado de forma significativa, sobretudo no território da ex-RDA. É sintomático que o ex-chanceler Helmut Kohl, em recente entrevista ao semanário *Welt am Sonntag*, tenha apelado ao «combate» ao PDS, garantindo que os seus dirigentes são pessoas que aprenderam a «arte da sedução», sendo agora bem vistos no Ocidente.



## Uma realidade dramática

Os indicadores sociais referentes à África subsaariana que a seguir se reproduzem, divulgados pela Lusa com base em diferentes organismos das Nações Unidas - como o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) - são um testemunho eloquente da dramática situação em que se encontra a região:

- A esperança média de vida é de 50 anos (contra 69 na Europa).
- A taxa de crescimento demográfico urbano (mais 4,3 por cento por ano) é a mais elevada do mundo.
- A taxa de desemprego urbano mais do que duplicou desde 1975, passando de 10 para 22 por cento. As actividades precárias do sector informal ocupam 40 milhões de activos, permitindo a sobrevivência a 200 milhões de africanos.
- 80 milhões de crianças são economicamente activas.
- A taxa de escolaridade primária passou de 25 por cento em 1960 para 57 por cento hoje. No entanto, 80 milhões de crianças estão privadas de ir à escola e 70 por cento de mulheres com mais de 25 anos são analfabetas.
- 250 000 mulheres morrem anualmente de parto e três milhões de crianças durante a gestação, o parto e a primeira semana de vida. As gravidezes precoces (uma africana em duas tem o parto antes dos 20 anos) e a falta de acesso aos cuidados de saúde explicam estes números.
- A mortalidade infantil foi reduzida para metade em relação aos anos 60, mas continua sendo a mais elevada do mundo: 87 mortes por mil nascimentos.
- Anualmente, 1,2 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem por problemas respiratórios, 800 000 por diarreias, 500 000 por sarampo e rubéola, e 600 000 por malária.
- Das 590 000 crianças infectadas pelo vírus da SIDA em 1998 no mundo, 530 000 eram africanas. A pandemia explica 64 por cento da mortalidade infantil no Botsuana, 50 por cento na África do Sul, na Namíbia e no Zimbábue. A pandemia fez igualmente seis milhões de órfãos na África Oriental e Austral, ou seja mais de 70 por cento do total mundial.
- A desnutrição afecta 48 por cento das crianças etíopes, 41 por cento na Eritreia, 36 por cento no Níger e na Nigéria.
- Dos 14 milhões de pessoas já mortas por SIDA no mundo, 11 milhões viviam em África.
- Apenas entre um quarto a metade da população tem acesso a água potável.
- A África conta com 120 000 «meninos-soldados», alistados à força nas guerrilhas ou nos exércitos regulares (Angola, Libéria, República Democrática do Congo, Serra Leoa...).
- A região conta sete milhões de refugiados, que representam metade do total mundial.



## A caminho da secessão Montenegro adota marco alemão

O governo do Montenegro decidiu a semana passada adoptar o marco alemão como moeda paralela ao dinar jugoslavo e assumir os poderes que competem ao Banco Central da Jugoslávia. A medida, fortemente contestada pela oposição, representa mais um passo no caminho da secessão em relação à Federação Jugoslava, formada pela Sérvia e pelo Montenegro.

O primeiro-ministro montenegrino, Filip Vujanovic, justificou a introdução do marco como moeda paralela com a necessidade de evitar que o país fosse arrastado pela Sérvia para um «desastre económico», e garantiu que a medida «não tem nada a ver com nada que se possa interpretar politicamente como algo destrutivo e com a secessão». Trata-se de uma explicação pouco convincente, tanto mais que a decisão foi tomada à revelia das autoridades federais. Acresce que o governo do Montenegro decidiu ainda criar uma espécie de banco central que terá a seu cargo, de imediato, a fixação da paridade monetária. O câmbio estipulado para o dinar foi de 17 por um marco, muito distante do câmbio oficial em vigor na Sérvia (seis dinares por marco).

O governo montenegrino fixou ainda os preços para uma série de produtos básicos - como o pão (30 centimos de marco o quilo), o leite (45 centimos) e a gasolina (um marco por litro) -, numa tentativa de combater a inflação, que desde o início do ano registou um aumento de 70 por cento, tornando cada vez mais difíceis as condições de vida da população, cujo salário médio ronda os 1350 dinares.

Recorda-se que também no Kosovo o marco alemão foi introduzido como moeda oficial há já alguns meses, por decisão de Bernard Kouchner, o representante das Nações Unidas na província, a quem as autoridades jugoslavas acusam de se comportar como um representante da NATO, apoiando actos de separatismo.

### Reacções

Conhecidas as crescentes tendências independentistas do presidente do Montenegro Milo Djukanovic, as explicações não convenceram a oposição, que vêem na introdução do marco como moeda paralela não apenas a «legalização do mercado negro», mas sobretudo «mais um passo para a independência» à revelia de qualquer consulta popular. Segundo a Esquerda Unida do Montenegro (JUL), para quem «toda a actividade económica» do país está relacionada com «o contrabando e a recolha de donativos dos seus protectores da NATO», a decisão do governo «resulta das acções colaboracionistas dos separatistas e não da protecção da economia».

Num comunicado divulgado sobre o assunto, a JUL alerta para o facto de o governo ter como assessor para as questões monetárias o perito norte-ameri-

cano Steve Henke, mediador da NATO, a quem acusam de pretender implementar no Montenegro as experiências levadas a cabo na Bósnia-Herzegovina, Lituânia e Estónia. Uma pretensão condenada ao fracasso, diz a JUL, «porque o Montenegro faz parte da Jugoslávia soberana».

O jornal «Dan», por seu turno, escolheu a palavra «Caos» para classificar, em manchete da edição de dia 3, a decisão do governo, que resumiu da seguinte forma: «Um Governo de teimosos, o Parlamento desinformado, os cidadãos preocupados e confusos, os negociantes de divisas com problemas. Numa palavra: o caos».



## Djukanovic nos EUA

No mesmo dia em que rebentavam as críticas à introdução do marco como moeda paralela no país, o presidente do Montenegro, Milo Djukanovic, voava para os EUA para uma visita de vários dias a convite da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright. A visita incluiu «um encontro ao mais alto nível no Departamento de Estado e discussões no Pentágono, assim como uma série de encontros com membros do Congresso e representantes dos meios financeiros», de acordo com comunicado do gabinete do presidente.

Na véspera, Djukanovic assistira em Salonica à conferência anual da Federação dos industriais do norte da Grécia, onde o ministro da Economia e das Finanças grego, Yannis Papandoniou, apresentou um programa de desenvolvimento da Europa do Sudeste para cinco anos (2000-2004) de 543 milhões de euros doados pela Grécia.

Na reunião participaram os responsáveis balcânicos encarregados das questões económicas e financeiras, designadamente Valentin Vassilev (Bulgária, ministro do Comércio Externo e do Turismo), Mourovei Radev (Bulgária, Finanças), Decebal-Traian Remes (Roménia, Finanças), assim como de Fatos Nano, presidente do Partido Socialista (no poder na Albânia), e do encarregado de Negócios macedónio na Grécia, Ljubo Arsovski.

Este plano será repartido entre a Albânia (51 milhões de euros), a Macedónia (46,8 milhões de euros), a Bulgária (55,8 milhões de euros) a Roménia (72,5 milhões de euros) e a província do Kosovo (75,5 milhões de euros).

Para a reconstrução da República Federal da Jugoslávia (RFJ, Sérvia e Montenegro), caso o embargo imposto pela NATO seja levantado, está previsto um montante de 241 milhões de euros. Ao contrário dos EUA, a Grécia não faz depender a ajuda à RFJ da mudança dos seus dirigentes políticos, pois segundo declarou Papandoniou, «as instituições são o essencial e não as pessoas que as servem». Resta saber se a presença de Djukanovic no evento significa mais uma acha para a fogueira da secessão.

## Jugoslávia

### Livro Branco da agressão da NATO

Os 78 dias de bombardeamentos contra a Jugoslávia, envolvendo 1200 aviões e o lançamento de 25 milhões de toneladas de explosivos sobre o território jugoslavo, provocaram prejuízos na ordem dos 100 mil milhões de dólares e destruíram tudo o que foi construído pelos jugoslavos durante séculos. A denúncia foi feita na passada quinta-feira em Lisboa pelo embaixador jugoslavo

Danilo Vucetic na apresentação do «livro branco» sobre os ataques da NATO contra a Jugoslávia.

As consequências da destruição são agravadas pela falta de ajuda humanitária e pelas sanções impostas ao país, cujo levantamento está condicionado à realização de eleições. A Jugoslávia considera essa exigência «inaceitável», não apenas porque «não existe uma base

legal» para as sanções, como o pretexto que lhe deu origem - o conflito no Kosovo - deixou de existir.

O diplomata recordou que «apesar de haver uma presença internacional no Kosovo, a União Europeia mantém as sanções e os Estados Unidos insistem na sua manutenção», o que afecta sobretudo a população civil.

A situação na Jugoslávia é

muito difícil, disse o diplomata, apesar das autoridades estarem a fazer «tudo para reconstruir o país» e a preparar-se para o Inverno. Segundo Vucetic, algumas pontes e as principais vias rodoviárias foram recuperadas e deu-se início à reconstrução das casas, mas dada a falta de assistência internacional a reconstrução do país poderá demorar anos.

O «Livro branco» sobre a agressão da NATO agora divulgado - dois volumes elaborados pelo ministério dos Negócios Estrangeiros jugoslavo -, dá justamente conta da destruição provocada e das consequências catastróficas para milhares de pessoas e para a economia do país. O objectivo da sua publicação, disse o

diplomata, é impedir que «esses crimes sejam esquecidos» e que se repitam em qualquer outra zona do mundo, para além de ser ainda «um testemunho chocante dos crimes da NATO contra a Jugoslávia» que confirma que a agressão resultou em crimes sancionados pelo direito internacional.

## Kosovo Balanço trágico

A iniciativa das autoridades jugoslavas de divulgarem um Livro Branco sobre a agressão da NATO à Jugoslávia tem lugar numa altura em que a situação no Kosovo, quatro meses depois da entrada da KFOR no território, está muito longe de se poder considerar estabilizada, e quando se torna cada vez mais evidente que o alegado «genocídio» que serviu de «justificação» à intervenção da NATO afinal não existiu. A ONU deverá divulgar brevemente o resultado das suas investigações, mas tudo aponta para que o número de mortos (a maioria resultante dos confrontos entre independentistas albaneses e forças jugoslavas) não deverá exceder os 2500, muito longe portanto dos dez mil que chegaram a ser dados como certos.

«Foram razões estratégicas e não problemas humanitários que estiveram na origem da agressão», afirma o embaixador jugoslavo em Lisboa, Danilo Vucetic.

Fazendo o balanço dos últimos quatro meses, um «balanço trágico», o diplomata assegura que 330 000 pessoas, 250 000 das quais sérvias, foram expulsas ou obrigadas a fugir, milhares de armas ilegais continuam escondidas com conhecimento da KFOR, 400 pessoas morreram, 450 foram raptadas, 600 feridas e 50 000 casas foram destruídas. Segundo o embaixador, para esta situação

contribuiu a entrada no Kosovo de 150 000 a 200 000 albaneses vindos da Macedónia e da Albânia, «grupos armados que mataram e pilharam na presença da força internacional».

Entretanto, a violência continua. Na sexta-feira à noite, em Kosovska Mitrovica, principal cidade do norte do Kosovo, uma bomba explodiu numa ponte ferroviária. A explosão registou-se pouco antes da passagem de um comboio com 400 passageiros sérvios a bordo. A cidade está dividida em bairros sérvios e albaneses desde a retirada das tropas de Belgrado e a entrada da Kfor, em Junho.

Para o responsável da missão da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE) para a região, o holandês Daan Everts, o restabelecimento da estabilidade e da confiança no Kosovo levará pelo menos «cinco a dez anos».

Em entrevista à televisão pública holandesa, no domingo, Everts condenou «a violência inaceitável contra as minorias (sérvia e cigana, nomeadamente) que continua a registar-se» no território agora administrado pela ONU, e apontou a deslocação dos sérvios para o norte da província, como «o perigo mais grave de momento», já que configura «uma nova divisão Norte-Sul do Kosovo».



A agressão da NATO contra a Jugoslávia provocou prejuízos estimados em 100 000 milhões de dólares



**L**eonardo Boff, internacionalmente conhecido como um dos fundadores da Teologia da Libertação, esteve em Portugal a convite do Centro de Reflexão Cristã. O teólogo ocupa hoje um lugar especial no seio da Igreja Católica. Em 1984, o Vaticano condenou-o a um ano de «silêncio obsequioso» e suspendeu-o das suas funções de padre, devido às teses defendidas no livro «Igreja: Carisma e Poder». Em 1992, prestes a ser alvo de uma punição semelhante, renuncia à sua actividade de padre.

Actualmente casado, Boff não desistiu dos seus ideais e da luta pelos direitos humanos e pelos desfavorecidos. «Se somos casados ou não, não importa. Nas comunidades o que importa é se nós estamos na caminhada, se reforçamos a fé, se nos solidarizamos com as suas lutas, se sofremos com eles. Nesse sentido, continuo o trabalho. Troquei só de trincheira, não troquei de batalha, sempre no arco da libertação, isto é, dando centralidade aos pobres e ao seu grito e fazendo com que a Igreja seja um princípio de libertação, que ajude a gerar mais vida e mais consciência», explica.

«A angústia move as pessoas e fá-las pensar. Hoje a inquietação é fundamental para nos abrimos aos novos paradigmas do mundo», afirmou Boff na conferência que deu em Lisboa. Para o teólogo, a globalização é um «processo perverso de exclusão de milhões de pessoas e de países inteiros». A situação é de tal forma grave que hoje «é um privilégio ser explorado, ganhar o salário mínimo e ter as mínimas condições da segurança social», sublinha.

## Teologia da Libertação

A primeira sistematização desta abordagem teológica foi feita por três autores muito diferentes: o peruano Gustavo Gutiérrez e os brasileiros Hugo Assmann e Leonardo Boff.

Em Julho de 1968, no Peru, numa iniciativa do movimento sacerdotal ONIS, Gustavo Gutiérrez, em vez de falar de teologia do desenvolvimento como lhe tinha sido pedido, preferiu falar de teologia da libertação. Este termo, explicou, «parece exprimir melhor tanto as aspirações dos povos oprimidos, como a plenitude de uma perspectiva em que o homem não é um elemento passivo, mas sim o agente da História».

Em Agosto de 1968, em Medellin, na Colômbia, as conclusões da 2.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano são explícitas: «O episcopado latino-americano não pode ficar indiferente face às imensas injustiças sociais que existem na América Latina e que mantêm a maioria dos nossos povos numa dolorosa pobreza, muito frequentemente próxima de uma miséria inumana.»

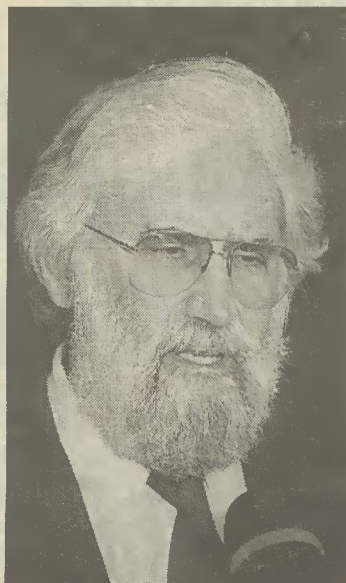
Na hierarquia católica o alarme foi dado em 1971 face à internacionalização do tema desta teologia por duas organizações: nos EUA, os colóquios anuais do Catholic Interamerican Cooperation Program (CICOP); e no Chile, o encontro latino-americano organizado pelo movimento chileno Cristãos pelo Socialismo.

Em Março de 1976, num colóquio sobre «Igreja e Libertação» realizado em Roma, é dada nova resposta aos seguidores da teologia da libertação, com os participantes a classificarem-na como uma estrutura de infiltração marxista das comunidades eclesiais de base para destruir a Igreja católica.

A vitória da revolução sandinista de Julho de 1979, com a participação de muitos cristãos e a presença de vários padres no novo governo, relança a guerra ideológica.

Entre 1979 e 1986, o secretariado geral do CELAM esforça-se em vão por conseguir uma condenação da teologia da libertação. Face ao seu fracasso, a cúria romana decide dirigir o ataque contra dois teólogos: Gutiérrez, como pai desta teologia, e Boff, pelo seu impacto mediático.

Henri Tincq escreveu, em 1997: «Ter arrastado na lama e penalizado por conluio com o marxismo padres e militantes que invocavam um Evangelho de justiça e solidariedade com os camponeses sem terra ou as populações indígenas, ficará como uma das mais cruéis injustiças dos últimos 20 anos no continente americano.»



## Leonardo Boff

*Avante!* - A Teologia da Libertação foi adoptando ao longo dos anos novas bandeiras. Quais as grandes causas de hoje? Leonardo Boff. Nos anos 90, a Teologia da Libertação tem três grandes frentes. A primeira é a dos excluídos, que é muito mais do que ser pobre e marginalizado. A exclusão coloca as pessoas ao nível da sobrevivência e da morte. A teologia da libertação tem de ser uma teologia da vida, garantir que as pessoas possam comer pelo menos uma vez por dia, que possam produzir o mínimo para as suas famílias. Essa teologia deve desenvolver uma pastoral que não esteja ligada ao assistencialismo e ao paternalismo, mas ao resgate da humanidade mínima e ao sentido do humanitarismo, sem o qual as pessoas morrem.

A segunda questão que a teologia enfrenta é o regresso do religioso e do místico ao nível carismático. É importante que a religião e a busca do religioso regressem. Dramático é não escutar o grito dos pobres, mas trágico é não escutar o grito de Deus.

A teologia saída desse regresso, mas também se dá conta que muitas dessas expressões religiosas são alienadas. Elas pregam uma libertação que não passa pela organização do povo, por uma nova consciência para dar sustentabilidade às suas lutas, mas passa sim pelo milagre, pela cura momentânea. Então, a religião pode tornar-se uma nova forma de alienar o ser humano da História e esperar pela eternidade.

O terceiro grande tema de discussão é a ecologia. Não são só os pobres que gritam, a Terra também grita. Na grande opção preferencial

pelos pobres, deve ser incluído o «grande pobre» que é o planeta.

A teologia deve ajudar as pessoas a ter uma atitude mais irreverente, para lá da lógica utilitária da natureza, uma lógica de comunhão, de respeito, de preservação. E deve ter um sentido pedagógico, pois os seres humanos podem ser educados em aliança com a Terra. O desenvolvimento não tem de ser feito contra a natureza, mas juntamente com ela. A teologia e o cristianismo podem ajudar a criar um outro tipo de mentalidade e de prática em relação à natureza.

- Quais as maiores críticas que faz ao modelo social e económico vigente?

- A principal crítica é o facto de ele produzir mais morte que vida. Ele produz grande riqueza, mas esta está pessimamente distribuída. Por um lado, está a aumentar a pobreza e a exploração e, por outro, está a aumentar a riqueza. Esse não é o sentido da economia, a economia tem de ser um meio para a vida e não um bem em si mesmo. O centro tem de ser ocupado pela necessidade dos pobres e a economia um meio para lhes responder.

A economia perdeu o sentido básico de administrar as necessidades da natureza - dos animais, das plantas e dos seres humanos - e transformou-se numa técnica de criar mais dinheiro. É a riqueza a produzir riqueza. Isso deturpa a economia, porque a economia sempre foi um instrumento dos seres humanos para garantirem a sua reprodução e darem resposta às suas necessidades para se poderem dedicar a coisas mais humanas, como a educação e convívio.

Com a economia dedicada à riqueza, hoje os seres humanos não

EM FOCO

# «A Igreja deve repercutir o grito dos oprimidos»

Texto  
Isabel Araújo  
Branco  
Fotos  
Sebastião  
Salgado  
e Jorge Caria

têm tempo para se dedicar a outras coisas e animalizam-se, embrutecem-se, tornam-se violentos. A qualidade de vida produzida pela economia é péssima. Ela pode ser o grande instrumento de devastação da biosfera.

- Como é que os discriminados podem reagir?

- Primeiro, é preciso que eles tenham consciência que são discriminados e são vítimas. O grande problema dos pobres e oprimidos é que não se dão conta que são pobres e oprimidos. Os aliados - que somos nós - são importantes para ajudar a ver os mecanismos da sociedade dos quais eles são vítimas.

Em segundo lugar, é necessário que formem pequenas organizações de resistência, de crítica, para criar espaços de liberdade e fazer as coisas sem pedir licença, assumir a palavra, pressionar a sociedade, os ricos, a fábrica...

Em terceiro lugar, convocar os possíveis aliados das escolas, das universidades, da imprensa, todos aqueles que assumem eticamente a dignidade da luta dos pobres e que se associem a eles para terem mais força para pressionar. É isso que faz com que a pessoa se sinta um sujeito histórico, alguém que participa, que colabora, que ajuda a criar a sociedade, que não se sinta apenas um espectador.

É um processo mais pedagógico do que político. Nesse sentido, existe a pedagogia de Paulo Freire que é uma intenção de fazer

com que o oprimido expulse o opressor que está dentro dele para que se possa sentir livre e, juntamente com os outros, criar um outro tipo de História.

- Que papel deve desempenhar a Igreja Católica?

- A Igreja deve articular o discurso da tradição do Evangelho com o discurso da sociedade. Só nessa articulação é que o Evangelho aparece como boa notícia, senão ele surge como leitura de textos do passado. Ele é boa notícia quando o confrontamos com situações de sofrimento, pobreza, injustiça e desumanização.

O Evangelho prega solidariedade, amor e perdão, resgata a dignidade humana. E quando isso é vivido, muda a realidade. Há uma alegria de viver, mil razões para lutar. Essa é a perene missão do cristianismo e, por isso, ele será sempre libertador, na medida em que vive o encontro entre a realidade e a fé.

A Igreja deve repercutir o grito dos oprimidos. Se não denunciar a violência, se não for o porta-voz dos pobres, está a trair o Evangelho.

- As mulheres devem participar mais na Igreja?

- A mulher não tem cidadania suficiente na Igreja, porque, apesar de constituir uma força substancial, o direito canónico e a consciência eclesial não lhe reserva um lugar mais eminente ou um maior espaço nas decisões. A Igreja tem medo de que, ao entregar

mais responsabilidades à mulher, não garantir a unidade e a ortodoxia, isto é, a fidelidade à doutrina.

As comunidades de base do Brasil - onde 70 por cento das lideranças pertencem a mulheres - mostram que há uma Igreja mais suave, mais flexível, mais evangélica, mais amorosa. As mulheres têm um alto factor civilizatório e humanitário e podem ajudar a Igreja a ser mais humana e não simplesmente uma igreja de homens.

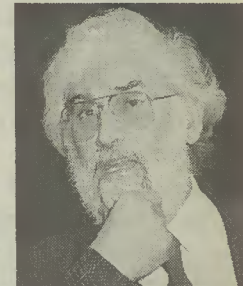
- O que pensa do ordenamento das mulheres?

- Primeiro, a Igreja deve reconhecer o que as mulheres já fazem. Em muitos lugares da América Latina, fundamentalmente no Brasil, elas já presidem às comunidades e às celebrações, fazem tudo o que um padre faz. Cabe à Igreja reconhecer o que elas fazem bem feito.

Em segundo lugar, é preciso abrir o espaço em termos jurídicos e teológicos para que as mulheres, que são iguais aos homens aos olhos de Deus, possam aceder ao altar, serem sacerdotes. As mulheres não vão realizar o sacerdócio como os homens, mas como mulheres, com muito mais eternecimento e mais cuidado.

A Igreja teria tudo a ganhar ao ter as mulheres como sacerdotes, bispos e - porque não? - papas. Quem sabe se o século XXI não desmontará os preconceitos ideológicos de muitos que fazem parte da cúria romana e não abrirá espaço para uma Igreja mais feminina?

## Biografia



Leonardo Boff, neto de imigrantes italianos, nasceu em 1938 em Santa Catarina, no Brasil. Coursou Filosofia e Teologia e doutorou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique. Pertencendo à Ordem dos Frades Menores (franciscanos) desde 1959, foi professor de Teologia no Brasil e no estrangeiro. Sendo um dos criadores da Teologia da Libertação, recebeu vários prémios pela sua luta da defesa dos direitos humanos.

Em 1975, dois anos depois de Boff publicar «Jesus Cristo Libertador: Ensaio de Cristologia Crítica para o nosso tempo», a congregação romana pede-lhe que esclareça dois pontos da sua teologia: a consciência que Cristo tinha da sua morte próxima e a natureza da sua ressurreição. A resposta é considerada «inadequada» por um censor do Vaticano.

Mais tarde, Boff diz que a sua cristologia «parte de baixo, de Jesus e das suas buscas, observações, crises e tentações. Assim, Jesus não liberta somente os outros, mas revela-se também como homem livre que conquista a liberdade afrontando os conflitos.»

Com a publicação de «Igreja: Carisma e Poder», em 1981, Boff vê-se novamente envolvido em querelas com Roma. Em 1984, desloca-se ao Vaticano, convocado pela Congregação da Doutrina da Fé. Na altura, um teólogo jesuíta do Conselho Episcopal Latino-Americano afirma: «Boff não esteve sozinho em Roma. Ele trouxe consigo seis quilos de cartas, 50 mil assinaturas de apoio e o prestígio de uma formidável estrutura de poder. Duzentos jornalistas do mundo inteiro estiveram com ele. Tudo para defender a sua verdade. Mais uma vez a Verdade foi crucificada. Nesse momento, o Cristo, na pessoa do cardeal Ratzinger, ouvia uma multidão, dirigido pelos grandes padres, os escribas e os fariseus, que gritavam: «Crucifiquem-no!»

Em Abril de 1985, Leonardo Boff é condenado a um ano de «silêncio obsequioso» e deposto das suas funções. Quatro teses do seu livro são consideradas «insustentáveis» e pondo «em perigo a sã doutrina da fé». Num período em que o Brasil se está a libertar de 20 anos de ditadura militar, esta punição provoca vigorosas críticas no país. Vinte e cinco organizações cristãs brasileiras de defesa dos direitos humanos apresentam recurso a Roma e, perante o seu silêncio, viram-se para a Comissão dos Direitos do Homem da ONU. A iniciativa não teve seguimento.

No ano seguinte, o papa João Paulo II afirma que os padres brasileiros são «pastores extraordinariamente próximos do povo» e defende que «a teologia da libertação não é apenas oportuna, mas útil e necessária».

Mas o reconhecimento da obra de Boff pelo Vaticano pouco dura. Em 1987, o seu livro «A Trindade, a Sociedade e a Libertação» é «vivamente desaconselhado» pela Comissão da Doutrina da Fé da diocese do Rio de Janeiro. Em 1991, Boff é afastado da direcção da editora franciscana Vozes, após a publicação de um artigo da sua autoria sobre o casamento de padres.

Em Junho de 1992, o teólogo anuncia que deixa a Ordem Franciscana e que renuncia ao sacerdócio.





# Com Outubro revolucionariamente

■ Manuel Rodrigues

**V**em esta reflexão a propósito da comemoração do 82.º aniversário da Revolução de Outubro e das transformações no sistema socialista que, há dez anos, levaram à queda do muro de Berlim. Na verdade, a propósito destes acontecimentos e interligando-os de forma perversa, o capitalismo monopolista de hoje pretende, mais uma vez, denegrir as grandes transformações revolucionárias de Outubro, considerando-as um tremendo erro histórico com epílogo natural (e previsível) na «queda do muro de Berlim».

Em simultâneo, pretende fazer passar por velharias caducas (por si apelidadas de cartilhas doutrinárias) os ideais revolucionários que nortearam a grande revolução de Outubro, ao mesmo tempo que procura apresentar-se a si próprio como um sistema pós-moderno, de abundância, desenvolvido e perfeito. Tão absolutamente perfeito, que não hesitam em considerá-lo a última etapa da história (o autoproclamado fim da história). Como se se tivesse operado um súbito colapso no motor (a incessante luta de classes) que faz girar a história, no preciso momento em que a burguesia capitalista passou de classe dominada a classe dominante.

Afinal de contas, mesmo a coberto de um discurso pretensamente anti-ideológico, nada, ideologicamente, mais claro: o fim da história é incompatível com qualquer ideia de transformação revolucionária, logo, não vale a pena a luta por uma sociedade nova liberta da exploração do homem pelo homem. Quando muito, podem esperar-se algumas reformas sociais. Os reajustamentos possíveis. Nunca uma revolução.

Este discurso ideológico (do capitalismo, hoje dito neoliberal) que se pretende fazer passar por um discurso desideologizante (a ideia é fazer corresponder à tese do fim da história a tese do fim das ideologias) mais não visa ser que uma torpe tentativa de retirar à classe operária e aos trabalhadores (ao factor trabalho na relação bipolar trabalho-capital) qualquer perspectiva de luta por uma emancipação social mais profunda, que levasse à liquidação das velhas contradições de classe, ao emergir de uma nova sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Mas, as teorias da desideologização não se ficam por aqui. Do fracasso histórico da primeira tentativa de construção de uma sociedade sem exploração deduzem a inexorável morte do comunismo, do colapso do marxismo-leninismo como ciência social (considerado, agora, como uma espécie de «religião», com um corpo doutrinário de princípios fundamentalistas a que só pela fé se pode aceder). De que os comunistas vivem ainda agarrados a velhos tabus, de que é imperativa a abertura à sociedade, a renovação (por eles entendida como simples abertura ao mundo de hoje).

Ou seja, com a morte da Revolução de Outubro, dilacerada pela própria natureza dos seus «males intrínsecos», o comunismo morreu – diz a ideologia dominante. Mas, logo em contradição com isto, prescreve a salvífica mezinha que poderia libertar o comunismo do declínio irreversível: se *se renovar*, se se abrir ao mundo de hoje (o tal mundo globalizado que já não é passível de transformação), isto é, se deixar de ser uma força de classe revolucionária, então sim, crescerá e multi-

plicar-se-á, e passará até a ter uma enorme utilidade social e a ser – porque não? – uma força de(o) poder.

\*

Com este cerrado ataque ideológico, pretende-se, naturalmente, atingir, em primeira mão, o Partido Comunista Português com a sua própria natureza de classe (que se define

estatutariamente como «partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal...»), com o seu método de análise e intervenção (o método dialéctico, por natureza, criativo e antidogmático), com o projecto que defende para Portugal («a construção do socialismo e do comunismo – de uma sociedade nova liberta da exploração do homem pelo homem, da opressão, desigualdades, injustiças e flagelos sociais...») e com um invejável percurso histórico de 79 anos de luta em prol da emancipação dos trabalhadores portugueses (em solidariedade com os trabalhadores do mundo inteiro).

De facto, contra esta natureza de classe, têm-se levantado, ao longo dos seus quase 79 anos de vida, muitas tempestades e vendavais, na vã tentativa de «domesticar» este partido. Umas vezes,

em nome da modernização, outras, da abertura e da necessidade de uma outra imagem, pretende-se que este Partido abdique de uma filosofia e de uma prática revolucionárias e se adapte ao sistema vigente, mantendo embora uma imagem e um sentido cívico de esquerda, onde melhor se enxerte o papel que, nessas condições, lhe estaria reservado: ser uma espécie de consciência crítica ou reserva moral de um sistema cuja essência emana de uma monstruosa imoralidade: o amontoar de colossais fortunas (nas mãos de poucos) à custa da miséria, da exploração, do desemprego, da subnutrição, da penúria, do sofrimento e da morte de milhões de seres humanos.

\*

A afirmação desta natureza (ou identidade) não é, portanto, num mundo destes, uma questão secundária (ou caduca, como pretende o capitalismo) mas, antes pelo contrário, de uma importância fundamental para as massas, postas perante um sistema que se caracteriza por um agudíssimo antagonismo de classe, que se materializa nas abismais desigualdades sociais do nosso tempo.

Mas, que se materializa também por uma não menos aguda e intestina luta de classes, evidentiíssima nas grandes tentativas do capitalismo (cada vez mais globalizado) e do imperialismo (cada vez mais hegemónico) de impor um feroz sistema explorador da

força do trabalho e o saque da riqueza dos povos, através de poderosos mecanismos ideológicos de controlo das consciências, de meios repressivos, da criação de relações de asfixiante dependência económico-financeira (fomentando o crescimento brutal das dívidas externas dos países em vias de desenvolvimento) ou mesmo desencadeando a guerra (quando é preciso afirmar linhas de geoestratégia e influência que garantam e salvaguardem o domínio dos mercados ou do mundo). Mas, evidente também nas lutas dos trabalhadores por melhores salários, melhores condições de vida, melhor ambiente e mesmo pela supressão desta contradição fundamental de classes, numa sociedade mais justa, democrática e humana, a sociedade socialista.

Nos oitenta e dois anos da Revolução de Outubro e quase 79 de vida do PCP, por muito que isso custe aos senhores do capital e do império, o Partido de que os oprimidos precisam não é, certamente, um partido acomodado e anémico. Hoje, como ontem, neste mundo cada vez mais globalizado e injusto, o que faz falta é um partido que se reveja no princípio de acção revolucionária que o Manifesto do Partido Comunista, há 150 anos, tornou imortal: «Proletários de todos os países UNI-VOS!»

Por muito que isso custe aos senhores do capital (e a todos os seus gurus), a história não parou. No dealbar do novo milénio, com esta natureza de classe e por força da sua acção revolucionária, os comunistas darão um importante contributo na organização e mobilização da classe operária, dos trabalhadores, das massas humanas em geral, na luta contra este sistema injusto, que se alimenta da desenfreada exploração do trabalho. Certos de que, nessa direcção, se hão-de construir as bases de uma outra sociedade, que acabe de vez com a exploração do homem pelo homem.

Aliciante desafio para todos nós.





## Políticas europeias liquidaram sector das pescas

# Tiraram-nos os barcos para nos venderem o peixe

**P**ortugal é um dos Estados da União Europeia que mais depende das pescas quer pela percentagem de pescadores em relação à sua população activa quer pelo consumo de pescado por habitante, o mais elevado na UE. No entanto, desde a adesão à Comunidade Europeia, a produção não tem parado de diminuir, em resultado da aplicação cega das determinações e políticas comunitárias que não têm em conta as realidades e culturas nacionais.

Um estudo elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte mostra à exaustão a necessidade de pôr fim à política de abates e de apoiar investimentos que permitam uma renovação efectiva da frota, melhorando as condições de vida e aumentando a produção.

Em 1964, o valor dos desembarques de pescado em Portugal continental ultrapassava as 411 mil toneladas, 55 por cento das quais correspondiam à captura de sardinha e carapau em águas nacionais e 17 por cento a bacalhau proveniente de pesqueiros exteriores.

Uma década após a adesão à Comunidade, em 1996, o total das capturas registava pouco mais de 188 mil toneladas, das quais a sardinha e o carapau representavam 52 por cento, enquanto o bacalhau passava para apenas dois por cento, em consequência da perda dos pesqueiros exteriores.

Este foi de resto um dos resultados mais imediatos da integração: entre 1986 e 1992 a produção diminuiu em mais de 30 por cento, grande parte dos quais (70%) devido à redução da pesca em águas internacionais ou países terceiros.

Impedido de pescar, Portugal passou a importar o pescado para consumo nacional. Em 1993, as importações foram superiores a 273 mil toneladas (sendo que destas 56 por cento referem-se a bacalhau), num valor de 100 milhões de contos.

Hoje, Portugal ocupa uma posição modesta na produção de pescado, estando muito longe dos níveis das principais potências, como a Dinamarca e a Espanha, e superando apenas países como a Bélgica, Finlândia e Grécia.

### Frota abatida

Após a adesão, foram abatidos mais de 40 por cento da frota nacional. Em 1989, existiam 16 244 embarcações, número que desceu para 11 597, em 1996. Destas, 86 por cento eram pequenas embarcações, representando apenas 13 por cento da tonelagem instalada e 22 por cento da potência. Na pesca longínqua, o nosso país passou de 60 embarcações em 1986 para 14 actualmente.

Como já referimos, Portugal é o país que tem maior número de pescadores em relação à sua população activa (4,3 por mil habitantes), e que mais peixe consome por habitante (61,6 quilos por habitante/ano). Em Espanha, esta relação é de 88,4 quilos; na Finlândia de 32,7; na França, de 28,4; na Suécia de 26,9; na Grécia de 23,3; na Itália de 21,3; na Dinamarca de 20,1; no Reino Unido de 18,6; na Bélgica, de 18,4; na Irlanda de 16,8; na Alemanha, de 12,3; na Holanda, de 11,2; e na Áustria, de 9,9 quilos. Na União Europeia, a média de consumo por pessoa e por ano é de 22,5 quilos.

Este consumo, quase três vezes superior à média comunitária, tem conduzido a uma balanço extremamente deficitário e crescente entre as exportações e as importações de pesca. De uma situação de quase equilíbrio no início da década de 80 passou-se para um défice superior a 80 milhões de contos em 1996.

### Futuro incerto

Cerca de 80 por cento dos pescadores (que em 1997 eram 27 414), desenvolvem a sua actividade nas pescas locais e artesanais e efectuam as suas safras em águas nacionais, sendo que as capturas destinam-se exclusivamente ao consumo humano e em fresco. Deste modo, como sublinha o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, é de grande importância a manutenção da reserva das 12 milhas, bem como a zona contígua até às 24 milhas, em conformidade com a decisão de prorrogar para além de 2002 a soberania nacional sobre as nossas águas.

Em relação à pesca em Marrocos, as perspectivas são menos animadoras, já que o acordo estabelecido em 1995 entre a UE e aquele país do norte de África expira no final do corrente mês.

Segundo o Sindicato, no âmbito deste acordo, em 1995 tinham licença para pescar 51 embarcações, número que diminuiu para 31 actualmente, sobretudo devido a abates.

Contudo, para estas o futuro é incerto já que o governo marroquino não mostra intenção de renovar o acordo e pretende obrigar os que quiserem pescar nas suas águas a constituírem sociedades mistas sobre as quais se colocam inúmeras dificuldades.

Designadamente, Marrocos não aceitará embarcações com mais de 10 anos; obriga a que todo o pescado seja descarregado em portos marroquinos, onde é pouco valorizado; e pretende que a totalidade das tripulações seja de nacionalidade marroquina.

Nestas condições, é de esperar que os armadores não se mostrem entusiasmados a ir pescar naquelas águas, isto apesar de não se vislumbrar qualquer solução ou apoio para os pescadores portugueses, ao contrário do que sucede em Espanha, onde o governo já está a prever uma ajuda para os meses em que o sector ficar paralisado.

Refira-se a propósito que o Grupo Parlamentar do PCP requereu, no passado dia 2 de Novembro, a realização de uma debate de urgência sobre o acordo de pescas com Marrocos. Os deputados

comunistas alertam que a não renovação ou a não existência, em tempo útil, de alternativa provocará sérios prejuízos e dificuldades aos pescadores e armadores que actualmente operam naquelas águas.

### Dependentes do mar

Por cada posto de trabalho no mar, a pesca gera quatro postos de trabalho em terra, ou seja um total de 150 mil postos de trabalho. Os rendimentos da pesca são desta forma um importante esteio da economia litoral e normalmente o único suporte de muitas comunidades piscatórias.

A indústria de transformação do pescado está hoje concentrada essencialmente em quatro áreas, duas das quais no norte do país: entre Matosinhos e a Póvoa de Varzim (incluindo Leça da Palmeira, Vila do Conde, Caxinas) está instalada uma indústria conserveira tradicional, onde a congelação já representa uma fatia importante; na região de Aveiro (em especial na Gafanha da Nazaré, no concelho de Ílhavo), a indústria dedica-se essencialmente à secagem, congelação e embalagem de bacalhau. As outras duas áreas situam-se em Peniche e no Sotavento Algarvio (Olhão e Vila Real de Santo António), no centro e sul do País.



## Vida de pescador

A par da redução da produção e da frota nacional, também o número de pescadores (72,5 por cento dos quais são trabalhadores por conta de outrem) tem vindo a diminuir passando de 40 610, em 1990, para 27 414, em 1997.

Segundo afirma o Sindicato dos Trabalhadores das Pescas do Norte, são poucos os jovens que após a sua formação ingressam profissionalmente no sector. Isto deve-se à grande penosidade e risco da profissão, mas também ao envelhecimento da frota, que não oferece condições mínimas de segurança, habitabilidade e trabalho, e às baixas remunerações auferidas em Portugal.

Durante muitos anos, as relações de trabalho nas pescas estiveram totalmente desregulamentadas. A lei geral do trabalho não se aplicava e não existia qualquer

regime jurídico laboral. Só em 1997 foi aprovado e publicado o regime jurídico das relações de trabalho a bordo das embarcações de pesca, o qual continua a discriminar os pescadores em matérias com as férias, subsídio de férias e de Natal, remetendo as suas remunerações para a «sorte das pescas», caindo-se no ridículo de os pescadores poderem chegar ao fim do dia de trabalho e ainda ficarem a dever dinheiro ao patrão, devido ao valor das pescas não cobrir as despesas efectuadas em combustível, isco, etc.

Mesmo em pescarias onde existe regulamentação colectiva, como é o caso do arrasto costeiro ou a pesca do bacalhau, a maior fatia das remunerações depende da percentagem de pesca, que não é alterada há mais de 30 anos. As «soldadas fixas» (salários mínimo base) têm valores de

miséria: 27 500 escudos mensais para o arrasto costeiro, e 13 700 escudos para os pescados do bacalhau em terra.

Nesta situação, muitos pescadores preferem ir trabalhar para Espanha ou para França, sujeitando-se a uma maior distância das suas famílias e amigos, a problemas de adaptação a uma língua estrangeira, entre outros. Contudo, nestes países as remunerações são bem mais altas. Em França um pescador do arrasto ganha um mínimo de 240 contos por mês, quer pesque ou não, e na pesca do bacalhau tem garantidos 195 contos mensais na sua conta bancária. A média das remunerações é bem mais alta, cifrando-se entre os 450 e os 500 contos. Para além disso, têm direito a 17 dias de férias por cada mês no mar, quando em Portugal apenas podem gozar 34 dias por ano.



# Comentários a propósito e outros que talvez nem tanto

■ Sérgio Ribeiro

**A**o ouvir, numa estação de rádio, o comentário dum especialista sobre o anúncio da subida das taxas de juro, ficou o ouvinte a saber que, com a descida de um ponto percentual, quem tivesse contraído um empréstimo de 10 mil contos a 25/30 anos passaria a pagar mais 6 contos por mês.

Aquele comentário continha uma referência prática e uma informação útil. Era pertinente e oportuno pois esclarecia de imediato os efeitos nos orçamentos familiares de quem tivesse contraído um empréstimo desse montante e a esse prazo da subida de 0,5% da taxa de juro para compra de apartamento ou outra finalidade, representando mais 3 contos mensais. Para outros montantes e/ou outros prazos, era só fazer contas simples.

No plano do cidadão comum, além da informação útil, houve logo quem viesse explicar que a medida era mais que necessária pois o nível de endividamento é preocupante e há que desestimulá-lo. Como a decisão de subida das taxas de juro o faz. No entanto, preciso seria também acrescentar que numa situação que já atingiu níveis de endividamento familiar excessivos – estimulados pelas baixas das taxas de juro! – esses efeitos podem ser graves, como as gotas que fazem entornar os caldos.

Mas esse endividamento poderia, entre outras, ser a consequência de uma política nacional de habitação própria, explícita ou implícita, motivada por características específicas do problema da habitação. Ora a decisão foi tomada pelo Banco Central Europeu, e catalogada como histórica pois «pela primeira vez na história da Europa, 11 países subiram, ao mesmo tempo, as suas taxas de juro por imposição de uma entidade que lhes é exterior e que não teve em conta a situação específica de cada um dos membros da zona euro, mas sim a situação global da região»<sup>(1)</sup>.

Assim foi decidido, por Duisenberg e seus 5 parceiros da comissão executiva do BCE (onde nenhum membro é português), porque a oferta da moeda cresceu em 1999 mais do que tinham programado para a política monetária única, o que provoca alguma tensão inflacionista. E como para o BCE a única coisa que conta é a evolução dos preços, tomaram a medida e deram as suas directivas obedientemente seguidas – ou até antecipadas – independentemente das particularidades das situações nacionais e fora de qualquer controlo democrático parla-

mentar. Cumprindo a sua função ao serviço dos interesses que servem.

Dizem vários economistas que o «aperto» dado na política monetária será benéfico para a economia portuguesa, como antes disseram que a baixa de taxas de juro era o melhor que podia ter acontecido para a economia portuguesa, sendo curioso como estão sempre de acordo e satisfeitos...

A voz crítica e responsável é a nossa. Como o exprimiu o camarada Octávio Teixeira ao sublinhar<sup>(2)</sup> que a medida é a tradução da prioridade da política monetária assente na estabilidade de preços e não no crescimento e progresso económico e social. Superatentos aos sinais da inflação e indiferentes ao da economia real ao serviço da satisfação das necessidades da população.

Ora o juro, embora se manifeste como o preço do dinheiro – e a taxa de juro resulte da procura e da oferta do capital-dinheiro –, é, numa perspectiva não-burguesa da economia, uma forma modificada da mais-valia. Não tem nada a ver com «qualidades intrínsecas» do dinheiro mas reflecte relações sociais de produção determinadas que, por manipulação das taxas de juro, permitem capitalizar uma dada quantidade de dinheiro, apropriar-se de uma fracção da mais-valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores da sociedade.

Sim, porque apesar de quase se ter receio de avançar com formulações destas – para que não nos chamem ortodoxos, obsoletos e quejandos epítetos pejorativos –, há que dizer que, numa operação destas, nenhum valor de uso foi acrescentado e houve transferência de capacidade de acesso à riqueza criada, existente e não aumentada. Evidentemente que os tais 3 contos mensais a pagar a mais por cada 10 mil contos de empréstimos em dívida diminuem o acesso à economia real e como esta não se alterou com essa medida houve transferência para alguém ou para algum outro sítio.

<sup>(1)</sup> Nicolau Santos em "Um Aviso no Momento Certo", *Expresso* de 6 de Novembro de 1999.

<sup>(2)</sup> Por exemplo, no mesmo *Expresso* de 6 de Novembro.

# As «viagens fantasma» e as aventesmas do costume

■ Carlos Gonçalves

**A**s chamadas «viagens fantasma» e respectivos incidentes, interpretações e conspirações à molhada, deram um toque de «suspense» na reprise chocha do Governo PS. Mas este não é um «caso» menor, ao contrário do que alguns querem fazer crer, e impõe uma cuidada atenção para que uma certa fauna de aventesmas não vampirize mais um naco da independência que ainda resta no sistema de Justiça.

A primeira questão que importa fazer notar é que, tanto quanto se sabe, é apenas em situações semelhantes à do «deputado Batman», isto é, quando o Ministério Público conclui pelo desvio de fundos do Estado, provenientes de viagens não efectuadas, ou de remanescentes de viagens desdobradas (no período em que tal foi permitido), que, nas circunstâncias aplicáveis, formula a acusação de «burla agravada» e instaura um processo cível para indemnização.

O apuramento dos factos parece, nestes casos, estar a decorrer com relativa rapidez, dado que os eventuais ilícitos estão à beira da prescrição. Conhecem-se já algumas importantes «inocentações» e quanto aos acusados consta que serão bem mais do que os que já se tornaram «factos políticos».

Nesta conjuntura – segunda questão – a mistificação do conteúdo dos inquéritos e a banalização dos ilícitos, que certos meios político-mediáticos têm promovido, mais não visam que desculpabilizar os actos fraudulentos presumivelmente cometidos.

A manipulação inaceitável de «meter tudo no mesmo saco» torna ainda mais incontornável a exigência de mãos limpas e de transparência na actuação de todos os titulares de cargos públicos, dando força à reclamação de que se investigue tudo até ao fim e se apurem as responsabilidades, dos deputados e não só.

A terceira questão que importa ponderar é a da responsabilidade efectiva do Ministério Público e particularmente do Procurador Geral da República (PGR) na «gestão política» deste conjunto de processos, que lhe tem sido explicitamente atribuída.

Ninguém está acima de críticas e a extensão e percurso do consulado do actual PGR não capitalizou apenas aspectos positivos, resultando na identificação, mesmo que muitas vezes abusiva, de determinados momentos da sua prestação com a morosidade e prescrição de alguns importantes inquéritos, com a parcimoniosa pendularidade na acusação a baronetes e clientelas do PSD e do PS, ou com a derapagem do segredo de justiça (que tem também outros e desvairados fautores), motivando legítimas reservas e preocupações em quem defende a consolidação do poder judicial democrático e a independência dos tribunais.

Neste quadro, é impossível não admitir que na acção do Ministério Público possa ter acontecido a gestão dos «timings», ou seja, no mínimo houve gestão da «oportunidade técnica» processual e no máximo a tal «gestão pendular».

Só que – quarta questão – a propósito da notificação a Miranda Calha, ou na rocambolesca perseguição a Duarte Lima em pleno Parlamento, como sucedeu no caso Beleza, na Universidade Moderna, ou já no episódio Luis F Menezes da «série negra» das «viagens fantasma», os ataques ao «timing» do Ministério Público escondem a gula dos interessados em gerir politicamente estas situações em proveito próprio.

Ou não é verdade que Menezes e Duarte Lima puxaram pelos «timings» de prescrição dos respectivos inquéritos e que a este respeito não se ouviu qualquer protesto dos seus correligionários?

E não é verdade que os que acusam o PGR de «gestão política» para destabilizar o Executivo na

nota de culpa a Miranda Calha, ocultam as suas muitas manobras e escamoteiam que o Ministério Público pode até ter evitado a respectiva demissão já de membro do Governo, dias mais tarde e logo após a posse dos secretários de Estado.

Ou seja – e esta é a quinta questão que importa



colocar – para os principais responsáveis pelos gravíssimos problemas que afectam o sistema de Justiça, o PS e o PSD e os interesses que servem, um objectivo central na actual situação é cercar às magistraturas e Tribunais novas fatias de independência, condicionar os «timings» processuais ao «princípio da oportunidade» (política) decidido pelo poder executivo, ou num qualquer consenso de «bloco central».

Agora que a nova aritmética parlamentar restringe seriamente o poder fiscalizador da Assembleia da República e se adivinham tempos de «grandes negócios», vem a propósito prevenir o futuro de aproveitadores e compinchas.

Por isso, o coro de costumeiras aventesmas, exorciza na figura do PGR, não só os seus reais ou hipotéticos «pecados», mas toda a acção e as competências legais do Ministério Público, ao mesmo tempo que negocia fariacamente a substituição do Procurador Geral, para que não haja quaiquer surpresas.

E aí está Mário Soares, com a desfaçatez que se lhe reconhece, no «Expresso» de 06.11.99, a (des)propósito da insuficiência de provas no julgamento de Andreotti em Itália, explicitando objectivos e aconselhando «... a todos os juizes e magistrados do Ministério Público da União (Europeia) prudência, descrição, menos voluntarismo e mais sabedoria...».

Mais palavras para quê? É este o modelo de democracia que prosseguem – uma «República de Patrícios» que garanta a impunidade à casta económica e politicamente dominante, com a Justiça bem comportadinha e em silêncio a tratar dos «pilha galinhas».

Sexta e última questão – estamos e estaremos contra. Defendemos uma «Justiça Plebeia» – mais eficaz, mais transparente, mais independente e mais democrática, ao serviço de todos os cidadãos.





# Os tanques da Internacional Socialista

**M**ilhões de espectadores puderam mais uma vez seguir no programa da ZDF «Kenzeichen D» uma documentação sobre a execução de resistentes curdos, pelas Forças Armadas da Turquia, amarrados vivos e arrastados até à morte por tanques provenientes dos seus aliados da NATO. Alguns dias antes, em Berlim, o Conselho Nacional da Defesa, onde predominam o chanceler social-democrata Schröder e o ex-dirigente da Internacional Socialista Scharping, tinha autorizado o fornecimento a Ancara do tanque de combate «Leopard 2».

Surpreendido pela reacção da opinião pública, o ministro das Finanças, Hans Eichel, perguntava «porque é que o nosso parceiro da NATO, a Turquia, não pode aceitar tanques da Alemanha se os recebe da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos?». O ministro, na sua «boa fé» de homem que só vê dinheiro, acabava de confirmar oficialmente o que já era do conhecimento público, isto é, o apoio militar maciço ao regime de tortura «democrática» no Bósforo, por parte de Washington e dos governos europeus dirigidos por Blair, Jospin e Schröder, celebrados nestes dias pela imprensa internacional como os três pilares da Internacional Socialista.

Ao apresentar os helicópteros «Tiger», uma cooperação franco-alemã, e «Kuga», inteiramente fabricado pela França - ambos utilizados pelo exército turco na destruição de cerca de três mil localidades curdas e na limpeza étnica no sudeste da Anatólia - o «Kenzeichen D» confirmava a confissão involuntária do ministro das Finanças e acrescentava que a França tem ajudado imenso Berlim a camuflar as suas exportações de material bélico para a Turquia.

Foi neste contexto que Schröder e Jospin festejaram a 16 de Outubro em Estrasburgo a maior fusão da história da indústria armamentista europeia entre a Dasa alemã, uma filial da DaimlerChrysler, e a empresa francesa Aerospaciale Matra.

A criação deste novo gigante da produção bélica, com um volume de negócios de vinte e um mil milhões de dólares - que provavelmente para sublinhar a sua identidade com a NATO passou a designar-se por «European Aeronautic, Defense and Space Company» (EADS) -, foi saudada pelos dois estadistas como «um dia feliz para a Europa». A EADS será o maior produtor mundial de aviões de combate, como o *eurofighter*, de viaturas militares e de tecnologias de guerra.

O que aqueles dois chefes de governo se esqueceram de referir seria revelado no dia seguinte pela imprensa alemã: «desde a fusão com a Matra Hautes Technologies no início de 1999, a Aerospaciale Matra passou a ser o quarto produtor de armamento do mundo. A fusão da empresa pública Aerospaciale com a Matra do grupo privado Lagardere teve por objectivo acelerar a privatização do ramo. Com a criação da EADS, a participação de 48 por cento detida pelo Estado francês na Aerospaciale, e que até agora constituía o maior obstáculo à consolidação daquela indústria, irá baixar para 15 por cento através do lançamento de novas acções na bolsa».

Que o interesse do grande capital bolsista na proliferação das guerras e conflitos irá aumentar, está à vista. Que o Estado e os seus cidadãos vêm cada vez mais o controlo sobre os meios da Defesa nacional fugir-lhes das mãos é igualmente sublinhado pelo correspondente em Paris do «Reinischer Post», ao constatar que apesar da Aerospaciale montar os mísseis atómicos M4 destinados aos submarinos da Marinha francesa, que desde De Gaulle têm por missão assegurar a independência nacional, «a privatização só não teve lugar mais cedo devido à resistência dos sindicatos». E a concluir afirma que «à França já só lhe restam hoje os foguetões portadores dos mísseis Ariana porque nenhum outro parceiro (leia-se: a Alemanha) possui uma base tão bem sucedida como a da Guyana».

## As armas químicas

Entrevistado pelo «Kenzeichen D», um ex-oficial do exército turco descreveu como ele próprio participou em opera-



ções junto à fronteira do Iraque e do Irão em que foram utilizados rebentamentos de armas químicas contra alvos onde se encontravam resistentes curdos.

Numa carta enviada este ano ao Ministério da Defesa em Bona, a embaixada da Turquia comunica que as Forças Armadas do seu país planeiam, com a ajuda da Bundeswehr, criar um laboratório destinado à formação e testes na escola química de Küçükyali em Istambul. O Ministério dirigido por Rudolf Scharping, socialista do novo centro, candidato preferido de Clinton para o cargo de secretário-geral da NATO e que justificou a agressão contra a Jugoslávia comparando a situação no Kosovo com o Holocausto, responde em Julho de 1999: «o lado alemão propõe para iniciar a concretização do projecto um encontro de especialistas na Alemanha (...), para como primeiro passo importante se fixar a quantidade do fornecimento». Este pedido de Ancara foi confirmado pelo porta-voz do Ministério da Defesa, Peter Zunkley (SPD), o qual explicou que «a Bundeswehr possui nesta

matéria uma competência internacionalmente reconhecida, e que assim é natural que o nosso parceiro da NATO, a Turquia, se dirija à Alemanha».

O semanário «Die Zeit», na sua edição de 28 de Outubro último, constata com alguma perplexidade que «o ministro da Defesa Scharping vê manifestamente um novo dever de cooperação automática nos negócios armamentistas com um parceiro da NATO com tanta importância estratégica como a Turquia. Poder-se-ia esperar daquele que colocou tão alto a autonomia dos kosovares-albaneses, que pregou a defesa dos direitos humanos como um dogma, e expressou tão pública e emocionalmente o seu sofrimento em relação ao Kosovo, que pelo menos pensasse um segundo nos curdos e na situação da democracia no Bósforo. Segundo os seus critérios, e se a Aliança levasse a sério a sua própria retórica e o Tribunal Europeu para os Direitos Humanos deveria mesmo interrogar-se porque razão a Turquia é desde 1951 membro da NATO».

## Conter o terror da economia

Em Berlim, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (IG-Metall), Klaus Zwickel, exigiu do poder político que contenha o «terror da economia»: «É preciso pôr fim à utilização impune da globalização pelo patronato para exercer chantagem sobre os trabalhadores e os conselhos das empresas», disse. Zwickel prosseguiu constatando que, com a rápida globalização da economia, o Estado social não se tornou supérfluo, mas antes pelo contrário é mais importante do que nunca, e que «as ideologias do mercado livre» procuram agudizar a competição internacional para reduzir ao mínimo os níveis sociais, políticos e ecológicos.

Por seu lado, o chefe do departamento de economia do Deutsche Bank, Norbert Walter, repetia em Düsseldorf a ladainha patronal do neoliberalismo de que a animação do mercado de trabalho só será possível se se quebrarem os tabus no campo dos impostos, das reformas e pensões, e da política social. Aquele representante dos interesses do grande capital exigiu a imposição pelo Estado da privatização das reformas, assim como o prolongamento da idade de trabalho. O ideólogo da chamada «terceira via», Anthony Giddens, que juntamente com Zwickel participou no seminário de Berlim, con-

seguiu mesmo ultrapassar as exigências do dirigente do Deutsche Bank, Walter, com a sua tese: «porque é que não podemos viver sem reforma?».

A «Igreja Evangélica na Alemanha» (EKD), por seu lado, na abertura do seu sínodo anual em Leipzig, onde esteve presente o chanceler Gerhard Schröder, exigiu do governo uma «maior justiça social» na sua política. O presidente da EKD, Manfred Kock, disse que «não chega escrever palavras nos programas dos partidos e da coligação governamental se na prática política não se concretizam».

Esta chuva de declarações e tomadas de posição está relacionada com a resistência cada vez maior da população, dos sindicatos e dos organismos sociais ao programa de cortes e redução das despesas sociais (Sparprograma) apresentado pelo governo, e que desde Outubro desencadeou uma série de protestos e de grandes manifestações em Berlim com a participação de milhares de pessoas, não só por iniciativa dos sindicatos da função pública, bancos e seguros, trabalhadores dos estaleiros, mas ainda de novos sectores como a lavoura, reformados e desempregados.

■ R.P.

Lafontaine, no seu livro «O coração bate à esquerda», cita Vaclav Havel, presidente da República Checa, um dos Estados do Leste europeu que juntamente com a Polónia e a Hungria foram recentemente admitidos como membros da NATO.

Havel defende num ensaio sobre «O Kosovo e o fim dos Estado nacional» o bombardeamento da Jugoslávia pela NATO, sem mandato da ONU, uma vez que se trata da «defesa dos direitos humanos». E explica que «enquanto o Estado é obra dos seres humanos, o homem foi criado por Deus». Lafontaine comenta aquela tirada teológica nos seguintes termos: «quer dizer que a NATO deve infringir o direito internacional porque age em nome de Deus».

Se o presidente checo escrevesse um novo ensaio sobre a Turquia e a NATO, provavelmente iria descobrir que Ancara deve fazer parte da organização militar porque foi fundada por Deus, enquanto os curdos, como obra do diabo, só podem ser mercedores das labaredas do inferno e do gás exterminador proveniente de um dos mais eminentes representantes do «socialismo democrático» na Aliança.



## O «plafonamento» e outras razões

# CGTP condena propostas para a Segurança Social

A proposta de Lei de Bases, aprovada pelo Governo na semana passada, «mantém aspectos extremamente negativos de algumas das propostas anteriormente apresentadas na Assembleia da República», comentou a central.

Nestas páginas publicamos ainda, a propósito, alguns excertos do projecto de Programa de Acção, actualmente em debate nas estruturas do movimento sindical unitário, no quadro do trabalho de preparação do 9.º Congresso da CGTP, que vai ter lugar a 10 e 11 de Dezembro.

A introdução de um tecto contributivo (um «plafond» salarial, por enquanto ainda não quantificado, a partir do qual deixaria de ser obrigatório fazer descontos para a Segurança Social) é o primeiro dos pontos criticados pela CGTP-IN. Na nota do departamento de informação da central alerta-se para o facto de que tal

medida «determinaria que as contribuições para a Segurança Social seriam calculadas com base apenas numa parte dos salários», pelo que «o sistema de Segurança Social ficaria privado de importantes receitas, o que afectaria todas as pensões».

O «plafonamento» das contribuições, conjugado com o chamado princípio da diferenciação positiva, na forma como o Governo o pretende aplicar, constituiriam «um poderoso estímulo à não inscrição na

Segurança Social».

«À primeira vista, atractivo», o princípio da diferenciação positiva abriria caminho para «a redução dos direitos dos trabalhadores que descontam para a Segurança Social». É que, salienta a CGTP, a diferenciação «significa, na prática, que o cálculo da pen-

são deixaria de ter como base os anos de desconto e o salário que serviu de base ao desconto, passando a ser também determinado por um novo factor, que é o rendimento do agregado à data da reforma». E, além do mais, «os trabalhadores são sempre os prejudicados» pelas diferenças entre rendimentos efectivamente recebidos e rendimentos declarados ao Fisco.

Entretanto, «para piorar a situação, está a intenção de manter e agravar a utilização da Segurança Social como instrumento de promoção de emprego, na medida em que a resolução prevê que as taxas contributivas possam variar, não de acordo com o esforço financeiro para sustentar o pagamento da pensão, mas sim com as políticas conjunturais de emprego».

A diversificação das fontes de financiamento é apontada pela Intersindical Nacional como «um dos aspectos positivos» da proposta de Lei de Bases, mas «o projecto do Governo não explicita de forma clara quais serão essas fontes», diz a CGTP, que vê no financiamento «a questão central da Segurança Social».

## Reforma a sério e para melhor

«Em Junho de 1998, a CGTP-IN realizou uma Conferência sobre a Segurança Social em que, na sequência dos Parâmetros aprovados no 8.º Congresso, aprofundou as medidas que considera necessárias para uma melhoria global do sistema em quatro domínios fundamentais.»

### 1. Aperfeiçoamento e melhoria do sistema

«A CGTP-IN defende uma reforma que melhore o sistema. As medidas essenciais passam: pela actualização das prestações, por forma a aumentarem poder aquisitivo e acompanharem o nível de vida geral; pela melhoria da cobertura do sistema, garantindo a aplicação do princípio da universalidade; pela integração na Segurança Social da reparação dos acidentes de trabalho; pela eliminação do valor máximo do subsídio de desemprego; por uma evolução na protecção da dependência, devendo ser criado um subsídio de dependência, que tenha em conta as principais necessidades existentes; pelo reforço da componente de inserção no rendimento mínimo garantido; pela reformulação do regime não contributivo, por forma a assegurar a sua coerência global; pelo reforço do apoio à família, conjugando as várias políticas sociais; pela criação de um regime de reformas antecipadas para os trabalhadores com profissões ou condições de trabalho que originem um rápido desgaste físico e mental ou funções sujeitas a formas de trabalho penosas ou de risco, incluindo o trabalho efectuado por longos períodos de tempo em regime de laboração por turnos que envolva trabalho nocturno.»

soal verificada nos últimos anos e o aumento da precarização constituem condicionantes principais de um funcionamento eficaz dos serviços; uma política eficaz de fiscalização; revisão profunda da estrutura de participação, tendo em vista torná-la eficaz, devendo a composição ser modificada, atendendo aos vários subsistemas existentes (seguro social obrigatório, sistema não contributivo e acção social).

«Deverá ser discutida a estrutura orgânica, já que a reorganização efectuada em 1993, que passou os centros regionais de uma base distrital para uma regional, não reduziu os custos administrativos esperados e veio concentrar a Segurança Social em vez de a aproximar dos beneficiários, estando-se a caminhar para o esvaziamento dos centros regionais.

«As alterações de leis orgânicas tiveram como aspecto essencial a criação de institutos públicos, o que conduz à desarticulação da regulação de trabalho (estatuto da Função Pública e contratos individuais de trabalho), a maiores desequilíbrios nas remunerações e ao reforço do clientelismo político, deixando de existir concursos públicos para a admissão dos quadros.»

### 4. A melhoria dos sistemas complementares

«A CGTP-IN defende, em particular: os esquemas complementares devem assegurar o financiamento face aos compromissos assumidos; a garantia dos direitos dos trabalhadores em relação aos direitos adquiridos ou em via de aquisição e a sua transferibilidade, quando o trabalhador muda de empresa; consagração de direitos de informação e de consulta sobre os fundos de pensões, bem como uma eficaz supervisão e transparência, incluindo a produção de estatísticas; a previsão legal da possibilidade de que os esquemas complementares possam ser criados e geridos no quadro da Segurança Social pública.»

(Melhorar o sistema e proceder a uma reforma financeira e organizativa, ponto V.4.2)

### 2. A realização de uma reforma financeira profunda

«Uma reforma financeira profunda constitui hoje o principal desafio. É absolutamente essencial que haja uma separação financeira clara entre o regime contributivo e o regime não contributivo; que se preveja o recurso a novas fontes de financiamento; que se constituam reservas, através do reforço do Fundo de Estabilização, que possam acautelar o futuro das pensões; que se alarguem as bases de incidência contributiva, particularmente em relação às remunerações acessórias; que se caminhe para a redução progressiva do número das taxas sociais existentes e se ponha termo às políticas de diferenciação, de modulação das taxas e do recurso a exonerações e reduções para efeitos da política de emprego; que se garanta o autofinanciamento do regime dos independentes; que se efectue o pagamento progressivo da dívida do Estado; que o apoio à família seja financiado pelo Orçamento do Estado; que exista transparência financeira; que se combata a fraude, a evasão contributiva, a subdeclaração de salários.»

3. «A reforma da organização e da gestão, tendo como objectivos: uma gestão eficiente das instituições e não partidária nem governamentalizada; dotação do sistema dos meios humanos necessários, atendendo a que a redução de pes-



## Que fazer com os impostos?

«Continua a ser muito grave a injustiça fiscal que se vive no País e, para o cidadão comum, em geral, e para os trabalhadores, em especial, esta situação constitui um dos fortes motivos de descrença nas instituições do sistema democrático. A generalidade das empresas não paga, ano após ano, quaisquer impostos, existe uma reconhecida subdeclaração de rendimentos por parte dos empresários em nome individual e dos profissionais liberais, a fraude e a evasão continuam a ser a regra para muitos contribuintes e, na maior parte dos casos, os benefícios fiscais concedidos continuam a não ter justificação económica ou social (isenções de taxas em IRC, acções de privatizações, etc.).

«Daí, a urgência de uma Reforma Fiscal, cuja finalidade principal seja uma maior justiça social e que deverá, no entender da CGTP-IN, incluir os seguintes objectivos:

- combater de modo sério a evasão e a fraude fiscais; contribuir para reduzir as desigualdades sociais, fazendo pagar mais a quem mais recebe; proporcionar uma maior progressividade, o que passa, nomeadamente pelo englobamento dos rendimentos e pela diminuição do peso dos impostos indirectos; tributar de forma mais adequada os rendimentos de capital, do património e da riqueza; tributar de forma mais adequada as empresas, os empresários individuais e os pro-

fissionais liberais; desenvolver novas bases de incidência fiscal (energia e defesa do ambiente); assegurar um nível de receitas adequado às necessidades de financiamento das políticas sociais; desagravar os rendimentos do trabalho, em particular os dos trabalhadores por conta de outrem, nomeadamente através da elevação do número de escalões e da redução das taxas para os baixos e médios salários; reavaliar os benefícios fiscais, em particular os que incidem sobre o IRC (zonas francas) e ou sobre a aquisição de acções e dividendos, na medida em que muitos são injustificados e representam uma elevada despesa fiscal; reduzir os impostos que incidem sobre bens e serviços de generalizado consumo popular (alimentos, bens de primeira necessidade, medicamentos, livros escolares).

«Para a CGTP-IN a principal finalidade da política fiscal consiste em assegurar ao Estado a obtenção de receitas necessárias ao financiamento das políticas sociais, alargando a sua base de incidência (combatendo a evasão e a fraude fiscal), conseguindo deste modo que o conjunto da sociedade seja regida por princípios de solidariedade e não recaia só sobre os trabalhadores por conta de outrem.»

(Por uma reforma fiscal justa para financiar as políticas sociais, ponto V.3)



## A bem da finança

«Os últimos 4 anos foram dominados pelo debate sobre a reforma da Segurança Social e pela pressão sem precedentes exercida pela sector financeiro para reduzir a Segurança Social pública, com o fim de criar mais espaço aos produtos das companhias de seguros (fundos de pensões e outros). A posição de abertura do Governo a tais pretensões, através de um tecto contributivo que reduziria o nível de pensões e do recurso à selectividade nas prestações, inquinou todo o debate: em vez de se discutirem as medidas financeiras, organizativas e outras, adequadas a melhorar o sistema e a responder a problemas reais existentes, esteve em causa sobretudo a própria filosofia e o modelo de Segurança Social, que a ideologia neoliberal põe em causa.

«Foram estas razões que explicaram o centrimento da reforma na revisão da Lei de Bases da Segurança Social. Os projectos de revisão apresentados na Assembleia da República pelo PS, PSD e PP tiveram como linha comum a satisfação das pretensões do capital financeiro, através de um «plafond» contributivo, o reforço da

selectividade e a descaracterização do regime contributivo, pelo que a sua não aprovação constituiu uma medida positiva. A conjugação de um limite contributivo com a selectividade dentro do próprio regime contributivo significaria uma mudança de sistema, que deixaria de ter como base as prestações baseadas em salários (assegurando uma significativa substituição em caso de doença, acidente, velhice, etc.), para um sistema de prestações fundamentalmente básicas, repondo uma concepção assistencialista.

«O debate sobre as pensões mínimas tornou mais claro o que está hoje em jogo. Como o PP claramente admite, não se pretende a melhoria das pensões mínimas no quadro do actual sistema, mas no da sua transformação radical, inserida na sua proposta de Lei de Bases, passando pela privatização das restantes pensões.»

(O ataque ao Estado Social, ponto 1 do capítulo V.4. - A Segurança Social, património dos trabalhadores)



Manoel de Lencastre

Recordando a trágica noite de 19 de Outubro de 1921

# Crise nacional sem retorno

O governo a que presidia o Dr. António Granjo, o 32.º da Primeira República, foi empossado a 29 de Agosto do fatídico ano de 1921, uma segunda-feira. Tratava-se de um governo sem programa, sem perspectivas, sem optimismo por parte dos seus membros, sem o interesse ou a curiosidade do país. Aliás, fora bizarra como poucas a reunião organizada pelo próprio Granjo na Letitaria das Vacas, no Rocio, com amigos particulares do Partido Liberal e antigos ministros. Mas decidiram avançar com a constituição da equipa governamental. O presidente da República, António José de Almeida, deu-lhes posse. Os outros partidos, o Democrático, o Evolucionista e os da União Sagrada, manifestaram o mais profundo cepticismo.

Já em 1920 tivéramos nove governos. Monotonamente, o trabalho dos partidos republicanos perdia credibilidade. A 21 de Agosto de 1921, o ministério presidido por Barros Queiroz, pressionado por intensa especulação financeira que resultava de condições económico-financeiras gravosas, caíra sem glória e sem honra. Todo o Portugal politicamente consciencioso sabia que o caos minava a vida nacional. A desordem dos espíritos e a insegurança nas ruas conduziram em breve a uma qualquer explosão de imprevisíveis consequências. O nosso país considerava-se uma potência colonial de importância. Mas era tudo uma terrível ilusão. A República não correspondia às imensas esperanças geradas. Os bons republicanos, que eram muitos, lutavam entre si, interrogavam-se perante insolúveis problemas. Poucos apontavam a causa real das dificuldades nacionais – viviam cercados na selva do imperialismo.

Os monárquicos queriam beber o sangue da República numa vingança mil vezes jurada. A Igreja manobrava nos bastidores; não ocultava o seu ódio à República. Os meios mais reacçãoários preparavam-se para um grande assalto ao poder. Começava a ouvir-se a voz daqueles que se inspiravam na luz que provinha do que se passara a 7 de Novembro de 1917 na Rússia. Mas esses eram poucos e, no geral, a imprensa hostilizava-os. Tanto os monárquicos como os republicanos, não conseguiam observar o mundo para além dos limites do capitalismo. Nesta conjuntura, o povo português sofria e não conseguia encontrar-se.

O Partido Republicano Liberal (António Granjo) não tinha ideologia, não possuía forças para galvanizar o país. Era um grupo de transfugas dos outros partidos que nele procuravam base para poderem continuar como políticos. Além da preocupante questão da fuga de capitais, havia um problema cerealífero em Portugal – difícil a produção, impossível a importação por falta de crédito e de divisas. O abastecimento de pão às cidades entrara em rutura. Os preços subiam. Um frio clima de impaciência nascia.

## Fraude arquitectada por banqueiros

No centro de uma intratável crise financeira, Granjo e os seus ministros (Vicente Ferreira, Fernandes Costa, Melo Barreto, Aboim Inglês, principalmente) ouviram de um grupo de banqueiros e especuladores sem escrúpulos uma sensacional oferta de negociação de um empréstimo de 50 milhões de dólares na praça de Antuérpia. Esses negociantes trabalhavam sob uma identidade conjunta que haviam constituído, previamente, o «Crédit International de Anvers». Naturalmente, o novo governo de António Granjo estava interessado naquele empréstimo. Mas não seriam os 50 milhões uma parte dos consideráveis fundos criminalmente desviados do nosso país?

António Joaquim Granjo (1881-1921), político do centro-direita, não era um homem brilhante. Queria o bem do país, certamente. Mas a prática de uma política de «rigor e disciplina» nas condições de 1921, só podia conduzir ao aumento vertiginoso

so das dificuldades de Portugal, à indisciplina, à desordem. Nasceria em Chaves. Formara-se em Direito pela Universidade de Coimbra e trabalhara na propaganda republicana. Como alferes-miliciano, estivera na Flandres. Interessava-se pela literatura. Escrevia poemas.

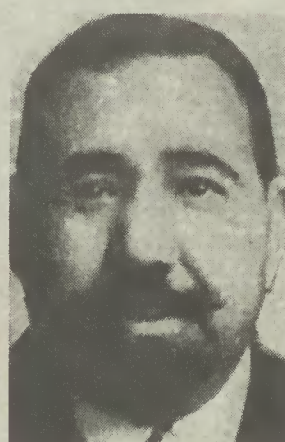
Na manhã de 19 de Outubro de 1921, a crise nacional atingia um ponto sem retorno. A revolução estava nas ruas. Todas as unidades militares contra o

governo. O Comité Nacional Revolucionário era chefiado pelos coronéis Manuel Maria Coelho (que estivera no 31 de Janeiro de 1891) e Nobre da Veiga. O Comité civil era dirigido por Afonso de Macedo. O comando da GNR tinha-se demitido. António Granjo, isolado no Ministério do Interior e com os telefones cortados, muda-se para o Quartel do Carmo e, de aí, envia ao presidente da República, por carta, o seu pedido de demissão que foi aceite.

Apesar de uma clara unanimidade quanto à demissão do governo, a contradição nacional também estava nas ruas. «Morte ao governo!», gritava-se à porta do Leão d'Ouro, «Viva a República!» Mas, junto à Brasileira, murmurava-se: «Todos os republicanos devem ser presos.» Também o «Grande Oriente Lusitano» (Maçonaria) que tinha influência no Partido Democrático, de Catanho de Meneses, e nas facções mais extremistas da GNR e da Marinha se colocara ao lado da revolução através das suas organizações legais – Movimento Nacional de Salvação Pública, Grémio Montanha, Grémio Lusitano, Movimento dos Integralistas. O sinal da revolta fora dado às 7 da manhã, pelo cruzador S. Gabriel. Juntou-se-lhe o Vasco da Gama. Ao meio-dia, a situação estava resolvida. Mas já circulavam rumores de que alguns grupos armados tinham assaltado a Cadeia Penitenciária de Lisboa e levado consigo o assassino de Sidónio Pais, José Júlio da Costa.



Na noite seguinte à vitória das forças revolucionárias do 19 de Outubro, muitos presos foram transportados nesta camioneta e conduzidos ao Arsenal da Marinha, onde seriam executados



António Granjo, assassinado na noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921

## Reacção

Os inimigos da República e do povo português não descansavam. A sua hora chegara. Misturaram-se na revolução contra o governo de António Granjo e puseram em prática a contra-revolução. O seu plano consistia em liquidar as figuras republicanas que mais odiavam, Machado Santos, principalmente. Para confundir, lançariam o seu ódio, primeiro, sobre António Granjo que estava longe de ser uma das mais emblemáticas personalidades republicanas.

O padre Lima, um dos rostos misteriosos e mais sinistros entre os meios anti-republicanos reacçãoários e facciosos, tinha os olhos postos no que aconteceria cinco anos mais tarde. Nessa tarde terrível, entregou ao seu homem de confiança, o Mergulhão, uma camioneta da GNR que haveria de ser utilizada pelo famoso assassino, Abel Olímpio, o «Dente d'Ouro». Era preciso aproveitar a circunstância de que um governo acabava de cair enquanto o seguinte mal existia, ainda. Sobre Lisboa, sobre a vida portuguesa, pairava a sombra da indecisão e do medo. O «Dente d'Ouro» encheu a camioneta com pessoal ao seu serviço (30 homens fardados de marinheiros, todos armados) e partiu em busca das suas vítimas. A revolução contra o governo Granjo triunfara. Mas a contra-revolução estava a trabalhar. A meio da tarde, ouviram-se gritos lúgubres: «Abaixo os partidos! Morte aos partidos!» De onde provinham estas palavras de ordem que o fascismo, mais tarde, repetiria constantemente?

A caça ao chefe do governo demitido, António Granjo, começou. Mas este, avisado, refugiou-se em casa de Cunha Leal num



segundo andar da Miguel Bombarda. Logo apareceram grupos armados nas redondezas. Um civil, capa de borracha no braço, e dois soldados da GNR sobem a escada de salvação e surgem à porta da cozinha do apartamento de Leal. Querem o Granjo. Cunha Leal manda dizer que os não recebe. «Enquanto o meu revólver tiver balas, resistirei a quem quiser entrar em minha casa.» Durante o jantar, um cabo da GNR bateu à porta. «Venho aqui, doutor Cunha Leal, para evitar-lhe um desgosto. Podíamos combinar a forma de entregar-nos o Granjo sem que ele suspeitasse...»

# Portugal em 1921

O Portugal de 1921 era um país perplexo, confuso, tumultuoso, incapaz de compreender-se nas condições internacionais em que existia. A nossa participação na guerra deixara exaustas as nossas possibilidades económicas. A contradição República-Monarquia, em vez de atenuar-se, crescia. Sectores monárquicos não escondiam os seus propósitos de vingança contra os republicanos mais consequentes. O povo não percebia que a República, como sistema de Estado, poderia ser infinitamente mais justa do que a decrépita Monarquia terminada sem glória em 1910, mas não lhe resolvia os problemas. A República também podia ser conservadora e reacçãoária. Assim...

Anunciava-se a doença de Guerra Junqueiro. Surgia um perigo até então mal conhecido – o que «chauffeurs» arrojados provocavam nas ruas de Lisboa. O Comando da Polícia sugere que se lhes aplique o Código de Posturas. O Banco Industrial Português anuncia que oferece cofres de aluguer aos seus principais clientes. Há uma terrível falta de trabalho em todo o país. No Alentejo, o celeiro de Portugal, não há pão. Soldados da GNR em serviço ao Palácio das Necessidades afirmam ter visto passar Nossa Senhora. Crise profunda na indústria vidreira. O «Café Itália», da Rua 1.ª de Dezembro, faz saber à capital portuguesa que passa a servir almoços «à la carte». Por seu lado, a Sociedade Portuguesa de Camionagem, com sede na Rua Garrett, 48, 3.º e garagem na Rua Policarpo Anjos, ao Dafundo, informa que passa a dispor de omnibus para o serviço dos seus sócios entre Amadora, Benfca, Lumiar, Algés, Dafundo, Santo Amaro, Belém, Estrela, Santos, Conde Barão, Campolide, Praça do Rio de Janeiro, Arco do Cego, Almirante Reis, Alto do Pina, Graça, Caminho de Ferro e Poço do Bispo – quota mensal para os utentes: 15 escudos.

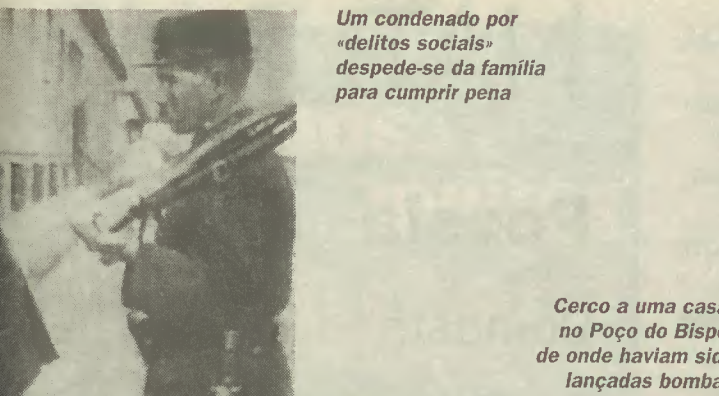
As cadeias portuguesas abrigam 18 000 reclusos. Escândalo de contrabando de ovos e galinhas entre Aronches e a fronteira de Espanha. O Hotel Internacional oferece banhos, almoços e jantares – situa-se na esquina entre o Rocio e a Rua Augusta. Um anúncio de todos os jornais: «As bolachas e biscoitos 'Nacional', da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, são as melhores.»

Outros anúncios: Água de Caldela, para doenças do fígado e dos intestinos; Grande baixa de preços na Sapataria Saigado (Rua dos Fanqueiros); Figurino de Londres (Alfaiates), de Reis & Correia, na Rua Eugénio dos Santos; Chegwin, Moura & C.ª Lda. (Casa Bancária), Rua do Ouro, 105, aceita depósitos; Francisco Dias, Rua Ferreira Borges, 23, oferece o domínio de ciências proveitosas – lições de magnetismo pessoal, hipnotismo, fisionomia, quiromancia, frenologia; a Companhia Nacional de Navegação anuncia as suas linhas regulares para a África Ocidental Portuguesa – o vapor Dondo, tocará S. Vicente, Praia, Príncipe e S. Tomé; o vapor Portugal sairá para Funchal, S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Zaire, Ambriz, Luanda, Cuio, Novo Redondo, Benguela, Lobito, Moçâmedes, Baía dos Tigres e Porto Alexandre.

Para o serviço de fumadores: Tabacaria Serras; Coelho & Coughago, Rua do Ouro, 203, compram e vendem papéis de crédito, fundos públicos, coupons, moedas; o Banco Fonseca, Santos & Viana, Rua do Comércio, 116 a 132, oferece todas as operações bancárias; Gama, é o das lotarias e atende todos os pedidos da província; preços sem competência na Antiga Casa Ferreirinha da Régua para chás, cafés, licores, vinhos do Porto, champagnes estrangeiros e nacionais.

Ser-se republicano ou mesmo um bom republicano no país que tínhamos em 1921, já não chegava. Com extremas dificuldades, Portugal começava a pressentir isso. Sabia, também, que se caminhava para um abismo profundo. Que estranho destino esperava o nosso país?

Um condenado por «delitos sociais» despede-se da família para cumprir pena



Cerco a uma casa, no Poço do Bispo, de onde haviam sido lançadas bombas



A sede da Confederação Geral do Trabalho, CGT, ainda maioritariamente anarquista, organizou grandes movimentações grevistas

## mascarada de revolucionária

### A noite sangrenta

Cerca das nove da noite, apareceu um guarda-marinha, Benjamin Pereira. Propôs a Cunha Leal levarem o ex-chefe do governo para bordo do Vasco da Gama onde ficaria em segurança. Disse saber que estava planeado um ataque à casa para matar António Granjo. Cunha Leal afirma não poder abandonar o seu hóspede. Sugere a Benjamin que lhe garanta não permitir que nada o separe do seu protegido. Mas a camioneta da morte espera à porta. Um dos sequazes do «Dente d'Ouro» grita: «Oh, rapazes! Fura-se o gajo já aqui!» Cunha Leal e António Granjo tomam lugar no veículo ao lado do motorista. Na caixa aberta do mesmo, mais de vinte «marinheiros».

Na zona do Arsenal, juntara-se uma pequena turba. «Lá vai o gajo!», gritava-se. «Está preso, o gajo.» De pé, Cunha Leal escuda o seu amigo. «Mata-se! Mata-se já!», ruge-se do meio da turba. São nove da noite. Um grupo envolve Cunha Leal e separa-o de Granjo. «Você não devia ter protegido o malandro...», observa-se. Um «marinheiro» chega-se a Leal e segreda: «Tenha cuidado à entrada no Vasco da Gama!» Aparece Benjamin. Conduz Leal para uma vedeta e diz: «Espere aqui. Vou buscar o Granjo.» O antigo ministro das Finanças e futuro chefe do governo, responde: «Se não me aparece com ele, obriga-me a queimar os miolos ou a deitar-me ao rio.»

Uma sentinela abre fogo sobre a vedeta. Um marinheiro, responde. Leal é ferido na garganta. dez minutos depois, aparece outro marinheiro que se propõe conduzi-lo ao posto de socorros. Leal, o sangue correndo-lhe sobre o peito, pergunta: «Onde está o Granjo?» O outro responde: «Já lá tem a sua conta.» São dez e meia da noite. Um enfermeiro presta-lhe os primeiros socorros. Levam-no para o pavilhão dos oficiais de dia. Mas, aí, encontra Granjo sentado à beira de uma cama. Chega Agatão Lança. Grita: «Marinheiros! Se não respeitarem republicanos como Leal e Granjo abandono já aqui a minha farda de oficial!» Eles respondem: «Oh, meu capitão, foi por engano.» Agatão consegue levar Leal ao hospital. Uma vez aí, diz-lhe: «parto para velar pela segurança do Granjo.» Mas ao reentrar no Arsenal um civil observa: Um, conseguiu você salvar, mas o outro...»

Com efeito, António Granjo fora conduzido ao pavilhão da 3.ª Repartição de Marinha. Mandaram-no subir ao primeiro andar e esperar. À porta, dois oficiais. Fatigado e nervoso, meteu-se no quarto número três. Mas nota o tumulto próprio de uma invasão daquele primeiro andar. Ouve dizer: «Está ali o malandro do Granjo!» Vozes: «Onde está? Onde está?» Outras vozes: «Ah, olhem, está ali. Salta cá para fora! Supunhas que escapavas?» António Granjo enfrenta os seus assassinos, gritando: «Já sei que vocês me querem. Matem-me,

pois, que matam um bom republicano!» Soaram várias descargas. Granjo, atingido por muitos tiros, caiu banhado em sangue. Um clarim da GNR, homem de descomunal estatura, ergueu a espada e, sem hesitações, cravou-a no moribundo. Com tal violência o fez que aquela arma cortante e penetrante ficou agarrada ao sobrado. E gritou: «Venham ver, venham ver a cor do sangue deste porco!» Agatão, já no conhecimento do que acontecera, regressa ao hospital. Ao chegar junto de Cunha Leal, esconde a cara entre as mãos, a chorar. O ferido pergunta: «Então?» Resposta: «Mataram o Granjo.»

### Tragédia no país dos brandos costumes

A camioneta da morte partira para novas missões. À uma da madrugada (19 para 20) estacionava junto à casa onde vivia Machado Santos (1875-1921) a figura suprema da vitória republicana e nacional do 5 de Outubro de 1910. Sob ameaças de morte, o guarda-nocturno abriu a porta principal do prédio. Um tumulto, escadas acima. O fundador da República, que já estava deitado, levanta-se e enfrenta um grupo de marinheiros. Estes, armados, não lhe deixam dúvidas – tem de seguir com eles para o Arsenal. Machado Santos, sem alternativas, rende-se ao inevitável. Procura um maço de cigarros Lisboaetas e parte com os seus captivos.

A camioneta da morte passa o quartel da GNR em Santa Bárbara, desce a Rua dos Anjos. No Largo do Intendente, os ocupantes dizem suspeitar de uma avaria no veículo. Param e fuzilam o perplexo Machado Santos. Eram duas da madrugada. Mas a sede do sangue dos republicanos parece inextinguível naquela noite. Agora, o «Dente d'Ouro» e o seu grupo buscam novas presas. Seguem para as residências de dois outros heróis da República: os capitães de fragata José Carlos da Maia e Carlos César Freitas da Silva, bem como para a do coronel Botelho de Vasconcelos. Arrancam-nos ao seio das respectivas famílias e levam-nos para o Arsenal. Todos, com o motorista, Gentil, seriam barbaramente assassinados à chegada àquele célebre estabelecimento do Estado.



Grupo dos oficiais julgados por participação no movimento revolucionário de 19 de Outubro. Foram absolvidos





## Pobres

Segundo um relatório do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), os antigos países socialistas da chamada Europa de Leste apresentarão, no próximo ano, um número de pobres a rondar os 170 milhões, número «bastante» superior aos 13 milhões que, segundo o BERD, se registariam em 1988, na altura da implosão dos regimes socialistas. Mas, sempre segundo o BERD, se se tiver apenas em conta a actual Rússia, o número de cidadãos que, no próximo ano, se arrastarão abaixo da linha da pobreza será de 74 milhões, pormenorizando que «pessoas sozinhas, reformados que não vêem as suas pensões aumentar tão depressa como a inflação galopante e trabalhadores mal pagos representarão doravante 35% da população da Federação Russa».

A gente lê isto e fica arrepiado. Em apenas 10 anos, o capitalismo selvagem mascarado de «reforma democrática» lançou no abismo da miséria povos inteiros de uma vastíssima região do planeta

## PONTOS CARDEAIS

que, ainda há 10 anos e no meio de todas as contradições que se quiser apontar, liderava incontestavelmente o mundo em muitos aspectos sociais, económicos, científicos e culturais.

Como é possível que os novos senhores do mundo não estejam assustados com a caixa de Pandora que abriram, fingindo que estavam apenas a apropriar-se do «tesouro do pirata»? Como é possível?!...

### Exposições

A Biblioteca Nacional tem, presentemente, patente ao público uma exposição temporária dedicada a publicações clandestinas durante o fascismo. Extraordinariamente, o *Avante!* está representado com a reprodução de um único número, perdido numa cambalhada de títulos mais ou menos efémeros e, no seu respectivo tempo de vida, de reduzida circulação, dadas as enormes dificuldades e perseguições desencadeadas

pelo aparelho repressivo do regime. Ora o *Avante!* é, de longe e incontestavelmente, a maior e mais influente publicação clandestina que circulou durante o regime fascista, começando a publicar-se em 1931, nos alvares do salazarismo, e saindo regular e ininterruptamente, sempre com circulação nacional, de 1941 até hoje. Apresentá-lo com um único exemplar na própria Biblioteca Nacional é, digamos, levar demasiado à letra o tema da exposição – a imprensa clandestina –, ficando-se com a ideia de que os organizadores deste evento cultural parecem achar que o *Avante!* deve continuar... clandestino.

### «Machos»

O suplemento da JS, designado por «Jovem Socialista» e publicado no órgão central do PS *Acção Socialista*, dedicou uma página inteira a observações bastante originais sobre o novo Governo de António Guterres. Por exemplo: «A

comunicação social não passou para a esfera da Cultura; Cravinho, o ministro com mais piada, foi-se embora; e Miranda Calha sai, inexplicavelmente, do Desporto». Prosseguindo com a piada, o suplemento dos «jotas» do PS considera que a criação do Ministério da Igualdade é uma coisa que «não é boa nem má, é simplesmente risível», argumentando da seguinte forma: «Se a ideia era defender a igualdade entre homens e mulheres, então a dra. Maria de Belém devia dividir a pasta com algum macho latino, garantindo-se assim maior isenção no exercício dessas relevantes tarefas».

Coisa fina. De qualquer modo, palpita-nos que estas pilhérias de apurado recorte são tocadas a mau-humor, e tudo indica que o problema reside na tal «divisão das pastas»...

### Carpideiras

Esta veio da China. Reza a notícia que as carpideiras - mulheres especializadas em montar espectáculos de choradeira nos funerais para que as famílias dos defuntos fiquem socialmente bem vistas na expressão da dor pelos seus mortos - estão a exigir remuneração pelas suas actuações, facto que indignou o semanário *Beijing Scene*, que recorda os bons tempos em que estas profissionais do desgosto fingido prestavam os seus serviços graciosamente. O jornal informa ainda, sempre escandalizado, que estas mulheres até já reivindicam regulamentação para a sua actividade e exigem um horário de trabalho. Perante tal desconchavo, o *Beijing Scene* aponta o seu indignado dedo ao «materialismo», que estará a devorar os bons costumes. Estamos, literalmente, perante uma chinesice: por um lado, temos um país de regime socialista onde um jornal acha estranho que um estrato profissional reivindique remuneração pela sua actividade e condições de trabalho e, por outro, temos o mesmo país de regime socialista onde se abrem as portas ao capitalismo e, ao mesmo tempo, um jornal lamenta o «materialismo» decorrente. O melhor é o *Beijing Scene* chamar as carpideiras. E, já agora, pague-lhes, que isto de chorar sem receber é que é uma verdadeira dor de alma!

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Poesia

### Combate

Eu queria entrar no debate lançar uma poesia de combate.

Contra o neoliberalismo contra os novos fingimentos contra as esmolos guarda-costas dos roubos contra a fuga à Previdência que é o novo figurino da solidariedade contra a bênção do cheque contra a rendição, a humilhação do biberão europeu.

De tanto eu falaria, já se vê no poema castiço. Mas diz ele: «Pra quê se é já tão óbvio isso? Discurso novo nenhum poema tem pois essa realidade sabe-a o povo melhor do que ninguém.»

### Então?

Está bem. Então falemos da força que guardamos. Acordemos para ajustar na guerra a nossa mão à razão que na palavra lava a terra.

Frente a frente, no mosto que ferve, poema, soa o alarme no rosto de cada pessoa. Vai, poema, aquecido pelo meu desejo vai, aquecido beijo do Deus antigo essência da resistência que nasceu contigo. Vai, declara cara a cara!

### E o poema diz-te...

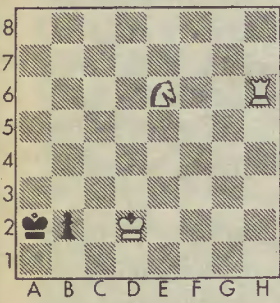
«Se sabes, na verdade como ninguém, o lume então assume a responsabilidade. Sai da toca! És homem ou minhoca? Não olhes a realidade de soslaio pelos fáceis contornos agarra-a pelos cornos doma-a, na erva ralal!»

Ah, poema de um raio! Assim é que se fala!

## XADREZ

DCCXXVIX - 11 DE NOVEMBRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO Nº 1999X40

Por: Henri Rinck  
«Basler Nachrichten» - 1936  
Pr.: [2]: Pb2 - Ra2  
Br.: [3]: C66 - Th6 - Rd2



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

### SOLUÇÃO DO Nº 1999X40 [H. R.]

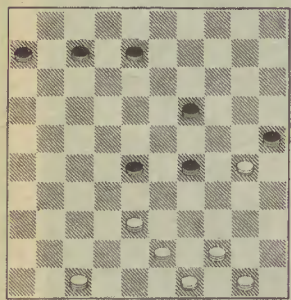
1. Cç5, b1=D; 2. Ta6+, Rb2; 3. Ca4+, Rb3; 4. Tb6+, Ra2; 5. Cç3+e g.

A. de M. M.

## DAMAS

DCCXXVIX - 11 DE NOVEMBRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO Nº 1999D40

Por: J. H. H. Scheijen  
NL - 1950  
Pr.: [7]: 6-7-8-19-25-28-29  
Br.: [7]: 30-38-43-44-47-49-50



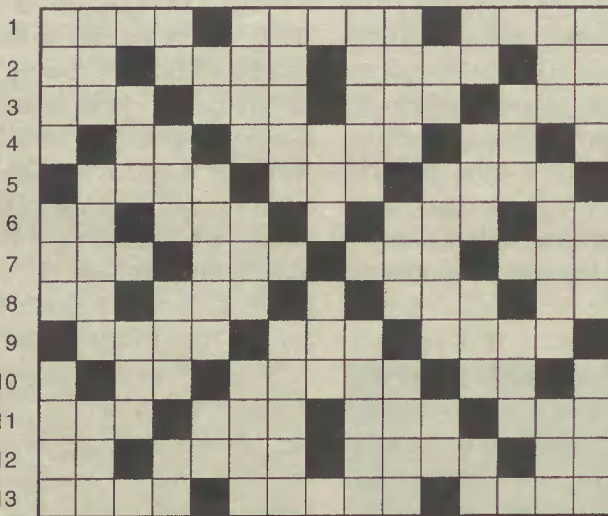
Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1999D40 [J.H.H. Sch.]  
1. 38-32, (28x37)\*; 2. 47-42, (37x39); 3. 44x11, (6x17)\*; 4. 50-44, (x); 5. 44-39, (x); 6. 49x38, (x); 7. 38-32... e g.

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Ave trepadora da família dos cuculídeos; suporta; antiga armadura para a cabeça. 2 - O espaço aéreo; aposento de um religioso, no convento; larva que se cria nas feridas dos animais (pl.); também (arc.). 3 - Na companhia de; açucena; concedeu gratuitamente; pron. pess. feminino. 4 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; picanetes; quatro romanos. 5 - Guarnição na extremidade de uma peça de vestuário; lamentos; jogo de cartas em que o ganho é para o parceiro que primeiro reúne um naipe completo (pl.). 6 - Neptúnio (s.q.); origem (fig.); aférese de para; antiga cidade da Caldeia. 7 - Compareciam; repetição de um som; apetite sexual dos animais, nas épocas próprias da reprodução; acolá. 8 - Língua falada outrora a Sul de Loire (França); singular; ombro (pref.); Cálcio (s.q.) 9 - Elevada; cintura; ulmo. 10 - Dirigia-se (fig.); cada uma das extremidades do eixo imaginário da Terra (pl.); nesse lugar. 11 - Satélite da Terra; conjunto de duas pessoas; pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; patroa. 12 - Olhei; pano preparado para a pintura; irmão da mãe ou do pai (pl.); Irídios (s.q.). 13 - Antipatia; a primeira luz do dia; vegetação espontânea.

**VERTICAIS:** 1 - Fragmentos de loiça quebrada; ninho; vestimenta talar de pano branco com que o sacerdote católico celebra alguns actos de culto. 2 - Espécie de boi selvagem; que não se deixa atravessar pela luz; interj. de dor (pl.). 3 - Maior; o bagaço de que se faz aguapé. 4 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; grito (bras.); joeira; Tântalo (s.q.). 5 - Artigo antigo; antiga flauta de pastor; base. 6 - Combina; vazio; engaste de pedras preciosas. 7 - Casa de pasto ordinária; a cor vermelha (fig.). 8 - Órgão que segrega a urina; esplendor (fig.). 9 - Grosseiros; desembaraçado. 10 - Cem metros quadrados (pl.); voz de algumas aves, especialmente a do mocho; passar para fora. 11 - Ouro (s.q.); pequeno desenho impresso a cores, frequentemente autocolante; satélite de Júpiter. 12 - Einsténio (s.q.); fúria incontida; carta ou documento escrito numa só folha; Selénio (s.q.). 13 - Eternidade; minha (ant.). 14 - Substância doce que as abelhas formam do suco das flores e que depositam nos alvéolos dos seus favos; rego aberto pela charrua ou arado; mil e quatro romanos. 15 - Verbal; braço de rio; rosto.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Cuculo; alvar; uras; cr.; 3 - Mort; ha. 4 - Oct; ul; ut; a; ta. 5 - El; avena; pç.; 6 - Alha; oco; pala. 7 - Taca; coral. 8 - Rím; sol.; 9 - Rúdes; solilo. 10 - Ares; pto; sãr. 11 - Au; crom; io. 12 - Es; tra; oia; 13 - Eor; mia. 14 - Mel; sulco; MIV. 15 - Oral; tra; cara.  
VERTICAIS: 1 - Ascã; alvor; evra. 2 - Ir. 13 - Ascã; alvor; evra. 3 - Au; crom; io. 4 - Oct; ul; ut; a; ta. 5 - El; avena; pç.; 6 - Alha; oco; pala. 7 - Taca; coral. 8 - Rím; sol.; 9 - Rúdes; solilo. 10 - Ares; pto; sãr. 11 - Au; crom; io. 12 - Eor; mia. 14 - Mel; sulco; MIV. 15 - Oral; tra; cara.



## AGENDA

# 20 anos... ...muitas lutas!

Teatro  
Festa  
Música  
Convívio

Comemoração  
do 20º Aniversário da JCP  
13 de Novembro 1999  
Salão S. João das Regras  
S. Domingos de Benfica  
21h30

Pecado Original  
Samuel  
Skareta



Juventude Comunista Portuguesa

## AGOSTINHO LOPES visita BARCELOS

Hoje, a partir das 10h, o camarada Agostinho Lopes visita na qualidade de deputado o concelho de Barcelos, começando pela Feira Semanal. Às 12 horas terá contacto com trabalhadores têxteis e, de tarde, visita o Hospital Distrital e o Instituto Politécnico do Cávado e Ave.



## CDU MATOSINHOS

Na próxima quarta-feira, dia 17, realiza-se às 21h30 no Centro de Trabalho do PCP de Matosinhos, uma reunião concelhia de eleitos da CDU na Assembleia Municipal e nas assembleias de freguesia. A ordem de trabalhos prevê nomeadamente a discussão dos Planos de Actividade e Orçamento para o ano 2000, a aplicação do Estatuto do Direito de Oposição e alterações à legislação autárquica.

## PCP/CDU SANTARÉM

Também em Santarém está marcada uma reunião concelhia de eleitos e activistas da CDU para o próximo sábado, com o objectivo de discutir o Plano e Orçamento para 2000, a Revisão do PDM e as alterações à legislação autárquica. A reunião, que se realiza na Casa de Convívio de S. Vicente de Paul a partir das 15h, termina com um magusto. Na véspera (sexta-feira) a partir das 21h e no seu Centro de Trabalho, a Comissão Concelhia do PCP promove uma reunião convívio, com debate sobre a situação política decorrente das eleições e tarefas futuras.

## CARLOS CARVALHAS SÁBADO no distrito de Aveiro, na Póvoa de Varzim e em Trofa

- O Secretário-Geral do PCP participa sábado no distrito de Aveiro nas seguintes iniciativas do PCP:

12h00 – Inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Ílhavo (Rua Arcebispo Pereira Bilhano)

13h00 – Almoço comemorativo no Restaurante Windsor, em Ílhavo

16h00 – Inauguração das novas instalações do CT do PCP em Santa Maria da Feira

- Na Póvoa de Varzim estará presente, às 18h30, na Jornada pela Dignificação e Reforço da Junta da Cidade de Póvoa de Varzim e de apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia, na Escola Flávio Gonçalves

- Em Trofa, às 20h, Carlos Carvalhas participa no jantar-concerto do PCP no 1.º aniversário do Concelho da Trofa, que terá lugar no Salão da Pista de Rádio Modelismo TT da Trofa, também a participação de Manuel Freire

## Encontro Regional do Porto da JCP

Prossegue esta semana a série de reuniões preparatórias do Encontro para debate da resolução a aprovar: dia 11 às 21h30 em Ermesinde; dia 12 à mesma hora em Trofa e no CT da Boavista (plenário da juventude trabalhadora); dia 13, às 15h, no CT da Boavista, da organização do ensino secundário, e também em Santo Tirso, às 16h, com magusto; dia 13, ainda, debate sobre "Políticas de Juventude", no âmbito do 20.º aniversário da JCP, no bar "Praça Pública" às 21h30; dia 14 às 15h30 em Matosinhos e às 16h em Rio Tinto.

## Plenários em Lisboa e em Montemor

No próximo sábado, às 15h, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória um plenário de militantes da freguesia de Arroios, com a participação de Alexandre Teixeira; no mesmo dia e também às 15h mas no Centro de Trabalho da Graça realiza-se o plenário dos militantes da Penha de França, seguido de magusto.

Em Montemor-o-Novo, para análise dos resultados eleitorais e discussão das tarefas do Partido realiza-se um plenário da organização local no Centro de Trabalho: dia 12 a partir das 20h30.

## Sessões e magusto em Loures

Com a participação do camarada José Manuel Abrantes, administrador do SMAS realiza-se um sessão no CT de Sacavém sobre "Serviços Municipais, Tarifas e Participação dos Cidadãos" - dia 13 às 15h. A Célula da CM de Loures e SMAS, por seu lado, organiza no Refeitório da CM um debate sobre a situação social e política e a acção do Partido, com a participação de José Tavares: dia 15 às 18h.

## Encontro Distrital de Quadros da ORL do PCP sobre

### A INTERVENÇÃO DO PARTIDO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Sexta-feira, 12, às 19h, no CT Vitória  
com a participação de Carlos Carvalhas

## Encontro Nacional de Quadros Professores do PCP

Sábado, 13, das 10h30 às 17h na Quinta da Atalaia  
(entrada pelo portão do Bairro 25 de Abril)

## Convívios com magustos

ALMADA – Sexta-feira, dia 12, às 17h30, magusto em Almada, no Centro de Trabalho Concelhio de Pombal, com a participação de Jorge Pires; Sábado, dia 13, nos Centros de Trabalho de Laranjeiro (com Manuel Valente) e na Escola N.º 2, em Almada (com Jorge Pires) - às 16h; Domingo nos Centros de Trabalho de Pragal (com José Paleta, às 15h) e de Costa de Caparica (com Manuel Valente, às 17h)

BRAGANÇA – Sábado às 16h no Centro de Trabalho do PCP, para todos os militantes e apoiantes do PCP e da CDU, para assinalar os bons resultados eleitorais e com a presença de Agostinho Lopes

ÉVORA – Hoje, quinta-feira, às 18h30 no Centro de Trabalho do PCP, com castanhas e água-pé, organizado pela Comissão de Sede

LISBOA – Hoje às 18h00 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, promovido pelo Sector Público da ORL

OEIRAS – Hoje, quinta-feira, às 19h no Centro de Trabalho de Algés, promovido pelo Sector de Empresas de Oeiras

OVAR – Hoje, quinta-feira, às 21h, no Centro de Trabalho, com convite a todos os militantes e simpatizantes do PCP e apoiantes da CDU para que participem

PÓVOA DE VARZIM – Sábado a partir das 17h, na Esc. EB 2,3 Flávio Gonçalves, Magusto CDU no âmbito da Jornada pela Dignificação e Reforço da Junta da Cidade e de apresentação de candidatos às eleições intercalares que se realizam em 13 de Novembro, com intervenções políticas dos candidatos Manuel Rocha e Catarina Silva e de apoiantes e (às 18h30) do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Música ao vivo com Manuel Freire

QUEIJAS – Sábado a partir das 15h, no Centro de Trabalho de Queijas

SEIXAL – S. Martinho na Quinta da Atalaia: Sábado a partir das 13h, almoço convívio concelhio, com animação musical com Victor Ginja e José Maria e ainda Toni da Costa. Participa o camarada Francisco Lopes.

VILA REAL – Sábado às 21h30 no Centro de Trabalho do PCP. Aberto a militantes e simpatizantes do PCP e da CDU, com a participação de Agostinho Lopes, o deputado agora eleito pelo círculo de Braga



Quinta, 11

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Lições do Tonecas
22.35 Não És Homem Não És Nada
23.15 O Pistoleiro
(de Christopher Coppola, EUA/1998, com Martin Sheen, Robert Carradine, Clu Gulager, Will Hutchins. «Western»)
01.00 24 Horas
01.50 Scarlett
03.35 Musical: Back Street Boys

RTP 2
07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 Animais e Suas Crias

Sexta, 12

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 Lenda da Garça
22.00 Companhia do Riso
22.40 Macau: Entre Dois Mundos
23.40 Chuva Negra
(de Ridley Scott, EUA/1989, com Michael Douglas, Andy Garcia, Ken Takakura, Kate Capshaw, John Spencer. Ver Destaque)
01.50 Passeio da Fama
03.10 24 Horas
04.00 NBA: Utah-Sacramento

RTP 2
07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 O Caminho as Estrelas
17.00 Animais e Suas Crias
18.00 Informação Religiosa

Sábado, 13

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Cosmos - Alvo: Planeta Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Top +
15.10 Máquinas
16.00 Parlamento
16.55 Hóquei em Patins (Porto-Barcelona) e Futebol (Portugal-Croácia)
20.45 Telejornal
22.10 Santa Casa
24.00 Esquadra da Polícia
01.10 24 Horas
01.50 Nash Bridges
03.00 Duelo Entre Barras
(de Kiefer Sutherland, EUA/1994, com Kiefer Sutherland, Forest Whitaker, Amanda Plummer. Drama)
04.30 Pecados Esquecidos
(de Dick Lowry, EUA/1996, com William DeVane, John Shea, Bess Armstrong. Telefilme Dramático)

RTP 2
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.15 Quem Sai aos Seus

Domingo, 14

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.00 Cosmos - Cometas e Asteróides
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.10 Academia de Polícia
16.15 Querida, Ampliei o Miúdo
(de Randal Kleiser, EUA/1992, com Rick Moranis, Marcia Strassman, Robert Oliveri. Comédia)
18.35 20.000 Léguas Submarinas
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.25 Os Principais
23.05 Jet Set
23.45 Domingo Desportivo
01.00 24 Horas
01.40 Estranho Assassino
(de Tony Randel, EUA/1996, com James Remar, Suzy Amis, Lenny Von Dohlen, John Savage. «Thriller»)

RTP 2
07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil / Juvenil
13.05 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber e Fazer
14.00 Jornal d' África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
19.30 Quanto Mais Velho Melhor
20.00 Artes e Letras - "Paecini"
21.00 O Amigo Comum
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Nazismo: Um Aviso da História
00.20 Os Amantes de Maria
(de Andrei Kontchalovsky, EUA/1984, com Nastassja Kinski, John Savage, Robert Mitchum, Keith Carradine. Ver Destaque)

SIC
08.00 Zip Zap
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Portugal Fashion (Repetição)
15.50 VIP
17.00 Rex, O Cão Polícia
18.00 Pai, Filho e Sarilho
(de Howard Deutsch, EUA/1994, com Macaulay Culkin, Ted Danson, Glenna Headly. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Tempo dos Dinossauros
21.30 Um Sarilho Chamado Marina
22.40 Tentação
(de Joaquim Leitão, Port./1997, com Joaquim Almeida, Cristina Câmara, Diogo Infante, Ana Bustorf, Francisco Nicholson. Drama)

Segunda, 15

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Crónica do Século (Progr. 1)
01.00 24 Horas
01.50 Primeira Página
02.45 "Woman in the Moon"
(com Maria de Medeiros. Telefilme)

RTP 2
07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Segredos Reais
00.05 Perigo Iminente
01.00 Retratos: «Henrique Santana»

SIC
08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Terra Nostra / Suave Veneno
22.30 Roda de Milhões
00.40 Confissões de uma Stripper
(de Mike Sedan, EUA/1997, com Josie Hunter, Doug Jeffery, Lynsey Ames. Drama Erótico)

Terça, 16

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Herman 99
24.00 Jesse
00.30 24 Horas
01.20 Primeira Página
01.50 Seaquest, Brigada Submarina
02.45 Dias de Prazer
(de Ben Lewin, Austrália/1994, com Gia Carides, Anthony LaPaglia, Rebecca Gibney, Robyn Nevin. Comédia)

RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau - Terra Minha
00.30 O Rio
(de Tsai Ming-Liang, Taiwan/1996, com Lee Kang-Sheng, Miao Tien, Lu Hsiao-Ling, Chen Chao-Jung. Drama)
02.10 Animais Impostores

SIC
08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra / Suave Veneno
23.45 Os Mercenários
(de Arthur N. Mele, EUA/1992, com Gil Gerard, Charles Napier, Barbara Bingham. Aventuras)

Quarta, 17

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Futebol: Croácia-Portugal
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Mary Reilly
(de Stephen Frears, EUA/1995, com Julia Roberts, John Malkovich, Glenn Close, George Cole, Michael Gambon. Ver Destaque)
23.45 24 Horas
01.05 Diário de Maria

RTP 2
07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
00.35 Artes do Palco

SIC
08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra / Suave Veneno
23.45 Os Mercenários
(de Arthur N. Mele, EUA/1992, com Gil Gerard, Charles Napier, Barbara Bingham. Aventuras)



«Crónica do Século», uma série de trabalhos preparados por uma vasta equipa de investigadores e jornalistas, começa a ser transmitida segunda-feira na RTP1

- 18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Nancy Drew
20.30 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 No Rasto do Mal
00.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século (IV)
01.30 Comer, Beber, Homem, Mulher
(de )

- 18.35 Juvenil
20.00 Nancy Drew
20.30 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Andamentos
00.05 Crime Violento
01.00 Os Planetas
01.55 Amigos

- Vincent Patar e Stéphane Aubier, Belg./1998. Curtas Metragens)
20.00 Ficheiros dos Gordos
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História
23.40 Allô, Allô!
00.10 A Grande Barraca
00.40 Smith and Jones
01.10 Kama Sutra, Uma História
(de Mira Nair, União Indiana/Gr.Br./1996, com Indira Varma, Sarita Choudhury, Ramon Tikaram. Melodrama Erótico)

SIC
08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Minha Madrasta É um Extraterrestre
(de Richard Benjamin, EUA/1988, com Kim Basinger, Dan Akyroyd, Jon Lovitz. Comédia / Ficção Científica)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.15 Ganso Selvagem 2
(de Peter Hunt, Gr.Br./1985, com Scott Glenn, Barbara Carrera, Edward Fox, Laurence Olivier. Guerra / Aventuras)
01.45 Afrodísia
02.45 Último Jornal
03.20 Portugal Radical

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja de Camilo
21.30 Suave Veneno
22.45 Esta Semana
24.00 Fogo Rápido
(de Dwight H. Little, EUA/1992, com Brandon Lee, Powers Boothe, Nick Mancuso. Acção)
02.00 Último Jornal
02.35 Dra. Quinn
03.35 Portugal Radical

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Portugal Fashion
22.35 Suave Veneno
23.35 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal
02.35 Perigo Iminente
(de Ridley Scott, EUA/1982, com Harrison Ford, Rutger Hauer, Sean Young, Daryl Hannah. Ver Destaque)
05.00 Portugal Radical
05.30 Vibrações

- SIC
08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Minha Madrasta É um Extraterrestre
(de Richard Benjamin, EUA/1988, com Kim Basinger, Dan Akyroyd, Jon Lovitz. Comédia / Ficção Científica)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.15 Ganso Selvagem 2
(de Peter Hunt, Gr.Br./1985, com Scott Glenn, Barbara Carrera, Edward Fox, Laurence Olivier. Guerra / Aventuras)
01.45 Afrodísia
02.45 Último Jornal
03.20 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI
Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.15 República & Bananas
21.45 Um por Todos
23.10 A Bola É Nossa
01.10 Projecto Genesis
02.40 O Rei do Bairro
03.10 Terra, Conflito Final
04.40 A Balada de Hill Street
05.40 Mulher Perigosa

- TVI
09.00 Animação
11.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue

«Ficheiros Secretos»: a TVI anuncia a transmissão do último episódio da presente série

15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.15 Os Reis da Música Nacional
24.00 Justiça numa Pequena Cidade
(de Jan Egleson, EUA/1994, com Kate Jackson, John Shea, Dean Stockwell. Drama)
02.05 O Rei do Bairro
02.35 Terra, Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

- TVI
09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
16.00 O Preço da Mentira
(de Stephen Gyllenhaal, EUA/1997, com Dana Delany, Sada Thompson, Ellen Burstyn. Drama)
17.50 «Same River Twice»
(de Scott Featherstone, EUA. Drama)
19.30 Ultimato
(de Lou Diamond, EUA/1996, com Lou Diamond, Phillip Salli Richardson, Melinda Dillon, Ralph Rouse. Drama)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Uma Estranha Forma de Amar
(de Annette Haywood-Carter, EUA/1998, com Ron Silver, Kate Nelligan, Joseph Kell. Drama)
00.15 Directo XXI
00.40 Nascido para a Aventura
(de Nicky Donatello, EUA/1994, com Nicky Donatello, Richie Donatello, Phil Landi. Drama)
02.25 Casos de Arquivo
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa



«Parlamento» passa finalmente da RTP2 para a RTP1, sempre ao sábado à tarde



«A Loja de Camilo», uma comédia em estreia na SIC, com Camilo de Oliveira

- 00.15 Estrada de Sangue
(de Deran Sarafian, EUA/1994, com Christophe Lambert, David Arquette. «Thriller»)
02.15 Último Jornal
02.50 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
16.00 Filhos do Desespero
(de Richard Michaels, EUA/1981, com Fred Lehne, Michelle Pfeiffer, Matt Clark. Drama)
18.00 Segredo das Estrelas
19.30 Máxima Tensão
(de Graeme Clifford, EUA/1994, com Anthony LaPaglia, Lara Flynn Boyle, Scott Glenn. Policial)
21.00 Directo XXI
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Vidas Secretas
(de Steven Schachter, EUA/1996, com Jeff Fahey, Felicia Bell, Walter Addison. Drama)
01.30 Directo XXI
02.30 Geração Mortífera
(de Seth Pinsky, EUA, com Raphael Sbarge, Kate Hodge. Ficção Científica)
03.50 A Balada de Hill Street
04.50 Mulher Perigosa

- Ouro
(de Charlie Chaplin, EUA/1925, com Charlie Chaplin, «Charlot», Georgia Hale, Mack Swain, Tom Murray. Ver Destaque)
05.10 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
11.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Quero Justiça
22.50 Ficheiros Secretos (Últº Epis.)
24.00 Revelação Íntima
(de Bill Corcoran, EUA/1996, com Nick Mancuso, Lisa Howard, Cali Timmins. Drama)
02.00 O Rei do Bairro
02.30 Terra: Conflito Final
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

- 03.10 Último Jornal
03.45 A Quimera de

20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra / Suave Veneno
23.30 O Seu Perfeito Alibi
(de Bruce Beresford, EUA/1989, com Tom Selleck, Paulina Porizkova, William Daniels. Comédia / Mistério)
01.40 Último Jornal
02.15 Cidade Escaldante
03.15 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Ri-te Ri-te
22.40 Sob Suspeita
(de Peter Yates, EUA/1987, com Cher, Liam Neeson, Dennis Quaid, Joe Mantegna, John Mahoney. Ver Destaque)
01.05 O Rei do Bairro
01.35 O Corvo
02.35 Terra: Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

- TVI
09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Ri-te Ri-te
22.40 Sob Suspeita
(de Peter Yates, EUA/1987, com Cher, Liam Neeson, Dennis Quaid, Joe Mantegna, John Mahoney. Ver Destaque)
01.05 O Rei do Bairro
01.35 O Corvo
02.35 Terra: Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Chuva Negra

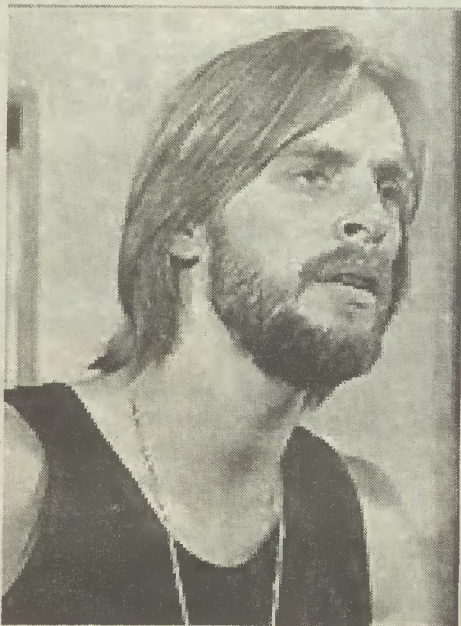
(Sexta, 22.40, RTP1)

Eis um filme policial de Ridley Scott, cineasta britânico há muito radicado nos EUA, que tem a particularidade de nos mostrar a luta de dois polícias norte-americanos contra uma mafia mais exótica do que a habitual - a mafia japonesa. Rodado num Japão ao mesmo tempo misterioso e ultramoderno e com a mesma destreza com que o realizador encenara outras obras, como o futurista *Blade Runner*, *Chuva Negra* acaba por padecer longamente de uma estrutura demasiado óbvia que, por vezes, fica a marcar a subserviência ao género, embora, como é natural, cumpra eficazmente os seus últimos propósitos: entreter.

## Perigo Iminente

(Sexta, 02.35, SIC)

Nem de propósito, a SIC, duas horas mais tarde, dá início precisamente a esse *Blade Runner*, o tal filme que mais fama trouxe a Ridley Scott. Cineasta vindo da publicidade, ele



Robert Carradine e Nastassja Kinski, dois dos intérpretes de «Os Amantes de Maria», de Andrei Konchalowsky



Charlot, dessa autêntica iguaria que é uma sola de sapato, acompanhada do spaghetti em que os atacadores se transformam - esta é, sem dúvida, uma das mais célebres obras de Chaplin.

## Mary Reilly

(Quarta, 22.00, RTP1)

Considerado pelo material de apresentação da própria RTP como uma das mais originais adaptações ao cinema da obra *O Médico e o Monstro*, de Robert L. Stevenson, este filme rodado nos EUA pelo talentoso cineasta britânico Stephen Frears tem a particularidade de nos apresentar (entre as conhecidas figuras do *Dr. Jekyll* e do seu assistente *Mr. Hyde*) a personagem de uma criada jovem e muito bela «que se apaixona pelo primeiro e se deixa seduzir pelo seu duplo». Excelente reconstituição de época, algumas referências apontam-lhe, precisamente, o peso que esta recriação faz recair sobre o fluir da própria história. Com Julia Roberts, John Malkovich e Glenn Close, um filme a descobrir.

## Sob Suspeita

(Quarta, 22.40, TVI)

Não pode dizer-se que o argumento do filme seja absolutamente credível ou sequer convincente. Mas o facto é que o seu realizador, o veterano Peter Yates, sabe manejar de forma competente os mecanismos do «thriller» policial a ponto de ser crescentemente interessante de seguir a evolução desta história vivida por uma delegada do ministério público a quem é atribuída a tarefa de defender um ex-combatente da Guerra do Vietname acusado de duas histórias paralelas de crime. Nesta empresa em que a nossa advogada é, entretanto, ajudada por um dos jurados e descobre uma trama que a levará até às mais altas instâncias do poder, o destaque negativo vai para a menos feliz escolha de Cher, não porque não se tenha revelado em outras personagens filmadas uma razoável actriz, mas porque este papel em concreto lhe é completamente desajustado.

famoso documentário *Let There Be Light*, de John Huston, com que o filme abre.

## A Quimera do Ouro

(Segunda, 03.45, SIC)

Tudo se passa durante a época da «corrida ao ouro», com Charlot a fazer de prospector e a tentar a sua sorte, por entre os maus humores de *Big Jim* e a paixão por *Georgia*. Esta memorável comédia clássica, verdadeira obra-prima de Charlie Chaplin, é seguramente, o melhor filme da semana, justamente incluído pela SIC no seu ciclo «Os Filmes do Século» - e, talvez por isso, transmitido... alta madrugada, embora, três horas antes, a estação lhe tenha preferido a transmissão de uma «coisa» chamada *Confissões de Uma Stripper!!!* Recheado de seqüências de antologia - como a interminável cena da cabana a baloiçar à beira do precipício ou a dança dos pãezinhos espetados em dois garfos ou a degustação, por



Uma célebre cena de «A Quimera do Ouro», uma obra-prima de Charlie Chaplin, na SIC



Julia Roberts e John Malkovich, numa seqüência de «Mary Reilly», de Stephen Frears

demonstra aqui saber, como poucos, dominar o design de uma produção ou explorar com inegável mestria as capacidades técnicas que a indústria lhe coloca à disposição, embora em *Alien* (1979), *Telma e Louise* (1991) ou, sobretudo, na sua obra-prima *The Duellists* (1977) - nunca mostrada nas nossas televisões - sejam muito mais evidentes e decisivos os seus talentos e a sua inteligência de cineasta. *Blade Runner*, várias vezes transmitido nas nossas televisões, pertence ao núcleo dos seus filmes mais «espectaculares», sofrendo, apesar de tudo, de um argumento desigual, com personagens sem grande chama. Mas, sempre em função da cópia que nos é mostrada, é um festim para os olhos!

## The Fireball

(Sábado, 17.00, RTP1)

Melodrama ligado ao mundo do desporto, este filme (justamente colocado no chamado horário «familiar») chama a primeiro plano Mickey Rooney no papel de um delinquente que,

fugindo de uma instituição para órfãos, chega a campeão de patinagem - um êxito que lhe desce da cabeça ao ter de enfrentar uma lição da vida.

## Os Amantes de Maria

(Domingo, 00.20, RTP2)

Primeiro filme realizado nos EUA por Andrei Konchalowsky, após o seu êxito internacional com *Sibiriade*, *Os Amantes de Maria* é um filme sensível e, por vezes brilhantemente encenado, que nos conta a história de um soldado regressado no fim da II Guerra Mundial à sua terra natal, Brownsville, Pennsylvania, após ter passado pelas agruras de um campo de concentração japonês. Ainda traumatizado pelos horrores da guerra, o nosso herói reencontra o seu amor de infância, Maria, com quem acaba por casar, mas o insucesso sexual leva o casal à separação. Destaque para a excelente e comovente interpretação de Nastassja Kinski e para a integração de cenas filmadas a «preto e branco» e montadas por Konchalowsky no interior de uma seqüência do

## CABO & SATÉLITE

### Histórias à volta do átomo

«A tecnologia do século XX tornou possível aos cientistas o domínio do universo do infinitamente pequeno e a construção de objectos e máquinas de tamanho microscópico, encaixando átomo por átomo, molécula por molécula. Abriu-se assim a era da nanotecnologia.» Nestes termos é antecipado um documentário que a *Odisseia* transmite no próximo sábado 13 e que se debruça, precisamente, sobre a revolução do *nanochip* e da miniaturização informática.

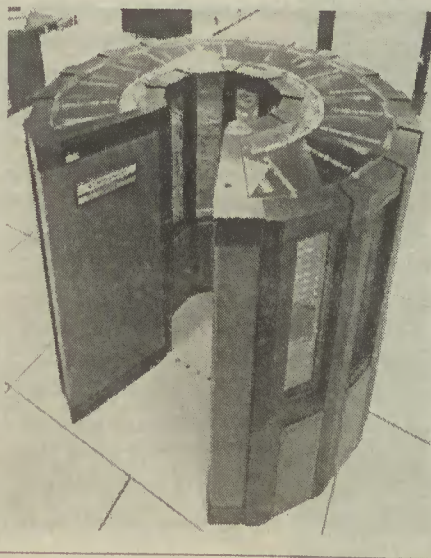
(*Odisseia*, Sábado 13, das 12.00 às 12.30)



### Histórias à volta dos faróis

A noite temática do *Arte*, esta semana, vai girar em torno desses enormes dispositivos e instalações que tão úteis se tornam, por exemplo, à navegação marítima. Começando com um telefilme de ficção - «*Les Phares*», de Michelle Porte (Fr./1994), cuja história, inspirada num facto real, se afigura bem fascinante - e continuando com uma série de duas curtas-metragens (uma de animação) que também se anunciam de grande qualidade - «*Pharos, Sentinelles de la Mer*» e «*Le Cyclope de la Mer*» -, esta noite temática, como é habitual, promete constituir um excelente momento de televisão.

(*Arte*, Domingo 14, entre as 19.40 e as 22.50)







## Morte, vida e omissão

É claro que a eutanásia é um problema velho como o mundo, ou melhor, como a vida, precisamente por ter directamente a ver com a morte. Sempre essa decisão sobre o momento da passagem da última fronteira se rodeou de óbvio melindre. No actual momento histórico, o seu inevitável carácter polémico acentua-se por razões específicas: por um lado, os avanços do conhecimento médico tornaram possível a morte sem sofrimento em situações que sem qualquer intervenção conduziram a desenlaces atrozes; por outro

**TVISTO**

■ **Correia da Fonseca**

lado, fundamentalismos de raiz religiosa de que é perfeito exemplo João Paulo II, o papa que proíbe o preservativo numa África devastada pela Sida tanto quanto pelas guerras, desencadeiam uma espécie de «guerra santa» contra toda e qualquer espécie de eutanásia. Os opositores da eutanásia invocam a defesa da vida e do seu carácter sagrado, mas é claro que o que de facto defendem é a passiva entrega do doente ao sofrimento físico, o que aliás está muito na linha de um certo espírito supostamente religioso.

Nestas circunstâncias, a abordagem do problema no quadro de um órgão de informação de largo impacte reveste-se sempre de muito melindre, e mais ainda se se trata de um meio de comunicação estatal. Por isso me surpreendi quando a eutanásia surgiu como assunto de informação e breve debate, no passado domingo, no decurso do Telejornal, que está longe de ser um serviço informativo menor e discreto. Apercebi-me depois de que o facto decorria de estar em curso uma campanha anti-eutanásia lançada pelos vistos a título preventivo, um tanto no estilo da «guerra preventiva» preconizada há décadas pelo furiosamente anti-soviético John Foster Dulles. Sobre o assunto foram ouvidas duas opiniões favoráveis à eutanásia como direito, e porventura dever, de evitar momentos terminais terríveis e inúteis, as da deputada Odete Santos, do PCP, e do ex-militante do PCP Miguel Portas, decerto convidado para depor ali graças à sua qualidade de dirigente do BE. Seguiu-se um minúsculo debate entre o médico Daniel Serrão, habitual militante de campanhas de reacção social, e o juiz Álvaro Lopes Cardoso, defensor do direito à morte com dignidade, ajudada se necessário.

### A confusão do dr. Serrão

Foi Daniel Serrão quem, para apoio dos seus argumentos, afirmou que o que impeliu

para a eutanásia o tetraplégico galego que há tempos se tornou notícia nas páginas dos jornais não foi a doença e o consequente sofrimento físico e psíquico mas sim o desamparo a que a partir de certo momento terá sido votado. Não sei se Serrão tinha razão ou se se limitou a insultar pela subavaliação o sofrimento do doente.

De qualquer modo, quando Serrão, prosseguindo, citou os muitos idosos que repetem não terem já sentido as suas vidas e quererem morrer (e, aqui, Serrão praticou uma extrapolação abusiva que configura um processo de desonestidade intelectual), lembrei-me de que, sendo então já outro o problema, que é o do desprezo pela velhice e da marginalização dos velhos, também ele justifica e até exige a atenção dos *media* e a nossa, sejamos também velhos ou não o sejamos. Ainda.

Exige sempre a nossa atenção, e mais ainda neste ano que já está a acabar. Porque, não sei se se lembram ou até se deram por isso, este ano de 99 foi proclamado Ano Internacional dos Idosos. Mas alguém tem reminiscência de que a televisão portuguesa em geral e a RTP em particular tenha dedicado ao assunto o tempo de antena que ele obviamente merece ou, sequer, algum tempozinho de antena mesmo discreto? Um dia destes, a RDP fez acerca do tema uma longa entrevista ao actor Rui de Carvalho, que preside ao Conselho Nacional para a Terceira Idade e que, entre muitas outras, disse coisas importantes, esclarecedoras e até tendencialmente mobilizadoras da opinião pública. Alguém tem ideia de ter acontecido na TV qualquer coisa de parecido? Será que a TV não gosta dos velhos e da velhice, e por isso faz por esquecê-los, aliás com inteiro êxito? Contudo, é sabido que os velhos constituem um segmento quantitativamente importante das audiências, das tais sacratíssimas audiências, neste nosso país consabidamente envelhecido. O que acontece é que os velhos são, de um modo geral, fracos consumidores. Será por isso que a televisão tanto os desatende, até no ano que lhes foi internacionalmente consagrado?

Não sei. O que sei, isso sim, é que ao lançar sobre os velhos esse manto de omissão, indiferença e esquecimento, a TV está a ajudar a afundá-los no atoleiro de desesperos onde acabam por desejar não a eutanásia, como insinuou Serrão, pois a eutanásia tem a ver apenas com doença e sofrimento, mas a desistência da vida, que é uma outra coisa. Está a TV, então, a trair pelo abandono uns bons milhares de portugueses que também a pagam e justificam. Mas quem se importa com isso?

# Uma exposição a visitar

1. Abriu recentemente ao público no Norteshopping, em Matosinhos, um novo espaço denominado Silo Cultural.

Trata-se de um engenhoso aproveitamento de uma zona esquecida entre rampas de acesso, que fica a dever-se ao traço do arquitecto Eduardo Souto Moura.

A primeira iniciativa é uma dupla exposição fotográfica, em parte dedicada à evocação de uma empresa que, nos seus tempos áureos, trouxe vida e trabalho à região – a Empresa Fabril do Norte.

2. Além de um filme, há três ou quatro imagens, de Paz dos Reis e Domingos Alvão, conservadas pelo Centro Português de Fotografia, que logo despertam a atenção pela sua mestria, conteúdo e força testemunhal.

Como obras de arte que são, suscitam um diálogo com o visitante – interpelam e são interpeladas, reflectem mas questionam uma realidade, falam-nos do passado mas estabelecem pontes com o futuro.

Não é, no entanto, do poder encantatório das imagens que será útil aqui falar. Só o seu visionamento poderá oferecer a sugestão de cada rosto humano, de trajas, de movimentos, de lugares ou a pose impante de Afonso Costa e os proprietários, a longa fila de operárias uniformizadas com a quadra de gestores em destaque, numa alegoria à empresa como corpo integrador.

3. A história da empresa (Efanor) que nos é descrita oferece múltiplas pistas de reflexão.

Quando nasceu – uma foto mostra largos campos agrícolas e raras habitações – logo a linha ferroviária da Póvoa foi oportunamente desviada para lhe passar à porta.

Cresceu, gerou riqueza, e seguiu padrões avançados de organização e funcionamento. Tinha

-âncora das cadeias internacionais, em grande parte espanholas.

O sector de serviços cresce e cresce. Só na Administração Pública unidades como o Hospital de S. João ou a Universidade do Porto ultrapassam já, cada uma, os três mil assalariados.

Grande número de trabalhadores são levados a ingressar no pequeno comércio, onde defrontam a concorrência dos grandes grupos. Mas o nosso País já tem um dos mais elevados índices europeus de lojas (11) por mil habitantes e as possibilidades de expansão são limitadas.

Nesses hipermercados, que hoje formam anéis em volta das grandes cidades, são inúmeros os casos de jovens licenciados, a exercer as fun-

## MOTES & VOLTAS

■ **Jorge Sarabando**

ções mais diversas, incluindo nas caixas, sem nada a ver com os diplomas que possuem. Investiu o Estado, investiram as famílias, em cursos que não têm depois aplicação útil e não permitem alicerçar um projecto de vida.

Um número crescente de trabalhadores é empurrado para o trabalho domiciliário, e muitos estão há anos amarrados a contratos a prazo.

O emprego tornou-se escasso e volátil. O futuro tornou-se mais incerto.

Entretanto, a vida «corre», com ocupações em vez de empregos, com subsídios para aguentar rendimentos, com a economia informal a alastrar.

O endividamento das famílias já atinge índices elevadíssimos. Certos são os pagamentos (da casa, dos transportes, da educação, da saúde), incertos são os rendimentos. Há por isso tensões latentes que atravessam a sociedade, com sinais cada vez mais perceptíveis.

Os governos, do PS como os anteriores, abdicaram de um projecto de desenvolvimento que defendesse os interesses nacionais, foram incapazes de conduzir a reconversão da economia, cederam facilmente às imposições dos interesses mais poderosos que comandam a União Europeia.

Expressão maior desta deriva é o desajustamento, cada vez mais notório, entre escola, mercado de trabalho e processo de desenvolvimento.

5. O mundo já não é dual como nas fotos a preto e branco de Alvão.

O capital está cada vez mais concentrado mas cria a ilusão de estar mais repartido.

O mundo está cada vez mais desigual mas há uma ilusão de maior igualdade.

Há novas contradições que irrompem, há fracturas sociais que se acentuam, convergências de interesses que se desenham.

Há, entretanto, uma evolução na estrutura e composição das classes que importa conhecer e estudar (nesta matéria veja-se uma interessante reflexão do marxista norte-americano Richard Wolff\*), diferenciações na consciência de classe, a que devemos associar as mutações resultantes da Revolução técnico-científica.

Mas alguma coisa existe de comum, entre a foto das bicicletas, e outras, que hoje se poderiam obter de uma daquelas intermináveis filas de carros a caminho do Norteshopping, ali a dois passos da Efanor: é que a luta de classes continua, a exploração do trabalho continua e, «tomando sempre novas qualidades», também continua a luta por uma vida melhor.



creche, serviço médico, bairro social, refeitório, incluindo um lugar para aquecer comida trazida de casa.

Hoje, a situação da empresa, uma sombra do que já foi, reflecte a crise da indústria têxtil. E talvez por isto, as fotos que a evocam, têm o seu quê de vestígios arqueológicos, de um universo já longínquo.

4. O poder sugestivo das imagens obriga a uma reflexão a partir de um lugar e um tempo que é o nosso.

O que tem acontecido é o encerramento de grandes empresas industriais e as que surgem em seu lugar são, por regra, pertença das transnacionais, com um horizonte de produção limitado e incerta esperança de vida.

Multiplicam-se as grandes superfícies ou centros comerciais de nova geração, pejados de lojas-

\* "Marxism and Class Analysis" – Congress Marx International; Paris 1998





8.<sup>a</sup> Festa  
da Vinha  
e do Vinho  
6 a 14 Novembro 99

BORBA

## FESTAS E FEIRAS

### 8.<sup>a</sup> Festa da Vinha e do Vinho

Ainda está a decorrer em Borba até 14 do corrente a 8.<sup>a</sup> Festa da Vinha e do Vinho. Segundo a apresentação destas festas, feita pelo presidente da Câmara Municipal de Borba, nelas terá lugar uma amostragem daquilo que melhor há no Alentejo: «os nossos produtos, a nossa hospitalidade, as nossas gentes, a nossa cultura e tradições que, com tanto empenho, mantemos e honramos.»

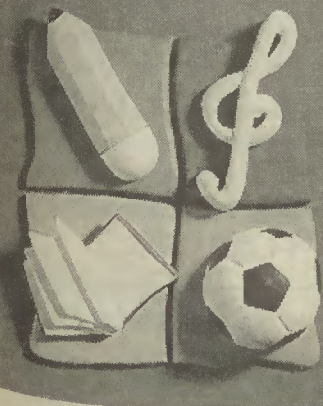
Prova disto mesmo é o facto de, nesta feira, os grandes vinhos da região não serem, até, o objecto fundamental e muito menos exclusivo. Por ali passarão, também, o artesanato, os produtos alimentares, as velharias e as peças de antiquários, os petiscos, a gastronomia, a poesia popular, os ranchos folclóricos, concursos, colóquios e debates e, ainda, exposições e música, com destaque especial, claro está, para o Arraial de S. Martinho, já hoje à noite. Informações e programa detalhado a consultar em Borba ou, então, no site da Internet que poderá ser encontrado em [www.cm-borba.pt](http://www.cm-borba.pt).

### Semana Cultural e Desportiva na Moita

Inaugurada no passado dia 6, termina esta semana na Moita a 21.<sup>a</sup>

*Semana Cultural e Desportiva* daquele concelho. Nos dias que se seguem, os destaques vão, hoje, para a apresentação pública da Monografia do Movimento Associativo no Município da Moita; amanhã, o Sarau Desportivo, com a participação de várias colectividades do concelho, o Festival de Música Ligeira ou o Teatro de Revista, com a apresentação de «As 4 Estações» (que se repete no dia seguinte); e, finalmente, no domingo, um Mini-Torneio de Futebol Infantil e o encerramento da IV Bienal de Fotografia.

## 21ª SEMANA Cultural e Desportiva

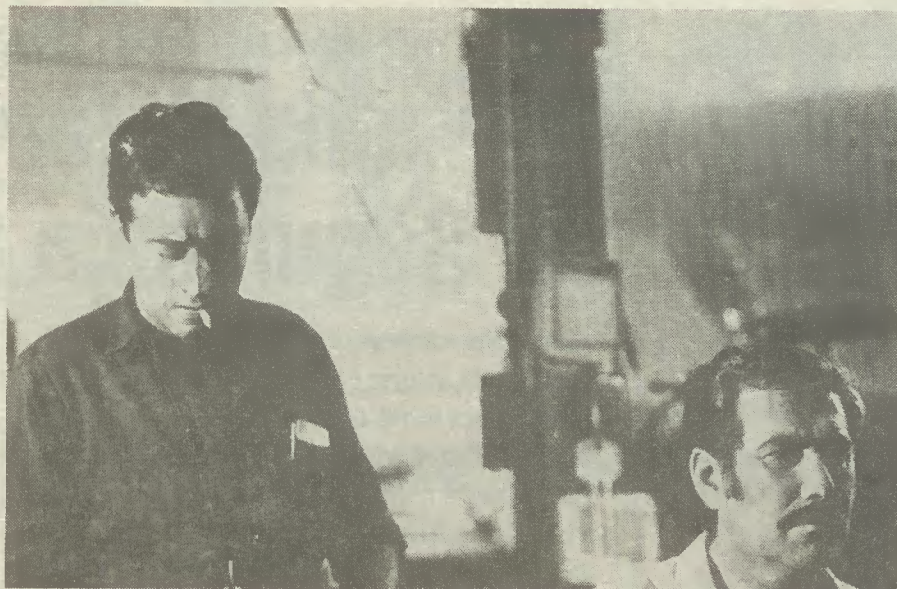


## BAILADO

### VII Quinzena de Dança de Almada

Numa organização da Companhia de Dança de Almada e integradas na Quinzena de Dança daquela cidade, realizam-se no próximo fim-de-semana, no Auditório do Fórum Municipal Romeu Correia, as últimas três das chamadas Plataformas Internacionais, que englobam a actuação de bailarinos e coreógrafos portugueses e estrangeiros. Assim, na sexta-feira 12, actuarão Jesús Barea, Morgan Belenguer, Sofia Fitas, Ivancia Horvat, Darlene Stevens, Catarina Trota e Patricia Woltmann; no sábado 13, Maryse Jacobs, Catherine Lee, Rita Marçalo, Sabriye Hadan Ozer e Jamin Vardimon (realizando-se ambos os espectáculos às 21.45); e no domingo 14 (às 18.30), Luís Damas, Neil Nisbet, Amanda Phillops, Lizzy Le Quesne e Francesca Abela Tranter, com coreografias de Marco Barbera.

## ESCAPARATE



Manuel Costa e Silva, durante a rotação de «Uma Abelha na Chuva», de Fernando Lopes

## Encontros Internacionais de Cinema Documental

Realiza-se a partir do próximo sábado 13 e decorrerão até 21 do corrente, os Encontros Internacionais de Cinema Documental, uma dos certames mais importantes nesta área cinematográfica e cuja direcção artística, durante vários anos, esteve a cargo do seu grande dinamizador, o director de fotografia Manuel Costa e Silva. O prematuro desaparecimento deste grande cineasta levou a organização destes X Encontros a dedicar-lhe a edição deste ano, que se divide em várias secções, a saber: **Homenagens**, que para além da de Costa e Silva focarão a obra de outro importante cineasta, **António Campos**; **Competição Nacional** e **Competição Internacional**, cujas temáticas muito variadas serão focadas em dezenas de excelentes trabalhos de diversos países, concorrentes aos Encontros; ou **Panorama**, que nos dará

uma ideia do Mundo, através da amostragem de vários documentários extra-competição. Para além destas secções, o destaque vai para as **Sessões Especiais**, dedicadas a temáticas muito particulares, como o suicídio infantil, as minas antipessoal ou a alfabetização e, ainda, à cinematografia convidada, este ano a da **África do Sul**. Importantes são, ainda, uma série de documentários do género «making of...» relativos a vários filmes nacionais e amostragens de obras provenientes de alunos de **Escolas de Cinema**, assim como uma **Mostra do Documentário Etnográfico**. Estes encontros decorrerão de forma descentralizada pelos municípios da área da AMASCULTURA, pelo que é conveniente procurar informação e programas nos locais habituais, como por exemplo o **Teatro Malaposta** (Olival Basto).

## JAZZ

### Guimarães Jazz 99 11 a 20 de Novembro Auditório da Universidade do Minho

Organização: Câmara Municipal de Guimarães  
Convívio - Associação Cultural e Recreativa



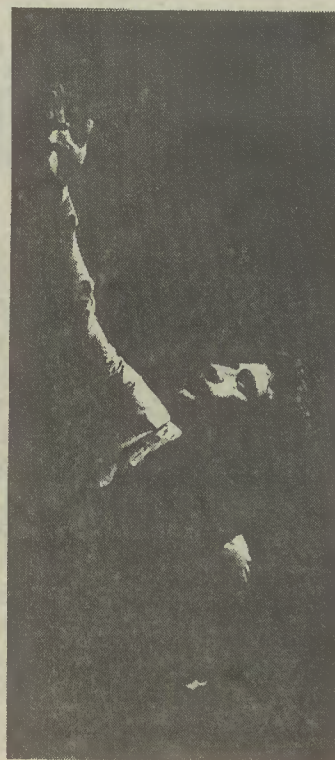
### Guimarães Jazz '99

É já hoje à noite que começa um dos melhores festivais de jazz nacionais – o de Guimarães. Como de costume dividido em duas fases – de 11 a 14 e de 17 a 20 do corrente – passarão, sempre às 22 horas, pelo palco do Auditório da Universidade do Minho, sucessivamente, a Orquestra de Michael Gibbs (Inglaterra), hoje à noite; a 12, o pianista Ran Blake com o guitarrista David Fabris (EUA), a 13, o Pino Minafra Ensemble (Itália); e a 14, os trios de Ivan Paduart (Bélgica) e de Marc Ducret (França); no seguinte fim-de-semana alargado, será a vez de, no dia 17, actuarem o Grand Ensemble de Baldo Martinez (Galiza) com a colaboração de Maria João (Portugal); a 18, o Uri Cane Ensemble (EUA); a 19, o trio do pianista D. D. Jackson (Canadá); e, finalmente, a 20 a Vanguard Jazz Orchestra, sob a direcção de Jimmy McNeilly (EUA).

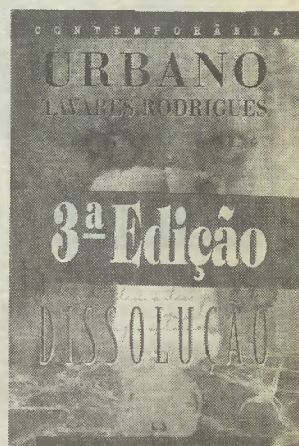
## TEATRO

### XVI Encontro de Teatro do Seixal

É já amanhã, às 21.30, que começa no Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal, o XVI Encontro de Teatro do Seixal que se prolongará até 17 de Dezembro. Nestes próximos dois dias realizar-se-ão os primeiros dois espectáculos, a começar por «Fernão Mentos?», uma versão de Hélder Costa a partir de Peregrinação de Fernão Mendes Pinto pelo grupo teatral «A Barraca». A direcção é de Hélder Costa, a música de José Afonso, Fausto e Orlando Costa, estando em palco Luís Thomar, Catarina Santana, Paulo Serafim, Miguel Telmo, André Louro, Susana Cabela, Sérgio Moraes e Carla Alves. No sábado 13, à mesma hora e no mesmo local, o Teatro Limpo, Teatro Acert (de Tondela) levará à cena D. Sebastião, o Menino-Rei, um projecto com autoria, coordenação, composição e direcção musical de Laurent Filipe, para um texto de Sinde Filipe com encenação e figurinos de José Rui Martins. Representação: João Maria Pinto e Fran Perez. Músicos: Jean Marc Charmier, Alberto Roque, Gregg Moore, Carlos Azevedo e Paulo Bandeira. Informações e programa para os restantes espectáculos deste Encontro Teatral junto da Câmara Municipal do Seixal ou do Fórum Municipal daquela cidade.



## LIVROS



### Dissolução

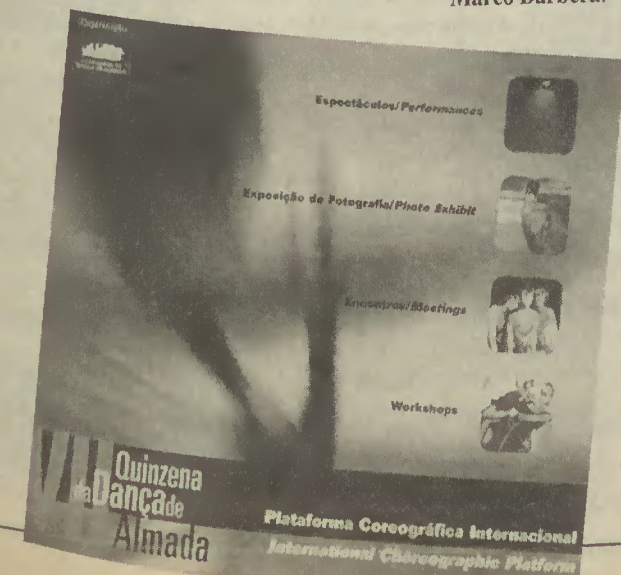
Não é a primeira vez que aqui recensamos outros livros que não os de lançamento de primeira edição, embora nos restrinjamos a livros que constituem sempre «novidade», isto é, que valham a pena assinalar quando, vestidos de novo, vêm colmatar uma ausência. Neste caso está a terceira edição revista do romance de Urbano Tavares Rodrigues, *Dissolução*, um livro que veio a lume a primeira vez já depois do 25 de Abril, e cuja escrita se encerrou, como consta da última página, em Junho de 1974. É pois um livro escrito no limiar de uma nova era, à beira do fim de outra, mas o anúncio da que logo a seguir se viveu aí está, numa enredada trama de ficção e de «notícias», todas elas, mesmo as trágicas, convergindo para a boa nova de Abril. Uma excelente oportunidade para reencontrar a prosa deste distinto escritor e para revistar um tempo que nos diz respeito. Edição de Publicações Europa-América.

### Modesto Navarro LIBELO ACUSATÓRIO



### Libelo Acusatório

Outra reedição que saudamos vivamente e que vem reavivar-nos a memória de uma prosa então muito mais fresca, de um autor que não deixou a frescura das ideias amansar ao longo dos anos. *Libelo Acusatório*, agora em segunda edição publicada pela Caminho, na sua colecção *O Campo da Palavra*, é nada mais nada menos que o primeiro livro de Modesto Navarro, um autor de vasta obra publicada desde que, em 1968, deu à estampa estes contos. Contos será talvez uma «forma de expressão» para nomear estes textos literários que «apontam» a realidade, a comentam, a mostram e a ficionam para nos dar um vasto panorama do que era então este país, urdindo palavras que se constituem em *libelo acusatório*. Palavras vividas, sofridas, na vastidão de uma realidade multifacetada, desde Trás-os-Montes à grande cidade e, para lá dela, às terras onde a guerra se fez e com ela uma geração inteira. Com um prefácio de José Saramago, que então apresentava o jovem escritor.





## ÚLTIMAS

# ATAIHE DE FOICE Luzes

Tempos houve em que Paris era uma cidade mítica. Por muitas e variadas razões. Desde logo porque não conhecíamos ninguém que alguma vez lá tivesse estado, facto tanto mais curioso quanto nos garantiam, desde a mais tenra idade, que de Paris vinham os meninos trazidos por infatigáveis cegonhas, qual espécie de sucursal infantil da Air France. Bom, vinham os meninos, ponto e vírgula; vinham os ricos e os remediados - o que leva a crer que já na época as cegonhas tinham classe económica e deixa adivinhar que o desdobramento de bilhetes é uma prática com tradições -, porque os meninos pobres, como toda a gente sabia, não tinham direito a mordomias dessas e chegavam dentro de couves, método expedito porventura com pouco requinte mas de inegável espírito prático, dado que não só as couves abundam por todo o lado como o seu transporte é muito mais barato. Deve ser por isso que desde sempre há mais pobres do que ricos.

As influências da cidade da luz não se ficavam por aqui. Nesse tempo, tocar piano e falar francês era indispensável a qualquer educação digna desse nome. Se é verdade que os brandos costumes nacionais, não poupando embora os seus rebentos às fastidiosas aulas de solfejo, não davam particular importância ao matraquear das teclas, já no respeitante à língua de Voltaire eram verdadeiramente implacáveis. Gerações inteiras papaguearam os verbos «avoir» e «être» até à exaustão, aprenderam de cor e salteado o «Frère Jacques», suaram as estopinhas para entender Vitor Hugo, descobriram a evasão com Júlio Verne. Se os resultados nem sempre foram famosos - vide o «mon ami Mitterrand» de Mário Soares -, outros casos há de inegável sucesso.

Paris foi ainda, durante muitos anos, a cidade proibida - logo a mais desejada - dos portugueses ávidos de liberdade. Os livros, a música, os filmes, a política, o salário compensador, tudo enfim que em Portugal estava sujeito às amarras da ditadura, se respirava na cidade que durante décadas, melhor ou pior, acolheu portugueses de todos os estratos sociais.

Um dia o encanto quebrou-se. Portugal libertou-se das amarras e Paris ficou mais perto de Lisboa, é verdade, mas outras distâncias se foram instalando, tão subtis que se tornaram bem mais difíceis de ultrapassar. O império anglo-saxónico galgou todas as fronteiras, da música à Internet, da «fast food» à moda; o «Frère Jacques» foi destronado por «My darling Clementine»; as cegonhas foram substituídas pelas aves de rapina, que em vez de meninos trouxeram o ovo da globalização.

Paris, onde apesar de tudo ainda brilham algumas luzes, dá hoje caça aos novos imigrantes que a demandam também eles ávidos de liberdade - e de fome -, enquanto recebe com pompa e circunstância os produtos da postura imperialista, prenhes de novos ovos rapaces que um resquício de pudor obriga a disfarçar de fraternal e solidária criação. Alguns dominam na perfeição a língua de Vitor Hugo. Outros nem procuram disfarçar o desprezo que sentem por quem insiste em deferências destas. Nem uns nem outros entenderam alguma vez o humanismo do ilustre poeta francês. E no entanto a consigna revolucionária que todos conhecem e tanto se esforçam por abolir continua viva: Liberdade, igualdade, fraternidade.

Enquanto um coração continuar a bater no peito dos homens, há luzes que não se apagam.

■ Anabela Fino

## PCP apresenta projecto de Lei de Bases Por uma Reforma Democrática da Segurança Social

«Uma Reforma Democrática da Segurança Social que defenda, reforce e aperfeiçoe o sistema público de segurança social, como garante de concretização do direito de todos à segurança social, corresponde não apenas a uma necessidade, mas a uma possibilidade real». Nestes termos definiu Edgar Correia, da Comissão Política, a posição do PCP sobre esta matéria, em contraposição à «política de menos segurança social e às orientações neoliberais que invocam a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a sua privatização parcial».

As afirmações do dirigente comunista foram proferidas ontem, em conferência de imprensa, na Assembleia da República, realizada a propósito da apresentação do projecto de Lei de Bases da Segurança Social subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Edgar Correia, que estava

acompanhado pelo deputado Lino de Carvalho, referindo-se ao quadro das linhas mestras que devem presidir à reforma democrática da Segurança Social - no qual se insere o diploma agora entregue pela bancada comunista - salientou que a «Segurança Social constitui nas sociedades de hoje um direito

fundamental e uma função social do Estado de primordial importância».

No caso do nosso País, observou, «sucessivos governos mantiveram as prestações sociais num nível muito baixo, deixaram acumular vultuosas dívidas do Estado em relação ao Orçamento da Segurança Social, assumiram uma postura de extrema permissividade face à evasão contributiva e ao enorme volume de dívidas das empresas, e deixaram desajustar o sistema público em relação às profundas mudanças ao nível do trabalho humano e da produção da riqueza e à variação dos parâmetros demográficos da sociedade».

Tendo sempre como pano de fundo a questão do financiamento, condição para que a Segurança Social esteja em con-

dições de proporcionar uma resposta a um nível muito mais satisfatório do que o actual, Edgar Correia chamou ainda a atenção para o facto de o «baixo nível das prestações sociais e outras insuficiências do sistema público de Segurança Social não porem contudo em causa o direito fundamental que ele está incumbido de concretizar», do mesmo modo que «não desvalorizam as suas inegáveis realizações e muito menos podem servir de argumento para os que querem destruir o imenso património social erguido com o trabalho e com o sacrifício de várias gerações de trabalhadores portugueses».

Em próxima edição do «Avante!» voltaremos, com mais desenvolvimento, a esta iniciativa do Partido.

## Espectáculo sábado em Lisboa JCP comemora 20.º aniversário

A JCP completou ontem 20 anos, duas décadas de luta pelos direitos e aspirações dos jovens portugueses. Para comemorar a data, os jovens comunistas promovem inúmeras iniciativas em todo o País.

De destacar a festa nacional de aniversário, no sábado, em Lisboa, na Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, às 21 e 30. Estão previstos espectáculos de teatro e música e é garantida muita animação. O grupo Pecado Original, Samuel e Skareta já garantiram a sua presença.

Na região do Porto, no mesmo dia e à mesma hora tem lugar um convívio comemorativo no centro de trabalho de Gaia. No dia 15 realiza-se uma sessão de pintura de graffiti em Campo Alegre e, no dia 19, um concerto em Trofa.

No distrito de Santarém, a

JCP inaugura no Antigo Lagar da Chamusca uma exposição no dia 19, às 21 e 30, e promove dois debates, no Entroncamento e Rio Maior, no dia 27.

Em Setúbal, realiza-se uma festa africana na sexta-feira e uma festa cubana no dia 20, ambas no Espaço Jovem da Arrentela.

Em Coimbra, no dia 18, o colectivo da JCP da Faculdade

de Letras organiza uma «Noite ao Rubro», no centro de trabalho, às 21 e 30.

Entretanto, a JCP está a preparar o Encontro Regional do Porto, a realizar-se no dia 20, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob o lema «Observar, Agitar, Transformar o Futuro - O Comunismo é a Juventude do Mundo». Esta iniciativa

tem como objectivo discutir a intervenção da organização, a situação social na cidade e eleger a futura comissão regional.

As reuniões para debate das propostas de resolução a aprovar no encontro estão já a decorrer. No sábado, serão discutidas as «Políticas de Juventude» com dirigentes juvenis, no bar Praça Pública, pelas 21 e 30.

## Em causa apoios à modernização

### Governo engana comércio tradicional

Os comerciantes do distrito de Évora a quem foi prometido pelo Governo apoio financeiro para a modernização dos seus estabelecimentos, ao abrigo do

PROCOM, continuam sem receber um tostão. O deputado comunista Lino de Carvalho, reunido segunda-feira com a Câmara Municipal e com a Associação Comercial do Distrito, considerou inaceitável esta situação e exigiu que o Governo honre os seus compromissos. O Parlamentar do PCP foi mesmo mais longe e acusou o Executivo do PS de «ter enganado o comércio tradicional», numa atitude em tudo diversa da que teve com o grupo SONAE, a quem prestou forte apoio para a abertura de supermercados no Brasil.

Para Lino de Carvalho, que vai solicitar explicações ao Ministro da Economia e ao secretário de Estado do Comércio, a situação criada ao pequeno e médio comércio de Évora é tanto mais grave quanto é certo que muitos comerciantes, que para formalizarem as respectivas candidaturas tiveram já de entregar projectos de engenharia e arquitectura, confiantes nas promessas do

Governo, avançaram com as obras, recorrendo a capitais próprios ou ao financiamento bancário, encontrando-se, por isso, hoje, em dificuldades.

A Comissão Concelhia de Évora do PCP, em comunicado emitido a propósito do assunto, afirma, entretanto, que as verbas do PROCOM afectas a estes financiamentos terão sido desviadas para outros projectos, não havendo já verbas disponíveis no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA). «A eventual transferência de processos para o III QCA - alertam os comunistas de Évora - faz correr o risco de a decisão e o pagamento serem adiados muito para dentro do ano 2000, sem quaisquer garantias e com participações menores».

## Jornadas Pedagógicas em Évora

Cumprindo uma tradição antiga, o Sindicato dos Professores da Zona Sul promove, durante o mês de Novembro, em Évora, as Jornadas Pedagógicas para o ano escolar de 1999/2000. Um espaço de reflexão e debate sobre a educação em Portugal, como afirmam os seus organizadores.

«A importância da Escola Pública de Qualidade» foi o primeiro tema em debate. Realizado na passada terça-feira, o encontro contou com a presença de vários coordenadores nacionais de Educação e Ensino dos sindicatos da FENPROF.

Hoje terá lugar a jornada

subordinada ao tema «Organização da Escola para a Diversidade», tendo como dinamizadores Júlio Pires, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Lisboa, e José Pacheco, professor na escola da Ponte-Vilã dos Aves.

Dia 16 de Novembro, decorrerá a acção com o tema «Oficina do Canto», dinamizada por Jorge Serafim, técnico animador do sector infantil da biblioteca municipal de Beja.

Simultaneamente está patente ao público, no Salaão Nobre do Inatel, uma exposição subordinada ao tema «A escola antes do 25 de Abril».

